



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Banco e FNE**

**Em R\$ MIL**

**Posição: 31.12.2012**



*Demonstrações Financeiras*

**B A N C O**

**Em R\$ MIL**

**Posição: 31.12.2012**

**BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700  
Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ nº 07.237.373/0001-20**

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2012**

### **PALAVRA DO PRESIDENTE**

Em 2012, o Banco do Nordeste completou 60 anos, marcando, de forma significativa, sua presença como maior agente de desenvolvimento da Região Nordeste.

O ano de 2012 foi desafiador para o Banco do Nordeste. O banco implementou mudanças em seus mais diversos processos, inclusive de concessão e administração de crédito, na busca de maior eficiência operacional e de uma visão integrada de atendimento ao cliente.

Foram definidas 20 ações prioritárias, com foco na expansão da base de clientes, ampliação da carteira comercial, mobilização para contratações, redução de custos, melhoria da produtividade, além de outras estratégias, que fizeram com que o Banco obtivesse um resultado recorde em valores de operações de crédito, e, conseqüentemente, elevação de seus resultados financeiros.

A Diretoria, juntamente com o Conselho de Administração, agilizou o processo de abertura de novos canais de atendimento, colocando o banco efetivamente mais próximo de seus clientes.

O Banco do Nordeste, de forma inédita, expandiu, em poucos meses, quase 15% de sua rede de agências, inaugurou 27 novas agências nos meses de novembro e dezembro, admitiu 169 novos funcionários, redesenhou o processo de abertura de novas unidades e capacitou ainda mais suas equipes.

Também como importante conquista de 2012, construiu de forma participativa sua nova missão e visão, definiu novos princípios e valores e, a partir desses novos pilares, edificou o Planejamento Estratégico 2013-2016, na perspectiva desafiadora de crescimento sustentável da instituição e de seu posicionamento entre os maiores bancos do país.

Essa é uma estratégia partilhada com todos os que fazem esta instituição, com consciência do seu importante papel perante a sociedade nordestina, trabalhando com firmeza de propósitos, qualidade e total aderência às normas regulamentares e aos mais elevados padrões de controle, governança, ética e transparência em seus processos.

Assim, o Banco do Nordeste apresenta os resultados alcançados em 2012, demonstrando a importância da sua atuação no desenvolvimento regional sustentável, como banco público competitivo e rentável.

Ary Joel de Abreu Lanzarin

Presidente do Banco do Nordeste

## APRESENTAÇÃO

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla criada pela lei federal nº 1.649, de 19/07/1952, e organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 94% de seu capital sob o controle do governo federal. Com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, o banco tem como área básica de atuação os nove estados da Região Nordeste, o norte e os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha do Estado de Minas Gerais e o norte do Estado do Espírito Santo, compreendendo 1.990 municípios.

O desempenho operacional do Banco do Nordeste em 2012, traduzido pelo volume de operações contratadas, foi superior em 5,0% ao do ano anterior, com destaque para o chamado “crédito aos pequenos”. Nesse ano o banco ultrapassou sua meta ao contratar R\$ 22,8 bilhões em 3,8 milhões de operações globais, quantidade que representou crescimento de expressivos 18,2% em relação a 2011, refletindo o direcionamento estratégico do banco de atender, preferencialmente, os mini, micro e pequenos empreendedores urbanos e rurais. Os financiamentos de longo prazo direcionados para investimentos somaram R\$ 12,5 bilhões, enquanto os empréstimos de curto prazo complementares aos investimentos totalizaram R\$ 9,5 bilhões. As operações de mercado de capitais somaram R\$ 807,2 milhões.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi a fonte de recursos mais utilizada pelo banco nos financiamentos de longo prazo, sendo responsável por R\$ 12 bilhões, o que representou 95,7% do total dos financiamentos, demonstrando a importância desse *funding* para o desenvolvimento do Nordeste. O valor total contratado com recursos do FNE superou em 7,4% a meta do ano.

A atuação do Banco do Nordeste no importante segmento de microfinanças é feita por meio de seus dois programas, o Crediamigo e o Agroamigo, respectivamente para as áreas urbana e rural. Apoiando com pequenos empréstimos as atividades produtivas de microempreendedores informais, o banco contratou nesse ano 3,2 milhões de operações no valor global de R\$ 5,2 bilhões, representando crescimento de 39,6% em relação ao ano anterior. Esse valor representou 113,3% da meta de 2012 para os dois programas de microfinanças, sendo que o valor do Crediamigo superou em 13,7% a meta, enquanto que o Agroamigo superou em 11,4%. Os dois programas têm suas ações integradas ao Plano Brasil Sem Miséria, lançado pelo governo federal, que tem como objetivo elevar a renda e as condições de bem estar da população.

O Crediamigo também faz parte do Programa Crescer do governo federal na estratégia de estimular a inclusão produtiva da população extremamente pobre do Plano Brasil Sem Miséria.

As micro e pequenas empresas contrataram 88 mil operações envolvendo R\$ 2,6 bilhões, com 27,9 mil empresas do segmento. Na agricultura familiar, o banco aplicou, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), R\$ 2 bilhões, com 50,6% de crescimento em relação ao ano anterior e 30,8% acima da meta de 2012.

O Banco do Nordeste atuou fortemente em municípios com decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública afetados pela seca ou estiagem, por meio do Programa Emergencial para Seca (FNE Seca), criado nesse ano pelo governo federal. O programa tem por objetivo promover a recuperação ou preservação das atividades de produtores e empreendedores rurais afetados pela seca. O banco aplicou o montante de R\$ 1,8 bilhão em 231.817 operações com recursos do FNE.

A carteira de crédito rural do Banco do Nordeste apresentou, ao final de dezembro de 2012, um saldo de R\$ 18 bilhões, correspondendo à segunda maior carteira rural no país, ficando atrás somente do Banco do Brasil, que tem atuação nacional. O banco situou-se em 9º lugar no *ranking* dos saldos de operações de crédito dos maiores bancos no país, com saldo de R\$ 46 bilhões, englobando os recursos do FNE. Continua detendo boa parte dos saldos de crédito de longo prazo do Sistema Financeiro na região onde atua, com a participação de 65,1% do total. No saldo de curto prazo a participação do banco é de 6,0% e no crédito rural essa participação alcança 69,0%.

Em acompanhamento à política do governo federal, o Banco do Nordeste reduziu, ao longo de 2012, as taxas de juros de diversos produtos de crédito, tanto de curto como de longo prazo, diminuindo as taxas cobradas dos financiamentos concedidos com recursos do FNE.

Em complemento à condição de principal agente financiador do setor produtivo no Nordeste, o Banco do Nordeste deu continuidade às suas ações integradas às políticas do governo federal que visam à melhoria dos indicadores socioeconômicos e à redução das disparidades regionais. São exemplos dessas ações: o apoio do banco aos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e à Copa do Mundo 2014.

## **DESTAQUES 2012**

### **60 anos de história do Banco do Nordeste – 19/07/2012**

Criado pela lei nº 1.649, de 19 de julho de 1952, o Banco do Nordeste surgiu como uma resposta do governo de Getúlio Vargas, na pessoa do ministro da Fazenda, Horácio Láfer, aos estragos causados pelas constantes secas à economia da Região Nordeste. O banco surgiu então para fomentar o desenvolvimento de projetos de caráter produtivo, principalmente na área do Polígono das Secas.

### **Sancionada lei que aprova aporte de R\$ 4 bi ao Banco do Nordeste**

A Presidenta da República sancionou a Lei de Conversão da MP 564, assegurando o aporte de R\$ 4 bilhões para o Banco do Nordeste até o ano de 2014. A lei também estabelece que os recursos do FDNE tenham o banco como seu preferencial operador. Além disso, destina anualmente 1,5% dos recursos do fundo para custeio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse regional.

### **Banco capta US\$ 300 milhões no exterior**

O Banco do Nordeste concluiu a emissão de um *bond* (nota de crédito) no mercado internacional visando à captação de recursos no valor de US\$ 300

milhões por um prazo de sete anos. Os recursos foram destinados a *funding* do banco para negócios com as empresas nordestinas.

### **Programa Emergencial para Seca**

O Banco do Nordeste atuou fortemente em municípios com decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública afetados pela seca ou estiagem, por meio do Programa Emergencial para Seca (FNE Seca), criado nesse ano pelo governo federal. O Programa tem por objetivo promover a recuperação ou preservação das atividades de produtores e empreendedores rurais afetados pela seca. O banco aplicou o montante de R\$ 1,8 bilhão em 231.817 operações com recursos do FNE.

### **Construção participativa da nova missão e visão do Banco do Nordeste**

“Atuar na promoção do desenvolvimento regional sustentável como banco público, competitivo e rentável.” Esta é a nova missão do Banco do Nordeste, construída com a participação de todos os empregados do banco. Também foi definida a nova visão: “Ser o banco preferido na Região Nordeste, reconhecido pela excelência no atendimento e efetividade na promoção do desenvolvimento sustentável”.

### **Abertura de 27 novas agências marca último bimestre do ano**

O Banco do Nordeste inaugurou 27 agências nos meses de novembro e dezembro. A Diretoria, juntamente com o Conselho de Administração, decidiu agilizar o processo de abertura de novos canais de atendimento, colocando o banco efetivamente mais próximo de seus clientes.

### **Admissão de novos funcionários**

Os novos funcionários vieram contribuir fortemente para viabilizar a expansão da rede de agências.

### **Inovação em canais de atendimento – “Espaço Nordeste”**

O Banco do Nordeste oferece aos seus públicos um canal de atendimento que integra ações culturais, de negócios e de cidadania. Em 2012, o banco inaugurou 14 Espaços Nordeste, completando, em dezembro, 30 unidades. Até dezembro de 2012, cerca de 373 mil pessoas participaram de eventos socioculturais.

### **Ary Joel é o novo presidente do Banco do Nordeste**

Em 28 de agosto, tomou posse, como novo presidente do Banco do Nordeste, Ary Joel de Abreu Lanzarin. Funcionário de carreira do Banco do Brasil, ele exercia a função de diretor de Distribuição da estatal, onde também foi diretor de Micro e Pequenas Empresas. Natural de São Miguel do Oeste (SC), tem 55 anos. É graduado em Gestão de Serviços Executivos, pela Faculdade de Cambury (GO), tendo concluído MBAs em “Formação de Altos Executivos” e “Executivo em Gestão Avançada de Negócios”.

### **Crediamigo obtém o melhor *rating* social entre instituições de microfinanças**

A companhia *Planet Rating*, concedeu ao Crediamigo a maior nota já concedida no *rating* social entre as instituições de microfinanças do mundo. No

rating financeiro, teve notas compatíveis com os melhores órgãos de microcrédito. O relatório considerou que o Crediamigo está em estágio avançado e mantém forte compromisso com as metas sociais.

### O Agroamigo conquistou o primeiro lugar na categoria “Excelência – Melhor em Produtos e Serviços para Inclusão Financeira”

Um dos prêmios mais bem conceituados do país, o VIII Prêmio Relatório Bancário concedeu ao Agroamigo o primeiro lugar na categoria Excelência – Melhor em Produtos e Serviços para Inclusão Financeira. Maior programa de microfinança rural da América do Sul, o Agroamigo foi responsável pela inclusão financeira de mais de 270 mil agricultores familiares. O Programa assegurou a agricultores familiares conta corrente, poupança e cartão de débito.

### Produtos e Serviços Bancários

No âmbito de ações do Programa Banco para Todos, o Banco do Nordeste abriu 600 mil contas simplificadas, superando em 60% a meta do governo federal para inserir 375 mil novos correntistas no decorrer do exercício.

### DESEMPENHO OPERACIONAL

#### Operações Globais

As contratações globais do Banco do Nordeste, no ano de 2012, somaram R\$ 22,8 bilhões, significando um aumento de 5,0% em relação ao ano de 2011. Num total de 3,8 milhões de operações contratadas, quantidade que cresceu 18,2%. Os créditos contratados cresceram 4,6%, sendo R\$ 12,5 bilhões em financiamentos de longo prazo, direcionados para investimentos e R\$ 9,5 bilhões em empréstimos de curto prazo, significando crescimento de 5,4% e 3,5%, respectivamente.

#### OPERAÇÕES GLOBAIS (R\$ milhões)

Tipo	2011		2012		Variação (valor)
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	
Créditos Contratados.....	3.256.395	21.054,0	3.849.853	22.016,8	4,6%
Longo Prazo <sup>(1)</sup> .....	444.666	11.868,5	514.955	12.510,3	5,4%
Curto Prazo <sup>(2)</sup> .....	2.811.729	9.185,5	3.334.898	9.506,5	3,5%
Mercado de Capitais.....	5	689,0	4	807,2	17,2%
Desembolsos FDNE <sup>(3)</sup> – Risco .....	1	11,7	2	9,2	(21,9%)
<b>Total</b>	<b>3.256.401</b>	<b>21.754,7</b>	<b>3.849.859</b>	<b>22.833,2</b>	<b>5,0%</b>

(1) Financiamentos rurais; industriais; agroindustriais; infraestrutura; e comércio e serviços;

(2) Empréstimos de microcrédito (Crediamigo); Crédito Direto ao Consumidor (CDC); capital de giro; desconto; câmbio; e Conta Garantida;

(3) FDNE: Fundo de Desenvolvimento do Nordeste.

Na divisão por porte, destaca-se o “crédito aos pequenos” com 51,2% dos recursos e montante de R\$ 11,7 bilhões. A ênfase no atendimento aos mini, micro e pequenos empreendedores urbanos e rurais reforça o papel do Banco do Nordeste e suas diretrizes como órgão de desenvolvimento regional no apoio a esses segmentos de clientes.

No ano de 2012, o apoio do banco às Micro e Pequenas Empresas (MPEs) cresceu 0,3% em relação ao ano de 2011, com aplicação de aproximadamente

R\$ 2,6 bilhões. As contratações na agricultura familiar somaram R\$ 2,0 bilhões no ano, com expansão de 50,6% em relação ao ano de 2011.

A atuação do Banco do Nordeste em microcrédito cresceu 39,6% no ano, quando foram aplicados R\$ 5,2 bilhões, sendo R\$ 4,3 bilhões no microcrédito urbano e R\$ 916,4 milhões no microcrédito rural.

**DESEMPENHO EM ALGUNS PROGRAMAS E SEGMENTOS (R\$ milhões)**

Programa / Segmento	2011	2012	Varição
Micro e Pequena Empresa (MPE).....	2.569,5	2.576,1	0,3%
Agricultura Familiar (Pronaf).....	1.349,1	2.032,2	50,6%
Microcrédito do Banco do Nordeste .....	3.751,0	5.236,6	39,6%
Urbano (Crediamigo).....	2.975,9	4.320,2	45,2%
Rural (Agroamigo).....	775,1	916,4	18,2%

O Banco do Nordeste cumpriu as metas de contratações estabelecidas para 2012 em quase todos os segmentos. Com o valor contratado de R\$ 12 bilhões o FNE atingiu o percentual de 107,4% da meta, enquanto o microcrédito (Crediamigo e Agroamigo) alcançou 113,3%. A agricultura familiar foi o segmento que apresentou melhor desempenho, com o valor realizado representando 130,8% da meta.

**ALCANCE DE METAS EM CONTRATAÇÕES NO ANO DE 2012 (R\$ milhões)**

Variável	Realizado	Meta	Realizado / Meta
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)....	11.970,2	11.150,0	107,4%
Micro e Pequena Empresa (MPE).....	2.576,1	3.000,0	85,9%
Agricultura Familiar (Pronaf).....	2.032,2	1.554,0	130,8%
Microcrédito do Banco do Nordeste .....	5.236,6	4.622,8	113,3%
Urbano (Crediamigo).....	4.320,2	3.800,0	113,7%
Rural (Agroamigo).....	916,4	822,8	111,4%

As operações de crédito contratadas por setor econômico evidenciaram crescimento nos setores rural, industrial e comércio/serviços. O maior crescimento aconteceu no setor industrial com 21,7%, seguido do rural com 12,3%. O setor comércio/serviços cresceu 10,2% e representou 46,8% do total contratado em 2012.

**OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS POR SETOR ECONÔMICO (R\$ milhões)**

Setor	2011	2012	Varição
Rural .....	4.686,6	5.262,9	12,3%
Industrial .....	5.041,1	6.133,8	21,7%
Infraestrutura .....	1.977,0	312,5	(84,2%)
Comércio/Serviços <sup>(1)</sup> .....	9.349,3	10.307,6	10,2%
<b>Total</b>	<b>21.054,0</b>	<b>22.016,8</b>	<b>4,6%</b>

(1) Inclui os empréstimos de microcrédito (Crediamigo).

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi responsável por 95,7% dos financiamentos de longo prazo concedidos no ano de 2012, com contratações no valor de R\$ 12 bilhões, representando crescimento de 7,9% em relação ao ano de 2011.



**FINANCIAMENTOS DE LONGO PRAZO CONTRATADOS POR FONTE (R\$ milhões)**

Fonte	2011	2012	Varição
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)....	11.090,7	11.970,2	7,9%
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) .....	294,9	252,7	(14,3%)
Recursos Internos (Recin).....	198,2	137,8	(30,5%)
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) .....	117,6	90,5	(23,0%)
Poupança Rural .....	67,9	14,8	(78,2%)
Fundos de Terras e da Reforma Agrária .....	52,9	27,3	(48,4%)
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) .....	27,5	13,8	(49,8%)
Outras .....	18,8	3,2	(83,0%)
<b>Total</b>	<b>11.868,5</b>	<b>12.510,3</b>	<b>5,4%</b>

O Banco do Nordeste atua em operações de curto prazo com capital de giro, descontos de títulos, contas garantidas e câmbio. O banco contratou R\$ 9,5 bilhões em operações de curto prazo durante o ano de 2012, com acréscimo de 3,5% em relação ao ano de 2011, com os produtos CDC, Capital de Giro e Crediamigo apresentando expansão.

**Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)**

O ano de 2012 registrou crescimento no volume total do FNE com aplicações totais na ordem de R\$ 11.970,2 milhões.

**FNE – OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS EM 2012 (R\$ milhões)**

Fonte	2011	2012	Varição
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)	11.090,7	11.970,2	7,9%

**Ranking dos Bancos por Operações de Crédito**

O Banco do Nordeste possui uma carteira de R\$ 45,9 bilhões, incluindo carteira de crédito do FNE, administrada pelo banco, no valor de R\$ 34,8 bilhões, mantendo a 9ª posição no *ranking* dos saldos de operações de crédito dos maiores bancos do país, conforme último relatório divulgado pelo Banco Central.

**RANKING DOS 20 MAIORES BANCOS NO BRASIL POR SALDO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO – SETEMBRO DE 2012 (R\$ milhões)**

Ranking/Banco	Saldo	Ranking/Banco	Saldo
1º BB.....	447.862,3	11º BANRISUL .....	22.666,8
2º CEF .....	324.498,8	12º VOLKSWAGEN .....	20.922,4
3º ITAÚ .....	308.825,9	13º BMG.....	16.094,8
4º BRADESCO .....	253.962,7	14º CITIBANK .....	13.643,2
5º BNDES .....	232.191,3	15º BASA (com FNO) .....	13.629,8
6º SANTANDER .....	182.510,0	16º BIC .....	10.286,7
7º VOTORANTIM .....	54.844,7	17º PANAMERICANO.....	9.037,0
8º HSBC.....	47.873,7	18º MERCEDES-BENZ.....	8.510,1
<b>9º Banco do Nordeste (com FNE) ..</b>	<b>45.993,1</b>	19º BANSICREDI.....	8.177,3
10º SAFRA.....	41.514,9	20º MERCANTIL DO BRASIL....	7.794,7

Fonte: SISBACEN

## DESEMPENHO POR SEGMENTOS DE CLIENTES

### Microcrédito Urbano (Crediamigo)

O Crediamigo é o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste que facilita o acesso ao crédito a milhares de empreendedores urbanos. O crédito concedido proporciona o desenvolvimento de atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, movimentando a economia nacional e melhorando a qualidade de vida de milhares de famílias brasileiras.

Em 2012, o Banco do Nordeste emprestou R\$ 4,3 bilhões, representando um crescimento de 44% em relação aos valores alcançados em 2011. A quantidade de empréstimos desembolsados evidencia crescimento de 26,6%, nas 2.844.021 operações. A quantidade de clientes ativos teve acréscimo de 30%, atingindo o quantitativo de 1.360.170 clientes em 31 de dezembro, desses 1.171.619 referem-se ao Programa Crescer, estratégia do Plano Brasil sem Miséria do governo federal.

O crescimento da carteira ativa foi de 41,4% em relação ao ano de 2011, alcançando ao final de 2012 o saldo de R\$ 1,6 bilhão.

#### PROGRAMA CREDIAMIGO – RESULTADOS

Variável	2011	2012	Varição
Quantidade de Operações .....	2.246.905	2.844.021	26,6%
Valor Contratado (R\$ milhões) .....	2.975,9	4.320,2	45,2%
Valor Médio Contratado (R\$ 1,00).....	1.324,43	1.519,04	14,7%
Média Diária de Contratações .....	8.952	11.285	26,1%
Clientes Ativos .....	1.046.062	1.360.170	30,0%
Carteira Ativa (R\$ milhões).....	1.144,9	1.619,9	41,4%
Pontos de Atendimento .....	381	413	8,5%
Municípios Atendidos.....	1.878	1.992	6,1%

Ao final de 2012, a inadimplência dos empréstimos ficou em 0,69%, sendo a menor inadimplência desde o lançamento do Programa Crediamigo.

O Crediamigo esteve presente em 1.992 municípios brasileiros por meio de uma rede de 413 pontos de atendimento.

Além da inclusão creditícia e bancária, o Programa Crediamigo oferece a seus clientes orientação empresarial e ambiental, propiciando informação e conhecimento.

O Crediamigo realizou a certificação de seu desempenho no segmento das microfinanças por meio da elaboração de relatórios de avaliação (*rating*) financeiro e social, elaborado pela empresa *Planet Rating*, especializada nesta atividade. As notas recebidas estão dentre as mais altas já concedidas a um programa de microfinanças, sendo que a avaliação social chancelou o Programa com a maior nota já concedida a uma instituição financeira no mundo.

### Microcrédito Rural (Agroamigo)

O Agroamigo, lançado em 2005, é o maior programa de microfinança rural do Brasil e se propõe a melhorar o perfil social e econômico do agricultor familiar enquadrado como Pronaf Grupo B.

Com metodologia própria, adaptada às condições do meio rural, cuja principal característica é o atendimento integral, a partir da forte presença do Assessor de Microcrédito nas comunidades, o Programa incentiva o desenvolvimento de atividades produtivas agropecuárias e não agropecuárias.

Em 2012, o Programa contratou 375.088 operações em toda área de atuação do banco, correspondendo a um montante de R\$ 916,4 milhões. Atualmente, as mulheres representam 47% dos clientes ativos do Agroamigo.

O Agroamigo está presente em 160 Unidades do banco e atende a 1.945 municípios, que corresponde a 97,7% do total de municípios da área de atuação do banco.

O Agroamigo também trabalha com foco na inclusão financeira e conscientização ambiental dos microempreendedores. Mais de 354 mil agricultores atendidos pelo Programa já possuem conta corrente/poupança no Banco do Nordeste.

Em 2012, as principais realizações do Banco do Nordeste no Agroamigo buscaram consolidar a sua imagem institucional e o aperfeiçoamento gerencial, destacando-se:

- § realização do Seminário Internacional sobre Microfinanças em Salvador (BA), com a presença de cerca de 350 participantes de diversos países;
- § participação e apresentação do Agroamigo no Seminário Internacional de Microfinanças no Peru;
- § realização de pesquisa de impacto socioeconômico do Agroamigo nas economias locais, na área de atuação do Banco do Nordeste, realizada pela Universidade de São Paulo (USP), divulgada por meio do lançamento do livro “Cinco anos de Agroamigo: retrato do público e efeitos do Programa”, de autoria de Ricardo Abramovay;
- § realização de eventos nos municípios da área de atuação do Banco do Nordeste para a fidelização dos clientes abordando temas como o dia internacional da mulher e dia das mães, assim como efetivação das ações emergenciais contra a estiagem e regularização de dívidas;
- § implantação de projeto-piloto para a expansão da aplicação da metodologia do Agroamigo para financiamento de operações de até R\$ 15.000,00 para os demais grupos do Pronaf;
- § criação e distribuição do cartão Agroamigo, para saques dos recursos dos financiamentos, como ação para a inclusão bancária;
- § recebimento do Prêmio Relatório Bancário no 1º Lugar na categoria Excelência – Melhor em Produtos e Serviços para Inclusão Financeira; e
- § realização de 180 eventos de capacitação de clientes, abordando temas de educação financeira e ambiental, com a participação de 15.936 agricultores.

## Agricultura Familiar (PRONAF)

O Pronaf é o programa do governo federal para apoiar o segmento econômico da agricultura familiar. No Nordeste do Brasil este segmento representa 92,7% dos estabelecimentos rurais, correspondendo a 2,2 milhões de estabelecimentos familiares e 6,8 milhões de pessoas ocupadas na agricultura.

O Banco do Nordeste é o principal agente financeiro do Pronaf no Nordeste, contando com uma carteira ativa no valor de R\$ 5,3 bilhões, o que corresponde a 1,3 milhão de operações.

Em 2012, o banco contratou 467.899 operações com público de baixa renda, especialmente agricultores familiares envolvendo recursos totais de R\$ 2,0 bilhões, sendo que 66% dos financiamentos concedidos estão localizados na região semiárida. Em comparação com o exercício de 2011, verifica-se um incremento de 50,6% no valor contratado.

Das operações contratadas 81,1% foram realizadas com agricultores familiares afetados pela estiagem no Nordeste em 2012, tendo sido contratadas 217,6 mil operações, equivalentes a R\$ 1,1 bilhão, e assim contribuiu diretamente para minimizar os efeitos da crise climática pela qual passa a Região.

### PRONAF – CONTRATAÇÕES POR MODALIDADE EM 2012 (R\$ milhões)

Modalidade	Qtde	Valor
Pronaf A.....	3.101	59,3
Pronaf AC .....	979	3,9
Pronaf B.....	227.107	549,6
Pronaf B – Linha Especial Seca 2012.....	148.366	367,6
Pronaf Renda Variável.....	8.254	82,4
Pronaf – Mais-Alimento .....	6.458	165,6
Semiárido.....	2.551	25,8
Mulher .....	400	4,6
Jovem .....	47	0,4
Floresta.....	124	1,9
Pronaf Eco .....	35	0,8
Pronaf – Linha Especial Seca 2012 .....	69.269	764,4
Pronaf C.....	866	2,7
Agroindústria.....	8	0,2
Procir – Pronaf (Lei nº 12.716/2012) .....	334	3,0
<b>Total</b>	<b>467.899</b>	<b>2.032,2</b>

Com o objetivo de manter a boa qualidade no atendimento aos agricultores, o banco implementou em 2012 várias ações, dentre as quais se destacam:

- § apoio creditício aos agricultores familiares afetados pela estiagem no Nordeste em 2012, por meio das Linhas Especiais de Crédito de Investimento e de Custeio do Pronaf;
- § renegociação de operações para os agricultores atingidos pela estiagem;
- § abertura de 295.648 contas correntes; e

§ assinatura de convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para capacitação de 4.310 jovens, a serem atendidos com microcrédito rural.

O Banco do Nordeste financia a aquisição de propriedades rurais para agricultores familiares não proprietários ou com acesso precário à terra por meio dos programas de financiamento Combate à Pobreza Rural (CPR) e Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), integrantes do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

O programa Combate à Pobreza Rural é composto de dois subprojetos: o Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT), que financia a aquisição de imóvel rural, e o Subprojeto de Investimentos Comunitários (SIC), que financia, de forma não reembolsável, os investimentos comunitários complementares. Por sua vez, o programa Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) financia aquisição de imóvel rural com as benfeitorias existentes, assim como a realização de investimentos de infraestrutura básica e produtiva.

Em 2012, foram contratados R\$ 50,6 milhões pelo programa Combate à Pobreza Rural nos projetos Aquisição de Terras (SAT), Investimentos Comunitários (SIC) e Consolidação da Agricultura Familiar (CAF).

### **Pequenos e Miniprodutores Rurais**

O Banco do Nordeste atua com os pequenos e miniprodutores rurais, visando ao fortalecimento da economia regional e à redução da pobreza no campo. Integrando o crédito às políticas públicas nas diferentes esferas governamentais, o banco promove a inclusão financeira e social, a melhoria de renda dos clientes desse segmento e a expansão e diversificação da competitividade da base econômica regional.

A atuação do Banco do Nordeste na área rural vai além do caráter meramente financeiro, de fornecedor do crédito de custeio e investimento. Como instituição de fomento regional, suas políticas são voltadas para o desenvolvimento, procurando integrar aspectos mercadológicos, tecnológicos, científicos, organizacionais e ambientais em sua área de atuação.

A prioridade do banco para esse segmento consiste em dotar as propriedades rurais de infraestrutura produtiva, financiando os pequenos e miniprodutores, por meio de vários programas de financiamento, a fim de atender suas necessidades, desde a compra de insumos até a comercialização da produção.

A carteira ativa compreende, ao final de 2012, 138 mil clientes com um saldo ativo de R\$ 5,8 bilhões. Foram contratadas 14.428 operações de crédito rural com pequenos e miniprodutores no valor total de R\$ 928,7 milhões.

### **Micro e Pequenas Empresas (MPEs)**

O Banco do Nordeste disponibilizou, no ano de 2012, o montante de R\$ 2,6 bilhões para contratações com Micro e Pequenas Empresas (MPEs) por meio de suas linhas de crédito de curto e longo prazos. Foram atendidas 27.852 micro e pequenas empresas com a contratação de 88.280 operações.

## Negócios Empresariais

O segmento de negócios empresariais envolve clientes de pequeno-médio, médio e grande portes. Compõem este segmento de clientes, os produtores rurais com renda bruta superior a R\$ 3,6 milhões e as empresas com faturamento anual entre R\$ 3,6 milhões e R\$ 200 milhões.

O banco também atua no segmento *Corporate* composto por clientes que apresentam faturamento superior a R\$ 200 milhões.

No ano de 2012, foram contratados com esses segmentos aproximadamente R\$ 11.129,1 milhões.

## Negócios com Governo e Pessoa Física

Os clientes do segmento Governo estão representados pelos entes integrantes da administração pública, direta e indireta, com todos os seus respectivos órgãos, com exceção das empresas pertencentes à Administração Pública Indireta, as ditas “não dependentes”, conforme legislação vigente.

A carteira ativa de operações de crédito e o montante de captação de recursos nos segmentos alcançaram, respectivamente, o volume de R\$ 1,5 bilhão e R\$ 1,1 bilhão, com 1.964 clientes cadastrados.

No segmento Pessoa Física são atendidos prioritariamente as pessoas físicas vinculadas aos empreendimentos financiados pelo banco.

## NEGÓCIOS BANCÁRIOS E FINANCEIROS

### Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento e à Copa do Mundo 2014

O Banco do Nordeste atua com total aderência às diretrizes do governo federal, notadamente no apoio financeiro prestado aos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e à Copa do Mundo 2014.

Durante o ano de 2012, o banco apoiou financeiramente empreendimentos para a Copa do Mundo 2014 e as operações enquadradas no PAC com recursos que totalizaram na ordem de R\$ 308,3 milhões.

### Negócios de Crédito Comercial

Os empréstimos de crédito comercial, complementares aos investimentos e compreendendo os produtos Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Capital de Giro, Desconto de Títulos e Contas Garantidas, somaram R\$ 4,2 bilhões em 2012.

#### EMPRÉSTIMOS DE CRÉDITO COMERCIAL EM 2012 (R\$ milhões)

Produto	Valor
Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e Capital de Giro.....	2.281,9
Desconto.....	768,3
Contas Garantidas.....	1.109,9
<b>Total</b>	<b>4.160,1</b>

No contexto de modernização das ferramentas de suporte aos negócios de crédito comercial, em 2012 foi implantada nova sistemática de contratação de

Crédito Direto ao Consumidor e de Cheque Especial Pessoa Física, bem mais simplificada, ágil e segura.

### **Comércio Exterior e Câmbio**

A soma da movimentação de todos os negócios de câmbio atingiu o valor de R\$ 5,1 bilhões. Este valor foi 3,7% superior ao montante de R\$ 4,9 bilhões, movimentado no ano de 2011, destacando o Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC/ACE) com R\$ 1,2 bilhão em 2012.

Mediante a realização de operações de câmbio e comércio exterior, o Banco do Nordeste mantém o suporte para que as empresas nordestinas acessem mercados internacionais, desempenhando o seu papel desenvolvimentista.

### **Recuperação de Crédito**

Em 2012 foram regularizadas 274.309 operações que estavam em prejuízo ou com o mínimo de 61 dias de atraso nas datas de suas respectivas renegociações. Essas operações representaram o montante de R\$ 1,3 bilhão, sendo que o valor de R\$ 369,1 milhões foi recebido à vista.

Do total recuperado no ano, o valor de R\$ 516,5 milhões correspondeu às regularizações de operações com clientes do Pronaf e R\$ 828,6 milhões de operações de clientes não Pronaf. Com a fonte FNE foram regularizados R\$ 1.023,8 milhões.

### **Produtos e Serviços Bancários**

No âmbito de ações do Programa Banco para Todos, o Banco do Nordeste abriu 600 mil contas simplificadas, superando em 60% a meta do governo federal para inserir 375 mil novos correntistas no decorrer do exercício.

Ampliando a oferta de produtos e serviços aos microempreendedores, o banco implantou no ano mais de um milhão de cartões com a opção de débito, facilitando para esse grupo de clientes o processo de compras de insumos para as atividades produtivas.

O Banco do Nordeste lançou o Seguro de Vida do Agricultor Familiar, com preço acessível e condições diferenciadas e específicas, como parte da estratégia de venda de microsseguro de crédito, urbano e rural, que conta com mais de três milhões de apólices contratadas em 2012.

No final do ano foi iniciado, na rede de agências, o serviço de depósitos em terminais de autoatendimento.

### **Mercado de Capitais**

O Banco do Nordeste auxilia as empresas do Nordeste a acessar e utilizar instrumentos do mercado de capitais, complementando e fortalecendo as ações do banco para o desenvolvimento da Região. Essas ações ampliam sua visibilidade e contribuem para que as empresas nordestinas diversifiquem suas carteiras e ampliem seus rendimentos, formando assim um círculo virtuoso em prol do desenvolvimento do Nordeste.

## Operações de Renda Fixa

O banco participou até 2012 da estruturação, coordenação e distribuição de emissões públicas de valores mobiliários de renda fixa, envolvendo valores da ordem de R\$ 2,7 bilhões.

Destaca-se, ainda, a participação no consórcio de bancos que coordenou a primeira emissão pública de debêntures no âmbito do Novo Mercado de Renda Fixa, fato que ganhou ampla repercussão nos meios de comunicação especializados.

## Captação de Recursos

O Banco do Nordeste intensificou a sua captação de recursos com incremento de depósitos a prazo, depósitos interbancários para microfinanças (DIM) e caderneta de poupança. Visando ampliar o volume de recursos para financiar as necessidades de capital de giro das empresas nordestinas, o banco experimentou um incremento nas captações de depósito a prazo da ordem de R\$ 1,7 bilhão durante o ano de 2012. O volume atual desses recursos atingiu o montante de R\$ 6,2 bilhões.

A captação de Depósitos Interbancários vinculados às Operações de Microfinanças (DIM) alcançou o volume de R\$ 578 milhões. A melhoria alcançada nas condições dessa modalidade de captação permitiu ao banco reduzir as taxas de juros cobradas dos tomadores finais dos recursos no Programa Crediamigo.

## Depósitos para Reinvestimento

No ano de 2012, o Banco do Nordeste captou o montante de R\$ 134,7 milhões em Depósitos para Reinvestimento - modalidade que, por meio de benefício fiscal, permite às empresas situadas na área de atuação da Sudene investirem parte do Imposto de Renda devido em seus projetos de modernização ou complementação de equipamentos. O valor captado pelo banco no ano corresponde a 73,8% do obtido no exercício de 2011. Na posição de 31.12.2012, o Banco do Nordeste registra um saldo de Depósitos para Reinvestimento de aproximadamente R\$ 401,8 milhões.

## Fundos de Investimento

No ano de 2012, o Banco do Nordeste administrou 20 fundos de investimento, sendo 12 destinados aos clientes de varejo, dois exclusivamente para o setor público e seis para investidores exclusivos.

O patrimônio líquido dos fundos atingiu, ao final de 2012, R\$ 3,9 bilhões, o que representa um crescimento de 13,4% em relação ao final de 2011. Do patrimônio total, R\$ 2,4 bilhões correspondem aos fundos exclusivos e R\$ 1,5 bilhão aos fundos de varejo e do setor público.

### FUNDOS DE INVESTIMENTO – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ milhões)

Fundos	31/12/2011	31/12/2012	Varição
Varejo e Setor Público .....	1.228,9	1.489,1	21,2%
Exclusivos .....	2.218,3	2.419,7	9,1%
<b>Total</b>	<b>3.447,2</b>	<b>3.908,8</b>	<b>13,4%</b>



### **Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor)**

O Patrimônio Líquido do Finor atingiu o montante de R\$ 391 milhões ao final de dezembro de 2012. O valor médio no ano foi de R\$ 407,5 milhões, calculado com base no patrimônio líquido diário.

Comparado com o valor do final de 2011, o patrimônio líquido do Finor cresceu 4,6% no ano. No ano de 2012, o ingresso de recursos foi de R\$ 144,1 milhões, decorrente de opções para os Incentivos Fiscais do Finor, relativos aos exercícios de 2000 a 2008, repassados ao Fundo pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Tais aportes viabilizaram o processamento das ordens de emissão de cotas do exercício de 2008, no valor de R\$ 156,4 milhões, assim como o atendimento de ordens adicionais daquele ano e de exercícios anteriores no valor de R\$ 110,7 milhões.

### **Fundos de Investimento em Participações**

Em 2012, o Banco do Nordeste manteve sua posição nos três Fundos de Investimento em Participações com um montante comprometido de R\$ 51,4 milhões, conforme adiante:

- § Criatec – Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes: é uma parceria do Banco do Nordeste com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com aplicação em empresas emergentes inovadoras e concentração nos setores de Tecnologia da Informação (TI), Biotecnologia, Novos Materiais, Nanotecnologia e Agronegócios. O Fundo investe nas empresas provendo-as de apoio gerencial adequado para que obtenham ganhos de capital e de outros rendimentos. Em 2008 o banco entrou como cotista no Fundo comprometendo-se com R\$ 20 milhões, representando 20% do patrimônio do Criatec, enquanto o BNDES detém 80%;
- § Nordeste Empreendedor – Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes: foi o primeiro fundo de capital de risco criado e aprovado para o Nordeste e realizou investimentos em sete empresas nordestinas. O Banco do Nordeste possui 43,6% do patrimônio do Fundo; e
- § Brasil Agronegócio – Fundo de Investimentos em Participações: iniciou suas atividades em 2010, é um fundo destinado à aplicação exclusiva em empresas cujo objeto social inclua o desenvolvimento e ou investimento em atividades no setor do agronegócio no Brasil. O Banco do Nordeste possui 2,6% do patrimônio do Fundo e participou como distribuidor das cotas.

## RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

### Ativos Globais

Ao término de 2012 os ativos globais do Banco do Nordeste apresentaram um acréscimo de 20,6% em relação ao final de 2011, sendo que os saldos totais de ativos do FNE cresceram 13,5%.

### Resultados

O lucro líquido de 2012 foi de R\$ 508,4 milhões, superior em 61,5% ao apresentado em 2011 (R\$ 314,8 milhões). O lucro líquido por ação que em 31.12.2011 era de R\$ 3,62, passou, em 31.12.2012, para R\$ 5,84.

A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio passou de 13,57% a.a. em 2011 para 20,26% a.a. em 2012.

### Avaliação de Risco Internacional e Local - *Rating*

Em 2012, as três principais agências internacionais classificadoras confirmaram os *ratings* do Banco do Nordeste.

A Moody's Investors Service confirmou o grau de investimento em escala global. Desde 2011 a agência elevou o *rating* do Banco do Nordeste para 'Baa2' em depósito em moeda estrangeira de longo prazo e para 'Prime-2' para depósito em moeda estrangeira de curto prazo. Já na escala nacional, a agência manteve o *rating* de 'Aaa.br' de longo prazo e 'BR-1' de curto prazo. Todos os *ratings* têm perspectiva estável.

A Fitch confirmou o grau de investimento em escala global, onde os *Issuer Default Ratings* (IDRs) de longo prazo, tanto em moeda estrangeira quanto em moeda local, ficaram em 'BBB', com perspectiva estável. Os IDRs de curto prazo, em moeda estrangeira e em moeda local, ficaram em 'F2'. O *rating* nacional de longo prazo e de curto prazo foram 'AAA(bra)' e 'F1+(bra)', respectivamente. De acordo com a Agência, a classificação atribuída reflete a importância do banco para o desenvolvimento da Região Nordeste do país.

A Standard & Poor's reafirmou a perspectiva na escala global em moeda estrangeira, ficando o *rating* em 'BBB/Estável/A-2'. Em moeda nacional atribuiu 'brAAA', também Estável. Em abril de 2012 a Agência elevou o perfil de crédito individual do Banco do Nordeste de "BBB-" para "BBB". Para a Agência, os *ratings* do banco refletem sua importância nas políticas públicas da Região Nordeste do país e o apoio dado por seu acionista majoritário, o governo federal.

### Convergência Contábil aos Padrões Internacionais

O Banco do Nordeste passou a divulgar, desde 2011, suas demonstrações financeiras anuais com a adoção do padrão contábil *International Financial Reporting Standards* (IFRS), preconizado pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). No caso de instituições financeiras, o padrão do IASB é obrigatório no Brasil somente para divulgação de demonstrativos financeiros consolidados, enquanto os demonstrativos individuais são dispensados dessa divulgação.

## **ETENE**

O Banco do Nordeste tem em sua estrutura o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), que tem como responsabilidades básicas elaborar, promover e difundir conhecimentos técnicos e científicos que subsidiem as ações do banco em sua área de atuação visando ao desenvolvimento sustentável.

Em 2012 foram publicados 38 livros nas categorias Série Teses e Dissertações, Documentos ETENE, Série BNB Ciência e Tecnologia, Revista Econômica do Nordeste - REN, Revista BNB Conjuntura Econômica, dentre outros.

O Etene organizou e coordenou o XVIII Fórum BNB de Desenvolvimento e XVII Encontro Regional de Economia “60 ANOS DE DESENVOLVIMENTO” com o objetivo de mobilizar as comunidades acadêmica, empresarial e política em torno de questões relevantes para o desenvolvimento regional.

### **Estudos e Pesquisas**

Com relação aos estudos e pesquisas, o Etene realizou os seguintes trabalhos no ano de 2012:

- § Revista BNB Conjuntura Econômica;
- § Boletim de Conjuntura Mensal;
- § O papel da Alocação Equitativa dos Recursos do SUS;
- § Análise das Contas Regionais do IBGE – 2009;
- § Informe “Turismo no Nordeste – 2011”;
- § Limites, Oportunidades e Posicionamento Estratégico para a Cultura da Manga em Áreas Emergentes;
- § Setores Consumidores de Madeira: aspectos do mercado atual e potencial do eucalipto;
- § A participação da agricultura familiar no PIB do Nordeste;
- § Agricultura Familiar no Nordeste: uma análise comparativa entre dois censos agropecuários; e
- § A Agroindústria da Carne Bovina no Nordeste.

### **Avaliação de Políticas e Programas**

Em 2012 foram concluídos os seguintes trabalhos:

- § Relatório de Resultados e Impactos do FNE 2011;
- § Relatório de Resultados e Impactos do FNE 2012 – Primeiro Semestre;
- § Relatório de Gestão do FNE 2011;
- § Relatório do Pronaf 2011;
- § Avaliação dos Impactos dos Investimentos do Banco do Nordeste e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) na Geração de Emprego na Região Nordeste – 2000 a 2007;

- § Avaliação dos Impactos dos Investimentos do Banco do Nordeste e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) na Geração de Emprego na Região Nordeste – 2000 a 2008;
- § Cinco Anos de Agroamigo: retrato do público e efeitos do Programa;
- § Avaliação de Impacto Macroeconômico dos Diversos Programas Financiados pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE); e
- § Avaliação do FNE Rural.

### **Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento**

Reconhecendo a importância das pesquisas para o aproveitamento das potencialidades e competências regionais, a 59ª Assembleia Geral Ordinária (AGO) aprovou para 2012 a dotação de R\$ 20,2 milhões para aplicação pelo Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci), R\$ 6,5 milhões para o Fundo de Apoio às Atividades Socioeconômicas do Nordeste (Fase) e R\$ 8,5 milhões para o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR). Com recursos de dotações de anos anteriores e da dotação de 2012, o Banco do Nordeste aplicou, por meio dos fundos Fundeci, Fase e FDR, no ano de 2012, R\$ 35,8 milhões em 609 projetos.

#### **Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci)**

Instituído em 1971, o Fundeci foi pioneiro no fomento à pesquisa e à difusão de tecnologias direcionadas às atividades produtivas da área de atuação do Banco do Nordeste, contribuindo para a superação de gargalos do setor produtivo e minimizando o risco financeiro do banco. Desde a sua criação, seu objetivo tem sido o desenvolvimento, a validação e a difusão de tecnologias compatíveis com as peculiaridades regionais, especialmente do semiárido, considerando-se os aspectos econômicos, sociais e culturais do setor produtivo.

Em 2012 o banco aplicou R\$ 22,9 milhões em 393 projetos, com destaque para as seguintes atividades: Agricultura, Pecuária e Agroindústria.

Dentre as ações do Fundeci para o ano de 2012 destacaram-se: Lançamento e Pré-Análise do Edital 01/2012 - Programa de Apoio à Elaboração de Teses e Dissertações e Vistorias Técnicas/Financeiras em convênios. Destacam-se os convênios vistoriados com a Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba (Emepa), a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (Emparn) e a Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa) nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Com relação aos projetos apoiados pelo Fundeci em 2012, vale registrar os seguintes:

- § implantação de unidades de observação para avaliação técnica de culturas de clima temperado e tropical nos polos irrigados do Estado do Ceará no valor de R\$ 190.000,00; e
- § teste e seleção de espécies para a indústria do polo moveleiro de Marco (CE) no valor de R\$ 97.184,00.

### **Fundo de Apoio às Atividades Socioeconômicas do Nordeste (Fase)**

Instituído em 21/02/1980 pela Resolução nº 3.666 da Diretoria do banco, o Fase tem como objetivo financiar projetos e pesquisas socioeconômicas de interesse do Nordeste, bem como proporcionar apoio técnico e gerencial às pequenas e médias empresas da Região. Em 2012 foram apoiados 136 projetos envolvendo recursos no valor de R\$ 8,5 milhões.

Dentre os projetos apoiados pelo Fase em 2012, destacam-se:

- § XVII Encontro Regional da Economia, realizado em Fortaleza no valor de R\$ 89.400,00;
- § 1º Treinamento Intensivo em Planejamento, Implantação, Operação e Promoção de ZPEs, realizado em Fortaleza no valor de valor: R\$ 69.750,00.

### **Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR)**

O FDR foi criado no âmbito federal pelo Decreto nº 94.385, de 28 de maio de 1987, objetivando apoiar programas e projetos que visam prestar assistência creditícia, técnica ou social a atividades produtivas na área de atuação do Banco do Nordeste.

Em 2012, foram apoiados 80 projetos no valor de R\$ 4,4 milhões, distribuídos nas seguintes linhas temáticas: capacitação profissional; economia solidária; desenvolvimento local e meio ambiente; convivência com o semiárido; cultura; e cidadania.

No que se refere aos projetos apoiados pelo FDR em 2012, destacam-se:

- § Agroecologia e Renda: Fortalecendo os Sistemas Produtivos Locais do Sertão do Araripe, nos municípios Ouricuri (PE), Bodocó (PE) e Ipubi (PE), no valor de R\$ 100.000,00; e
- § Semente, a Segurança Alimentar do Semiárido, nos municípios de Itapipoca, Trairi e Irauçuba, no Estado do Ceará, no valor de R\$ 49.600,00.

## **GESTÃO ESTRATÉGICA**

### **Desenvolvimento Humano**

O Banco do Nordeste encerrou o ano de 2012 com 6.169 empregados, 335 Bolsistas de Nível Médio, 477 Bolsistas de Nível Superior e 160 Jovens Aprendizes, visando promover a formação técnico-profissional desses adolescentes em cumprimento à Lei da Aprendizagem Profissional, nº 10.097.

Com relação às conquistas salariais dos empregados, o ano de 2012 representou um marco com a assinatura do Acordo Coletivo 2012/2013, em conjunto com os demais bancos.

No ano de 2012 foi efetivada também a implantação do ponto eletrônico, representando uma importante ferramenta de controle da jornada de trabalho para o banco e, principalmente, para os empregados.

O programa de Educação Formal ofertou 275 novas oportunidades, das quais 85 para programas de graduação, 172 para especialização e MBA, 15 para mestrados e 3 para doutorados.

Foram realizadas 22.189 oportunidades de treinamento, das quais 10.797 (49%) na modalidade presencial e 11.392 (51%) ofertadas à distância, contemplando 61% do quadro funcional do banco.

Para atender à regulamentação do Banco Central do Brasil, por meio da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), o banco conta com 2.229 empregados com a Certificação Financeira CPA-10 e 306 com a CPA-20.

Em relação à Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (PLD), exigência do Banco Central, o Banco do Nordeste capacitou 99% dos seus empregados em 2012.

Para a consecução desses objetivos, a Universidade Corporativa Banco do Nordeste tem buscado desenvolver parcerias com entidades e instituições de ensino que possibilitem a verticalização de conhecimento em setores estratégicos para os negócios do banco. Em sua maioria, organizações de referência no mercado nacional e internacional, tais como a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), a Amanakey, a Fundação Instituto de Administração (FIA/USP), dentre outras no país.

### **Planejamento**

No ano de 2012, foi aprovado o Planejamento Estratégico do Banco do Nordeste para o ciclo 2013-2016, com a reformulação da missão, visão, valores, objetivos estratégicos e estratégias que nortearão o banco nos próximos anos, construída com a participação de todos os funcionários e, ainda, a construção do Programa de Ação 2013 da rede de agências.

### **Marketing**

Em 2012 destacam-se a realização de ações estratégicas no que diz respeito à gestão da marca, satisfação do cliente, administração dos canais de interação com o cliente, estudos de viabilidade econômico-financeira para instalação de novas agências e implantação de “Espaços Nordeste” e diversas pesquisas.

### **Marca**

Em 2012 o Banco do Nordeste avançou na consolidação do seu posicionamento de marca: “Banco múltiplo federal, que, com sua essência de desenvolvimento, cultura e negócios, é parceiro nos momentos importantes da vida das pessoas da Região Nordeste”.

Pelo quinto ano consecutivo, a marca Banco do Nordeste figura no *Global 500 Banking Brands Index*, *ranking* que contempla as marcas de bancos de capital aberto mais valiosas do mundo. Em 2012, o Banco do Nordeste evoluiu 29 posições em relação à edição anterior, ocupando o 304º lugar em nível mundial e o 7º lugar entre os bancos do Brasil. Desde sua primeira aparição no *ranking*, a marca do banco já avançou 151 posições.

O valor estimado da marca cresceu de US\$ 220 milhões para US\$ 333 milhões, um aumento de mais de 50%. O banco também melhorou na classificação de *brand rating*, de “A” para “A+”.

O *ranking* é divulgado anualmente pela consultoria britânica *Brand Finance*, especializada em avaliação e gestão de marcas, em parceria com a revista inglesa *The Banker* e com a agência de classificação de risco *Austin Rating*.

#### Excelência do Atendimento

O Banco do Nordeste, em 2012, monitorou o tempo de atendimento de todas as suas agências, assim como adotou melhorias nos processos de atendimento aos clientes, a fim de diminuir o tempo de espera nas filas.

As agências foram contempladas com treinamento em Excelência no Atendimento, com alcance de 100% da rede.

#### Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão

Em 2012, o Centro de Relacionamento com Clientes realizou quase um milhão de atendimentos, prestando serviços tais como:

- § orientação empresarial voltada para negócios, transações bancárias e apoio a empresas sobre *internet banking*, cobrança, convênios e folha de pagamento;
- § administração de crédito, por meio de campanhas de renegociação de dívidas, recuperação de crédito, serviços de emissão de boletos, de avisos de reembolso e de cobrança, melhorando a adimplência das operações;
- § monitoramento de oportunidades de relacionamento e negócios, auxiliando na prospecção de negócios das agências; e
- § melhoria da segurança bancária, com monitoramento de transações suspeitas de fraude.

Destaque-se o tempo médio de espera (TME) de dois segundos e o tempo médio de atendimento (TMA) de três minutos. O nível de satisfação dos clientes com o atendimento foi de 90%.

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), implantado em cumprimento da lei 12.527/2011, atendeu a mais de 42 mil pedidos de informação.

#### Canais de Atendimento

##### *Novas agências*

Visando à expansão dos canais de atendimento, o Banco do Nordeste realizou estudos de viabilidade que resultaram na aprovação de 108 novas agências, das quais 27 foram inauguradas em 2012.

##### *Espaços Nordeste*

Em 2012, foram implantados 14 Espaços Nordeste, completando, em dezembro, 30 unidades. Canal de atendimento que integra ações culturais, negócios e cidadania, os Espaços Nordeste obtiveram público de 400 mil pessoas, aproximadamente, em atividades socioculturais e de negócios (total acumulado de julho de 2009 até dezembro de 2012).

## **Comunicação**

Como forma de ampliar e melhorar o relacionamento com a imprensa, visando à construção e à manutenção da imagem do Banco do Nordeste, a assessoria de imprensa do banco mantém perfis nas redes sociais *Twitter*, *You Tube*, *Flickr* e *Slideshare*, além de uma *fan page* no *Facebook* ([facebook.com/imprensabnb](https://www.facebook.com/imprensabnb)). Esta nova forma de relacionamento com a imprensa tem atualmente um alcance de quase 700 mil pessoas.

Ainda no trabalho de articulação com a imprensa, 160 *releases* resultaram no equivalente a 950 páginas de jornal, publicadas gratuitamente em diversos órgãos da imprensa nacional, com notícias de interesse do banco.

Diante dos avanços e resultados obtidos durante toda a sua existência, e com o objetivo de fortalecer e valorizar a imagem institucional, consolidou-se uma ampla campanha de comunicação integrada do Banco do Nordeste em seus 60 anos (19 de julho), com inserções na mídia, visando demonstrar para a sociedade sua importância, seu trabalho ao longo de sua história e como o banco posiciona-se para contribuir, ainda mais, para o futuro de milhares de brasileiros.

## **Tecnologia da Informação (TI)**

Em 2012 foi concluído o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (Peti) para o quadriênio 2012-2015. O novo Peti estabelece o direcionamento estratégico, as ações e os recursos da Área de Tecnologia da Informação em consonância com o planejamento estratégico do Banco do Nordeste.

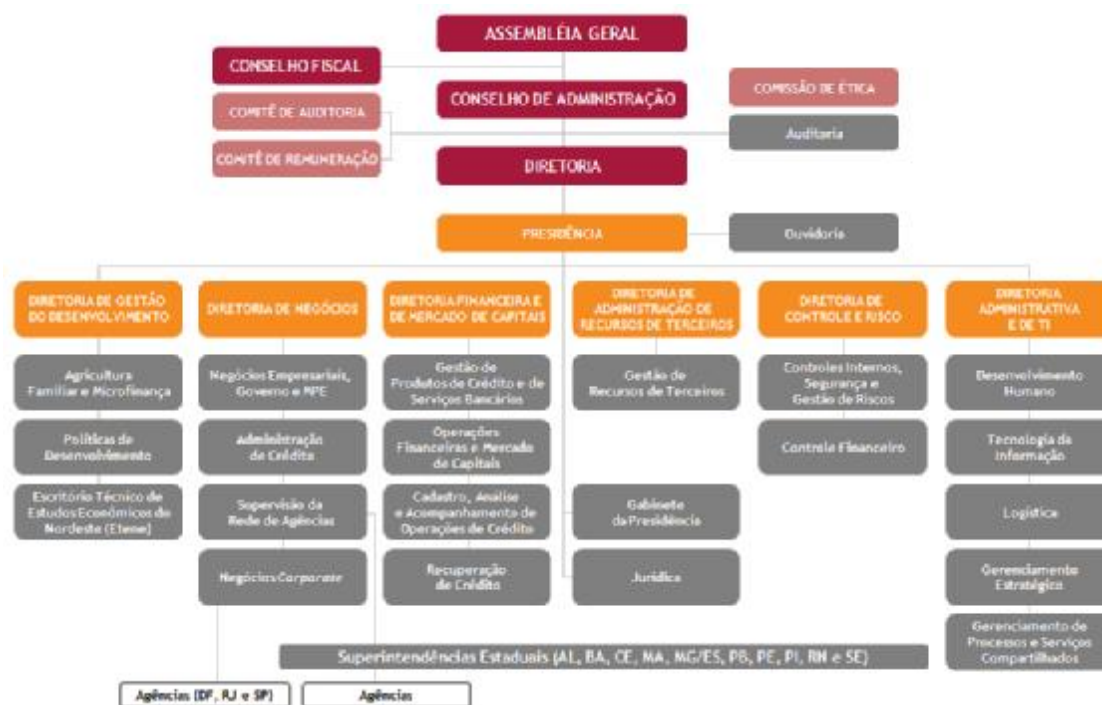
Em relação à infraestrutura de TI, ressalta-se a ampliação da capacidade de armazenamento de dados. Foram adquiridos mais 584 terminais de autoatendimento, 4.211 microcomputadores e 108 computadores servidores para a rede de agências.

## **GOVERNANÇA E GERENCIAMENTO DE RISCO**

A estrutura organizacional do Banco do Nordeste está desenhada com base em princípios de governança corporativa, que visam prover de solidez o banco, por meio de um adequado gerenciamento dos riscos.



## Organograma do Banco do Nordeste



Visando manter a transparência na gestão e compartilhamento das responsabilidades, o Banco do Nordeste possui em sua estrutura organizacional 14 comitês decisórios.

### Auditoria Interna

A atuação da Área de Auditoria do banco possibilita melhoria da gestão dos riscos dos processos e fortalecimento do sistema de controle interno, bem como mitigação de riscos legais, operacionais e de imagem, com aprimoramento do sistema de governança corporativa.

Em 2012, a Auditoria realizou 33 trabalhos relacionados a processos de negócios, processos de TI, dispositivos mandatários e auditorias especiais, além de coordenar o atendimento das demandas oriundas de órgãos de controle, fiscalização, supervisão e auditorias externas.

### Ouvidoria Institucional

A Ouvidoria é um canal de comunicação oferecido pelo Banco do Nordeste aos seus clientes que não tenham ficado satisfeitos com as soluções oferecidas pelos habituais canais de atendimento da Instituição. Possibilita registrar reclamações, denúncias, sugestões e elogios, os quais são encaminhados às áreas internas responsáveis para resposta, cuja pertinência é analisada pela Ouvidoria à luz dos preceitos do Código de Defesa do Consumidor e da transparência das relações entre banco e clientes.

### Comissão de Ética

Em 2003, o Banco do Nordeste constituiu sua Comissão de Ética, colegiado voltado à promoção de ações educativas, preventivas e corretivas concernentes à ética profissional do colaborador no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, cuja atuação se insere nos regramentos

dos decretos nº 1.171, de 22/6/1994, e nº 6.029, de 1/2/2007, do governo federal.

Em cumprimento ao previsto no artigo 6º do decreto nº 6.029, as atividades da Comissão de Ética são relatadas anualmente à Comissão de Ética Pública (CEP), compreendendo o período de maio do ano anterior a abril do ano corrente. Em setembro de 2012, foi encaminhado relatório específico àquela CEP.

### **Comitê de Auditoria**

O Banco do Nordeste conta com um Comitê de Auditoria – órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração –, instituído e regulamentado por intermédio da resolução nº 3.198/2004 do Conselho Monetário Nacional.

Em observância ao artigo 17 da citada resolução, as atividades do colegiado são relatadas semestralmente por meio do seu relatório de atividades, cujo resumo compõe a publicação do conjunto das demonstrações financeiras do banco.

Durante o ano de 2012, o Comitê de Auditoria focou sua atuação no acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas pela Auditoria.

## **RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E CULTURAL**

### **Meio Ambiente e Inovação**

No decorrer do ano de 2012, o Banco do Nordeste desenvolveu diversas ações nas temáticas Meio Ambiente e Inovação, tendo os seguintes destaques:

- § R\$ 157,9 milhões contratados nos programas ambientais de crédito: FNE Verde, Pronaf Semi-Árido, Pronaf Floresta, Pronaf Eco e Pronaf Agropecuária;
- § R\$ 749,6 milhões aplicados ao financiamento da inovação;
- § realização da I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga, resultando na elaboração da “Declaração da Caatinga”, documento que reúne os compromissos assumidos por governos estaduais e demais setores da sociedade;
- § participação na Rio+20, quando foram divulgadas as ações do banco no combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, bem como iniciadas negociações com o MMA sobre o Fundo Clima e o Fundo Nacional do Meio Ambiente; e
- § início da execução do Acordo de Cooperação Técnica com o BID visando redução do desmatamento ilegal e promoção do manejo sustentável da Caatinga, maior eficiência energética dos ceramistas e gesseiros, implantação de aterros sanitários nas grandes cidades (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

### **Programa Cisternas**

Resultado de uma parceria entre o Banco do Nordeste e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Programa tem como objetivo a construção de 30.133 cisternas, das quais 28.483 são cisternas para consumo humano e 1.650 são para produção de alimentos. O banco atua como

mandatário do ministério, ficando responsável pela operacionalização e acompanhamento do Programa Cisternas.

Em 2012, Banco do Nordeste lançou editais de seleção pública de entidades privadas sem fins lucrativos interessadas em participar da execução do referido programa.

### **Responsabilidade Socioambiental**

O Banco do Nordeste, ciente de sua importância na promoção do desenvolvimento socioeconômico da Região de modo integrado e sustentável, vincula a temática Responsabilidade Socioambiental às suas decisões estratégicas e à forma como interage com a sociedade.

Em 2012, foram desenvolvidos programas, projetos e ações fortalecendo a responsabilidade socioambiental na organização, destacando-se:

- § adesão ao Pacto Global, objetivando inserir nas estratégias de negócios, nos processos de decisão e nas atividades diárias do banco, princípios relacionados às áreas de direitos humanos, relações de trabalho, proteção ambiental e combate à corrupção;
- § destinação de R\$ 1,0 milhão aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA), beneficiando cerca de 1.200 crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social;
- § destinação de R\$ 1,0 milhão a projetos no âmbito da Lei de Incentivo ao Esporte, beneficiando cerca de 2.400 crianças e jovens da baixa renda;
- § participação na 4ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, coordenado pela Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República;
- § participação no Fórum Regional da A3P, realizado no Banco do Nordeste com a presença de órgãos públicos, movimentos sociais e setor empresarial, tendo como temática o Consumo Sustentável e a Gestão de Resíduos na Administração Pública;
- § elaboração do Relatório de Sustentabilidade, baseado nas diretrizes da Global Report Initiative (GRI), e da Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental (Dinsa) referentes ao ano de 2011;
- § realização de 11 edições do Showroom Social, que consiste de espaço aberto de amostras de trabalhos executados por Organizações Não Governamentais (ONGs) e entidades sem fins lucrativos, com vistas a divulgar e comercializar trabalhos dessas entidades; e
- § realização do Programa de Inclusão Digital de Fortaleza (Proinfor), em parceria com a Prefeitura de Fortaleza e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), com a formação de 5 turmas, beneficiando 45 jovens de baixa renda.

## A Cultura como fator de desenvolvimento

O Banco do Nordeste atua fortemente no incentivo ao fortalecimento da identidade cultural da Região Nordeste, no entendimento que a cultura contribui para o desenvolvimento regional. Os Centros Culturais Banco do Nordeste reforçam o posicionamento de marca do Banco do Nordeste no fomento à cultura nordestina estabelecendo a parceria regional, por meio do apoio às artes como: música, dança, teatro, cinema, literatura e todas as tradições regionais.

Em 2012, os três centros culturais receberam um público total de 822.705 visitantes, conforme demonstrado a seguir:

### CENTROS CULTURAIS BANCO DO NORDESTE - FREQUÊNCIA DE PÚBLICO EM 2012

Centro Cultural	Público
Fortaleza (CE) .....	404.305
Cariri (Juazeiro do Nordeste, CE) .....	227.792
Sousa (PB) .....	190.608
<b>Total</b>	<b>822.705</b>

Além dos três centros culturais, o Banco do Nordeste conta com mais 30 Espaços Nordeste para disseminação de suas ações culturais.

O público beneficiado pelos 1.757 eventos culturais realizados nas unidades do Espaço Nordeste atingiu a marca de 112.581 pessoas.

### ESPAÇOS NORDESTE

Item	2011	2012	Varição
Número de Unidades.....	16	30	76,5%
Número de Eventos .....	1.176	1.757	49,4%
Quantidade de Público .....	43.105	112.581	161,2%

O Banco do Nordeste e o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) renovaram o convênio para as edições de 2012 e 2013 para realização do Programa de Cultura Banco do Nordeste/BNDES para apoiar projetos culturais selecionados por meio de edital público. Ao longo das sete edições foram patrocinados pelo Programa 1.497 projetos, com um investimento total de R\$ 28,6 milhões, beneficiando 868 municípios nordestinos, sendo que R\$ 2,9 milhões foram liberados em 2012.

### Instrução CVM Nº 381/03

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 03/381, de 14 de janeiro de 2003, o Banco do Nordeste informa que a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S, contratada como auditoria externa, não prestou, no ano de 2012, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

Fortaleza, 5 de fevereiro de 2013.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011  
Direção Geral e Agências no País  
(Valores em R\$ Mil)

**A T I V O**

		31.12.2012	31.12.2011
<b>CIRCULANTE</b> .....		<b>14.312.230</b>	<b>10.584.659</b>
DISPONIBILIDADES .....	(Nota 5)	121.853	97.086
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ .....	(Nota 6.a)	6.514.841	3.240.283
Aplicações no Mercado Aberto .....		6.384.020	3.036.454
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....		130.821	203.829
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS .....	(Nota 7)	459.453	233.192
Carteira Própria .....		309.498	233.158
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		-	34
Vinculados à Prestação de Garantias .....		149.955	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS .....		315.987	267.274
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar.....		1.126	90
Créditos Vinculados:			
Depósitos no Banco Central .....	(Nota 8.a)	306.374	260.563
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural .....	(Nota 8.a)	6.191	4.984
Repasse Interfinanceiros.....		986	905
Correspondentes.....		1.310	732
OPERAÇÕES DE CRÉDITO .....		4.775.461	4.950.715
Operações de Crédito .....	(Nota 9.a)	5.199.136	5.251.775
Setor Público.....		102.633	78.446
Setor Privado .....		5.096.503	5.173.329
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) .....	(Nota 9.a)	(423.675)	(301.060)
OUTROS CRÉDITOS.....		2.100.029	1.778.988
Créditos por Avais e Fianças Honrados .....	(Nota 10.a)	8	-
Carteira de Câmbio .....	(Nota 10.b)	592.978	641.071
Rendas a Receber .....	(Nota 10.c)	25.434	22.902
Negociação e Intermediação de Valores .....	(Nota 10.c)	4	-
Diversos .....	(Nota 10.d)	1.558.087	1.118.570
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) .....	(Nota 10.f)	(76.482)	(3.555)
OUTROS VALORES E BENS .....		24.606	17.121
Outros Valores e Bens .....		5.924	6.169
(Provisões para Desvalorizações) .....		(760)	(1.248)
Despesas Antecipadas .....		19.442	12.200
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b> .....		<b>17.375.096</b>	<b>15.662.089</b>
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS .....	(Nota 7)	10.783.710	9.874.595
Carteira Própria.....		9.691.773	8.878.659
Vinculados a Compromissos de Recompra .....		665.509	672.509
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		193.640	44.860
Vinculados à Prestação de Garantias .....		232.788	278.567
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS .....		40.609	36.863
Créditos Vinculados:			
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural .....	(Nota 8.a)	3	422
SFH - Sistema Financeiro da Habitação .....	(Nota 8.a)	37.156	32.369
Repasse Interfinanceiros.....		3.450	4.072
OPERAÇÕES DE CRÉDITO .....		5.748.868	5.639.615
Operações de Crédito .....	(Nota 9.a)	6.123.950	5.960.393
Setor Público .....		1.262.790	1.255.601
Setor Privado .....		4.861.160	4.704.792
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) .....	(Nota 9.a)	(375.082)	(320.778)
OUTROS CRÉDITOS .....		801.909	111.016
Créditos por Avais e Fianças Honrados .....	(Nota 10.a)	7	-
Diversos .....	(Nota 10.d)	806.214	161.747
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) .....	(Nota 10.f)	(4.312)	(50.731)
<b>PERMANENTE</b> .....	(Nota 12)	<b>201.562</b>	<b>188.840</b>
INVESTIMENTOS .....		1.720	1.568
Outros Investimentos.....		7.023	6.871
(Provisão para Perdas) .....		(5.303)	(5.303)
IMOBILIZADO DE USO.....		198.906	185.569
Imóveis de Uso .....		152.457	137.759
Reavaliações de Imóveis de Uso.....		105.410	105.410
Outras Imobilizações de Uso .....		191.645	166.672
(Depreciações Acumuladas) .....		(250.606)	(224.272)
DIFERIDO .....		936	1.703
Gastos de Organização e Expansão.....		2.939	4.624
(Amortização Acumulada).....		(2.003)	(2.921)
<b>TOTAL DO ATIVO</b> .....		<b>31.888.888</b>	<b>26.435.588</b>

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011  
Direção Geral e Agências no País  
(Valores em R\$ Mil)

**PASSIVO**

		31.12.2012	31.12.2011
<b>CIRCULANTE</b> .....		<b>10.594.408</b>	<b>9.748.154</b>
DEPÓSITOS .....	(Nota 13.a)	4.772.938	5.115.979
Depósitos à Vista.....		118.635	162.445
Depósitos de Poupança.....		1.615.970	1.329.994
Depósitos Interfinanceiros.....		593.137	588.986
Depósitos a Prazo.....		2.445.196	3.034.554
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO .....	(Nota 13.b)	738.598	637.812
Carteira Própria.....		581.802	603.883
Carteira de Terceiros.....		156.796	33.929
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS .....	(Nota 15)	75.476	199.732
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....		66.869	196.364
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....		8.607	3.368
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS.....		66	4
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar.....		66	4
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS.....		15.586	7.142
Recursos em Trânsito de Terceiros.....		15.578	7.142
Transferências Internas de Recursos.....		8	-
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS .....	(Nota 14.b)	826.189	849.768
Empréstimos no País - Instituições Oficiais.....		17.912	16.511
Empréstimos no Exterior.....		808.277	833.257
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS .....	(Nota 14.c)	121.769	173.427
Tesouro Nacional.....		253	217
BNDES.....		101.633	162.562
FINAME.....		19.883	10.648
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS .....	(Nota 7.c)	2.184	7.615
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		2.184	7.615
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR .....	(Nota 14.d)	88.354	81.291
Repasse do Exterior.....		88.354	81.291
OUTRAS OBRIGAÇÕES .....		3.953.248	2.675.384
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados .....	(Nota 16.a)	3.154	4.805
Carteira de Câmbio .....	(Nota 16.b)	32.008	1.188
Sociais e Estatutárias .....	(Nota 16.c)	95.061	12.254
Fiscais e Previdenciárias .....	(Nota 16.d)	825.052	525.820
Negociação e Intermediação de Valores .....	(Nota 16.e)	68	-
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento .....	(Nota 16.f)	1.673.702	1.102.922
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida .....	(Nota 17)	74.143	70.164
Diversas .....	(Nota 16.h)	1.250.060	958.231
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b> .....		<b>18.610.729</b>	<b>14.357.919</b>
DEPÓSITOS .....	(Nota 13.a)	5.048.501	3.848.520
Depósitos à Vista.....		15.383	21.179
Depósitos Interfinanceiros.....		78.890	-
Depósitos a Prazo.....		4.954.228	3.827.341
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO .....	(Nota 13.b)	81.917	66.561
Carteira Própria.....		81.917	66.561
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS .....	(Nota 15)	1.318.769	563.876
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....		418	-
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....		1.318.351	563.876
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS .....	(Nota 14.b)	17.912	33.021
Empréstimos no País - Instituições Oficiais.....		17.912	33.021
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS .....	(Nota 14.c)	1.464.432	1.113.258
Tesouro Nacional.....		556	775
BNDES.....		1.333.988	990.332
FINAME.....		129.888	122.151
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS .....	(Nota 7.c)	6.405	13.513
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		6.405	13.513
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR .....	(Nota 14.d)	736.841	759.101
Repasse do Exterior.....		736.841	759.101
OUTRAS OBRIGAÇÕES .....		9.935.952	7.960.069
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento .....	(Nota 16.f)	5.005.676	3.617.155
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida .....	(Nota 17)	1.128.249	1.067.708
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital .....	(Nota 18)	1.332.382	1.216.319
Diversas .....	(Nota 16.h)	2.469.645	2.058.887
<b>RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b> .....		<b>-</b>	<b>16</b>
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS.....		-	16
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> .....	(Nota 19)	<b>2.683.751</b>	<b>2.329.499</b>
CAPITAL .....		2.142.000	2.010.000
De Domiciliados no País.....		2.142.000	2.010.000
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO.....		22.904	25.198
RESERVAS DE LUCROS.....		425.494	244.536
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL .....		93.737	50.149
(AÇÕES EM TESOURARIA).....		(384)	(384)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b> .....		<b>31.888.888</b>	<b>26.435.588</b>

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

Direção Geral e Agências no País  
(Valores em R\$ Mil)

		2º Sem/2012	Exercício/2012	Exercício/2011
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....</b>		<b>1.875.427</b>	<b>3.804.675</b>	<b>3.347.864</b>
Operações de Crédito.....	(Nota 9.a.2)	1.176.320	2.178.178	1.772.643
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários .....	(Nota 7.b)	632.264	1.326.736	1.365.528
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos .....	(Nota 7.d)	(4.286)	109.979	25.660
Resultado de Operações de Câmbio .....	(Nota 11.b)	58.126	165.449	163.871
Resultado das Aplicações Compulsórias .....	(Nota 8.b)	8.178	19.508	20.162
Operações de Venda ou de Transf. Ativos Financeiros.....		4.825	4.825	-
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....</b>		<b>(1.092.029)</b>	<b>(2.603.574)</b>	<b>(2.130.601)</b>
Operações de Captação no Mercado.....	(Nota 13.c)	(406.445)	(991.525)	(1.048.740)
Operações de Empréstimos e Repasses.....	(Nota 14.e)	(311.493)	(997.251)	(846.952)
Operações de Venda ou de Transf. Ativos Financeiros.....		(2)	(2)	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa .....	(Nota 9.e)	(374.089)	(614.796)	(234.909)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....</b>		<b>783.398</b>	<b>1.201.101</b>	<b>1.217.263</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS .....</b>	(Nota 20)	<b>(558.273)</b>	<b>(951.208)</b>	<b>(548.829)</b>
Receitas de Prestação de Serviços.....		681.061	1.391.602	1.327.021
Rendas de Tarifas Bancárias.....		15.622	29.057	24.735
Despesas de Pessoal:				
Despesas de Pessoal.....		(528.166)	(1.006.809)	(927.906)
Benefício Pós-Emprego.....		(202.006)	(455.028)	(153.387)
Outras Despesas Administrativas.....		(405.206)	(824.986)	(775.242)
Despesas Tributárias.....		(118.932)	(215.202)	(188.995)
Outras Receitas Operacionais.....		617.517	1.431.569	1.164.760
Outras Despesas Operacionais.....		(618.163)	(1.301.411)	(1.019.815)
<b>RESULTADO OPERACIONAL .....</b>		<b>225.125</b>	<b>249.893</b>	<b>668.434</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....</b>		<b>2.191</b>	<b>3.310</b>	<b>7.045</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES.....</b>		<b>227.316</b>	<b>253.203</b>	<b>675.479</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....</b>	(Nota 21)	<b>83.155</b>	<b>320.779</b>	<b>(323.603)</b>
Provisão para Imposto de Renda.....		(172.889)	(259.015)	(181.082)
Provisão para Contribuição Social .....		(109.065)	(163.252)	(115.798)
Ativo Fiscal Diferido.....		365.109	743.046	(26.723)
<b>PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO.....</b>		<b>(48.114)</b>	<b>(65.619)</b>	<b>(37.077)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO.....</b>		<b>262.357</b>	<b>508.363</b>	<b>314.799</b>
<b>JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO.....</b>	(Nota 19.d)	<b>(64.973)</b>	<b>(132.273)</b>	<b>(73.526)</b>
Nº de Ações (em mil) .....		87.002	87.002	87.002
Lucro Líquido por Ação (em R\$).....		3,02	5,84	3,62

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO		RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL
	CAPITAL	AUMENTO DE CAPITAL	ATIVOS PRÓPRIOS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS	OUTRAS				
<b>SALDOS EM 31.12.2010</b>	<b>1.850.000</b>	<b>1.000</b>	<b>28.064</b>	<b>88.896</b>	<b>159.632</b>	<b>-</b>	<b>50.130</b>	<b>-</b>	<b>(384)</b>	<b>2.177.338</b>
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL .....							19			19
AUMENTO DE CAPITAL:										
Proveniente de Reserva:										
Incorporação ao Capital .....	160.000	(1.000)			(159.000)					-
OUTROS EVENTOS:										
Reavaliação de Ativos:										
Realização da Reserva:										
Valor Bruto .....			(4.614)					3.994		(620)
Encargos Tributários .....			1.748					(1.597)		151
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....								314.799		314.799
Destinações:										
Reservas.....				15.740	132.230			(147.970)		-
Dividendos .....								(95.700)		(95.700)
Dividendos Adicionais Propostos (JCP).....						7.038		(7.038)		-
Juros sobre o Capital Próprio (JCP).....								(66.488)		(66.488)
<b>SALDOS EM 31.12.2011.....</b>	<b>2.010.000</b>	<b>-</b>	<b>25.198</b>	<b>104.636</b>	<b>132.862</b>	<b>7.038</b>	<b>50.149</b>	<b>-</b>	<b>(384)</b>	<b>2.329.499</b>
<b>MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO.....</b>	<b>160.000</b>	<b>(1.000)</b>	<b>(2.866)</b>	<b>15.740</b>	<b>(26.770)</b>	<b>7.038</b>	<b>19</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>152.161</b>
<b>SALDOS EM 31.12.2011.....</b>	<b>2.010.000</b>	<b>-</b>	<b>25.198</b>	<b>104.636</b>	<b>132.862</b>	<b>7.038</b>	<b>50.149</b>	<b>-</b>	<b>(384)</b>	<b>2.329.499</b>
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL.....							43.588			43.588
AUMENTO DE CAPITAL:										
Proveniente de Reserva:										
Transferência p/Aumento de Capital.....		132.000			(132.000)					-
Incorporação do Capital.....	132.000	(132.000)								-
OUTROS EVENTOS:										
Reavaliação de Ativos:										
Realização da Reserva:										
Valor Bruto.....			(3.824)					3.824		-
Encargos Tributários.....			1.530					(1.530)		-
OUTROS (Transferência para Pagamento JCP e Dividendos)						(68.559)				(68.559)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....								508.363		508.363
Destinações:										
Reservas.....				25.418	294.578			(319.996)		-
Dividendos e JCP.....								(128.996)		(128.996)
Dividendos Adicionais Propostos (Dividendos e JCP).....						61.521		(61.521)		-
OUTROS (Provisão do IR sobre JCP do Exercício).....								(144)		(144)
<b>SALDOS EM 31.12.2012.....</b>	<b>2.142.000</b>	<b>-</b>	<b>22.904</b>	<b>130.054</b>	<b>295.440</b>	<b>-</b>	<b>93.737</b>	<b>-</b>	<b>(384)</b>	<b>2.683.751</b>
<b>MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO.....</b>	<b>132.000</b>	<b>-</b>	<b>(2.294)</b>	<b>25.418</b>	<b>162.578</b>	<b>(7.038)</b>	<b>43.588</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>354.252</b>
<b>SALDOS EM 30.06.2012.....</b>	<b>2.142.000</b>	<b>-</b>	<b>24.051</b>	<b>116.936</b>	<b>112.630</b>	<b>61.521</b>	<b>113.671</b>	<b>-</b>	<b>(384)</b>	<b>2.570.425</b>
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL .....							(19.934)			(19.934)
OUTROS EVENTOS:										
Reavaliação de Ativos:										
Realização da Reserva:										
Valor Bruto .....			(1.912)					1.912		-
Encargos Tributários.....			765					(765)		-
OUTROS (Transferência para Pagamento JCP e Dividendos)						(61.521)				(61.521)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE.....								262.357		262.357
Destinações:										
Reservas.....				13.118	182.810			(195.928)		-
Dividendos e JCP.....								(67.528)		(67.528)
OUTROS (Provisão do IR sobre JCP do Semestre).....								(48)		(48)
<b>SALDOS EM 31.12.2012.....</b>	<b>2.142.000</b>	<b>-</b>	<b>22.904</b>	<b>130.054</b>	<b>295.440</b>	<b>-</b>	<b>93.737</b>	<b>-</b>	<b>(384)</b>	<b>2.683.751</b>
<b>MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.147)</b>	<b>13.118</b>	<b>182.810</b>	<b>(61.521)</b>	<b>(19.934)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>113.326</b>



## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

	2º Sem/2012	Exercício /2012	Exercício/2011
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Lucro Líquido do Período.....</b>	<b>262.357</b>	<b>508.363</b>	<b>314.799</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido:</b>			
Despesas de Depreciação e Amortização.....	14.711	29.212	27.346
Provisão/(Reversão) para Desvalorização de Outros Valores e Bens.....	(2)	(404)	27
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa .....	349.103	581.565	265.187
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa .....	24.986	33.231	24.215
Provisão para Passivos Contingentes (Riscos do FNE) .....	404.803	699.670	429.782
Provisão para Passivos Contingentes.....	18.853	108.229	140.052
Provisão (Benefícios Pós-Emprego - Deliberação CVM 600) .....	202.006	455.028	153.386
Despesas de Outras Provisões Operacionais.....	6.852	8.676	11.923
Reversão de Provisões Operacionais .....	(55.827)	(121.689)	(59.648)
Despesas de Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital .....	57.811	116.062	114.472
Despesas de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida.....	77.283	137.139	135.550
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Provisionados.....	(67.576)	(129.140)	(162.188)
Aplicações no Diferido.....	-	-	(358)
Resultados de Exercícios Futuros.....	(16)	(16)	-
<b>Lucro Líquido Ajustado.....</b>	<b>1.295.344</b>	<b>2.425.926</b>	<b>1.394.545</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	60.440	(24.915)	17.643
Relações Interfinanceiras e Interdependências .....	(64.919)	(43.954)	(56.316)
Operações de Crédito.....	(521.372)	(515.564)	(720.613)
Outros Créditos.....	(540.202)	(771.008)	(433.688)
Outros Valores e Bens.....	2.172	(7.628)	(3.879)
Depósitos.....	676.711	856.939	454.919
Captações no Mercado Aberto .....	(16.324)	116.142	180.084
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	(97.159)	630.638	278.120
Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	166.448	245.631	86.448
Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(27.771)	(161.285)	(81.600)
Outras Obrigações.....	829.051	1.912.206	890.101
Reserva de Reavaliação.....	-	-	(469)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos.....	(202.723)	(274.157)	(29.771)
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....</b>	<b>1.559.696</b>	<b>4.388.971</b>	<b>1.975.524</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda.....	(513.880)	(919.041)	(2.380.731)
Inversões em Investimentos.....	(20)	(157)	(137)
Inversões em Imobilizado de Uso.....	(19.468)	(42.085)	(27.607)
Inversões em Bens Não de Uso Próprio.....	(83)	(409)	(750)
Alienação de Investimentos.....	6	6	(2)
Alienação de Imobilizado de Uso.....	287	303	3.974
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....	724	957	1.183
<b>CAIXA (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO.....</b>	<b>(532.434)</b>	<b>(960.426)</b>	<b>(2.404.070)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos.....	(122.999)	(130.134)	(255.260)
<b>CAIXA (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....</b>	<b>(122.999)</b>	<b>(130.134)</b>	<b>(255.260)</b>
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....</b>	<b>904.263</b>	<b>3.298.411</b>	<b>(683.806)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
No início do Período.....	5.579.841	3.185.693	3.869.499
No fim do Período.....	6.484.104	6.484.104	3.185.693
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....</b>	<b>904.263</b>	<b>3.298.411</b>	<b>(683.806)</b>

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

	<b>2º Sem/2012</b>	<b>%</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>%</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>%</b>
<b>RECEITAS</b>	<b>2.199.564</b>		<b>4.744.004</b>		<b>4.616.702</b>	
Intermediação Financeira	1.875.427		3.804.675		3.347.864	
Prestações de Serviços e Tarifas Bancárias	696.683		1.420.659		1.351.756	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(374.089)		(614.796)		(234.909)	
Outras Receitas/Despesas	1.543		133.466		151.991	
<b>DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(717.938)</b>		<b>(1.988.776)</b>		<b>(1.895.692)</b>	
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(378.718)</b>		<b>(771.208)</b>		<b>(714.868)</b>	
Materiais, Energia e Outros	(105.529)		(220.929)		(230.716)	
Serviços de Terceiros	(273.189)		(550.279)		(484.152)	
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>1.102.908</b>		<b>1.984.020</b>		<b>2.006.142</b>	
<b>RETENÇÕES</b>	<b>(14.711)</b>		<b>(29.212)</b>		<b>(27.346)</b>	
Depreciação, amortização e exaustão	(14.711)		(29.212)		(27.346)	
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA</b>	<b>1.088.197</b>		<b>1.954.808</b>		<b>1.978.796</b>	
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>1.088.197</b>		<b>1.954.808</b>		<b>1.978.796</b>	
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>1.088.197</b>		<b>1.954.808</b>		<b>1.978.796</b>	
<b>PESSOAL</b>	<b>694.379</b>	<b>63,8</b>	<b>1.367.834</b>	<b>70,0</b>	<b>974.108</b>	<b>49,2</b>
<b>REMUNERAÇÃO DO TRABALHO</b>	<b>400.346</b>	<b>36,8</b>	<b>737.952</b>	<b>37,8</b>	<b>650.739</b>	<b>32,9</b>
Proventos	352.232		672.333		613.662	
Participação dos empregados nos lucros	48.114		65.619		37.077	
<b>BENEFÍCIOS</b>	<b>266.954</b>	<b>24,5</b>	<b>578.501</b>	<b>29,6</b>	<b>276.586</b>	<b>14,0</b>
Provisões (Benefícios Pós-Emprego - Deliberação CVM)	202.006		455.028		153.386	
Benefícios - Outros	64.948		123.473		123.200	
<b>FGTS</b>	<b>27.079</b>	<b>2,5</b>	<b>51.381</b>	<b>2,6</b>	<b>46.783</b>	<b>2,4</b>
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>119.684</b>	<b>11,0</b>	<b>54.045</b>	<b>2,8</b>	<b>656.861</b>	<b>33,2</b>
Federais	111.522		38.392		641.892	
Estaduais	41		53		26	
Municipais	8.121		15.600		14.943	
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS</b>	<b>11.777</b>	<b>1,1</b>	<b>24.566</b>	<b>1,3</b>	<b>33.028</b>	<b>1,7</b>
Aluguéis	11.777		24.566		33.028	
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS</b>	<b>262.357</b>	<b>24,1</b>	<b>508.363</b>	<b>26,0</b>	<b>314.799</b>	<b>15,9</b>
<b>JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>64.973</b>	<b>6,0</b>	<b>132.273</b>	<b>6,8</b>	<b>73.526</b>	<b>3,7</b>
União	61.156		124.502		69.206	
Outros	3.817		7.771		4.320	
<b>DIVIDENDOS</b>	<b>2.603</b>	<b>0,2</b>	<b>58.388</b>	<b>3,0</b>	<b>95.700</b>	<b>4,8</b>
União	2.450		54.958		90.077	
Outros	153		3.430		5.623	
<b>LUCROS RETIDOS NO PERÍODO</b>	<b>194.781</b>	<b>17,9</b>	<b>317.702</b>	<b>16,3</b>	<b>145.573</b>	<b>7,4</b>

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

## Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 5- Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 22- Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 24- Participação nos Lucros e Resultados
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 25- Benefícios Pós-Emprego
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 26- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)
Nota 10- Outros Créditos	Nota 27- Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 28- Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 12- Permanente	Nota 29 - Partes Relacionadas
Nota 13- Depósitos e Captações no Mercado Aberto	Nota 30- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 31- Outras Informações
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	
Nota 16- Outras Obrigações	
Nota 17- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	

### NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., pessoa jurídica de direito privado, é uma instituição financeira pública de caráter regional, criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, com matriz localizada na Avenida Pedro Ramalho, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil. Organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, de economia mista, tem por missão atuar, na capacidade de instituição financeira pública, como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional. Classificado como banco múltiplo, o Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras assim classificadas, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), este último criado em 2001 e alterado em 2007 pela Lei Complementar nº 125 que recriou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Em 1998, o Banco criou seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crediamigo que facilita o acesso ao crédito a milhares de pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

### NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC 00 – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);

- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);e
- CPC 33 – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM nº 600, de 7.10.2009).

### NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

#### a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados inicialmente à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

#### b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo ao regime de competência e considerando o critério *pro rata temporis*.

#### c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

#### d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

#### e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

#### f) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

**Títulos Disponíveis para Venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

**Títulos Mantidos até o Vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

#### g) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela BM&FBovespa.

## ***Hedge Accounting***

Considerando o risco da exposição cambial, bem como condições de mercado de captação no Exterior através de *Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captados e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção é reconhecida no resultado. Entretanto, o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* é registrado como parte do seu valor contábil e é também reconhecido no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, assim como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

Os valores de mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos usados como proteção e do item objeto de *hedge* estão divulgados na nota 7.c.1.

## **h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

## **i) Despesas Antecipadas**

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

## **j) Permanente**

Investimentos estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Diferido contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logiciais adquiridos até 30.09.2008 e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN nº 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

## **k) Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social (CSLL), Pasep e Cofins**

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 no exercício) e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e a provisão para impostos e contribuições diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, oriundas de provisões para perdas de crédito, ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e item objeto de *hedge*.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

#### **l) Benefícios a Empregados**

O Banco mantém para seus empregados benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável” e plano de assistência médica, do tipo “benefício definido”.

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, a partir de dezembro de 2010, segue a prerrogativa contida no item 93 do Anexo da Deliberação CVM nº 600, de 7.10.2009, ou seja, é reconhecida imediatamente, como receita ou despesa.

#### **m) Avaliação do Valor Recuperável**

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

#### **n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

#### **o) Uso de estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica e de previdência complementar. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

### **NOTA 4 – Informações por Segmento**

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

**a) Carteira Própria** – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e

**b) FNE** – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo atingiu 10% ou mais da receita total do Banco em 31.12.2012 e 31.12.2011.

A tabela a seguir, disposta em formato utilizado pela Administração do Banco, apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna “Total”:

Especificação	2º sem/2012			01.01 a 31.12.2012			01.01 a 31.12.2011		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
<b>Receitas</b>	<b>1.742.476</b>	<b>752.659</b>	<b>2.495.135</b>	<b>3.737.207</b>	<b>1.502.347</b>	<b>5.239.554</b>	<b>3.154.365</b>	<b>1.365.304</b>	<b>4.519.669</b>
Receitas de Operações de Crédito	1.176.320	-	1.176.320	2.178.178	-	2.178.178	1.772.643	-	1.772.643
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	349.508	282.756	632.264	747.409	579.327	1.326.736	823.007	542.521	1.365.528
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	(4.286)	-	(4.286)	109.979	-	109.979	25.660	-	25.660
Resultado de Operações de Câmbio	58.126	-	58.126	165.449	-	165.449	163.871	-	163.871
Resultado de Aplicações Compulsórias	8.178	-	8.178	19.508	-	19.508	20.162	-	20.162
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	4.825	-	4.825	4.825	-	4.825	-	-	-
Outras Receitas	149.805	469.903	619.708	511.859	923.020	1.434.879	349.022	822.783	1.171.805
<b>Despesas</b>	<b>(822.098)</b>	<b>(674.911)</b>	<b>(1.497.009)</b>	<b>(2.076.779)</b>	<b>(1.282.766)</b>	<b>(3.359.545)</b>	<b>(1.627.827)</b>	<b>(1.019.343)</b>	<b>(2.647.170)</b>
Despesas de Captação no Mercado	(406.445)	-	(406.445)	(991.525)	-	(991.525)	(1.048.740)	-	(1.048.740)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(41.462)	(270.031)	(311.493)	(443.992)	(553.259)	(997.251)	(328.843)	(518.109)	(846.952)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-	-	-	(2)	-	(2)	-	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(374.090)	(404.804)	(778.894)	(614.796)	(699.671)	(1.314.467)	(234.909)	(429.782)	(664.691)
Outros Passivos Contingentes (Nota 20.g)	(101)	-	(101)	(26.464)	(29.633)	(56.097)	(15.335)	(71.216)	(86.551)
Provisão Proagro a Receber	-	(76)	(76)	-	(203)	(203)	-	(236)	(236)
<b>Margem Financeira</b>	<b>920.378</b>	<b>77.748</b>	<b>998.126</b>	<b>1.660.428</b>	<b>219.581</b>	<b>1.880.009</b>	<b>1.526.538</b>	<b>345.961</b>	<b>1.872.499</b>
Rendas de Prestação de Serviços	136.790	544.271	681.061	253.812	1.137.790	1.391.602	251.507	1.075.514	1.327.021
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	15.622	-	15.622	29.057	-	29.057	24.735	-	24.735
<b>Pasep e Cofins <sup>(1)</sup></b>	<b>(60.781)</b>	<b>(49.168)</b>	<b>(109.949)</b>	<b>(98.029)</b>	<b>(99.899)</b>	<b>(197.928)</b>	<b>(82.635)</b>	<b>(90.511)</b>	<b>(173.146)</b>
<b>Resultado após Tarifas e Comissões</b>	<b>1.012.009</b>	<b>572.851</b>	<b>1.584.860</b>	<b>1.845.268</b>	<b>1.257.472</b>	<b>3.102.740</b>	<b>1.720.145</b>	<b>1.330.964</b>	<b>3.051.109</b>
<b>Despesas Administrativas</b>			<b>(1.135.378)</b>			<b>(2.286.823)</b>			<b>(1.856.535)</b>
Despesas de Pessoal			(730.172)			(1.461.837)			(1.081.293)
Depreciação e Amortização			(14.711)			(29.212)			(27.346)
Outras Despesas Administrativas			(390.495)			(795.774)			(747.896)
<b>Outras Despesas</b>			<b>(196.322)</b>			<b>(501.667)</b>			<b>(452.713)</b>
<b>Despesas de Provisões, exceto Crédito</b>			<b>(25.844)</b>			<b>(61.047)</b>			<b>(66.382)</b>
<b>Lucro antes da Tributação e Participações</b>			<b>227.316</b>			<b>253.203</b>			<b>675.479</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			83.155			320.779			(323.603)
Participações no Lucro			(48.114)			(65.619)			(37.077)
<b>Lucro Líquido</b>			<b>262.357</b>			<b>508.363</b>			<b>314.799</b>

(1) As despesas referentes a Pasep e Cofins sobre importação de serviços no valor de R\$ 233 (R\$ 31 em 31.12.2011) compõem o saldo de Outras Despesas

## NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Disponibilidades em Moeda Nacional	118.242	94.777
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	3.611	2.309
<b>Total da Disponibilidade de Caixa</b>	<b>121.853</b>	<b>97.086</b>
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	28.017	4.016
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.334.234	3.084.591
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 28.c)</b>	<b>6.484.104</b>	<b>3.185.693</b>

## NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

### a) Composição

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
<b>a) Aplicações no Mercado Aberto</b>	<b>6.384.020</b>	<b>3.036.454</b>
Revendas a Liquidar-Posição Bancada	6.227.215	3.002.525
Revendas a Liquidar-Posição Financiada	156.805	33.929
<b>b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>130.821</b>	<b>203.829</b>
Aplicações em Moeda Estrangeira	23.801	14.987
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	107.020	188.842
<b>Total</b>	<b>6.514.841</b>	<b>3.240.283</b>
Saldo de Curto Prazo	6.514.841	3.240.283

### b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	2º Sem/2012	01.01 a 31.12.2012	01.01 a 31.12.2011
<b>a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)</b>	<b>213.545</b>	<b>394.521</b>	<b>350.862</b>
Posição Bancada	208.148	383.984	340.397
Posição Financiada	5.397	10.537	10.465
<b>b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)</b>	<b>4.927</b>	<b>18.311</b>	<b>32.476</b>
<b>Total</b>	<b>218.472</b>	<b>412.832</b>	<b>383.338</b>

## NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

### a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão assim distribuídos:

#### a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Títulos Disponíveis para Venda	11.028.442	10.049.334
Títulos Mantidos até o Vencimento	21.081	13.559
Diferencial a Receber <i>Swap</i>	193.640	44.894
<b>Total</b>	<b>11.243.163</b>	<b>10.107.787</b>
Saldo de Curto Prazo	459.453	233.192
Saldo de Longo Prazo	10.783.710	9.874.595



a.2) Títulos Disponíveis para Venda

Especificação	31.12.2012				31.12.2011			
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
<b>Títulos de Renda Fixa</b>	<b>10.332.613</b>	<b>10.494.910</b>	<b>162.297</b>		<b>9.527.312</b>	<b>9.530.187</b>	<b>2.875</b>	
Letras Financeiras do Tesouro	7.904.113	7.904.764	651	2013 a 2018	7.461.949	7.462.115	166	2012 a 2018
Letras do Tesouro Nacional	11	11	-	2014	-	-	-	
Notas do Tesouro Nacional	1.155.266	1.562.643	407.377	2050	1.091.120	1.141.978	50.858	2050
Letras Financeiras	477.168	447.406	(29.762)	2014 a 2016	30.302	30.302	-	2016
Debêntures	760.074	572.019	(188.055)	2014 a 2018	898.502	876.719	(21.783)	2013 a 2018
Cédulas de Crédito Bancário – CCB	2.709	2.622	(87)	2013	13.588	13.370	(218)	2013
Títulos Públicos Federais – FCVS	6.755	5.231	(1.524)	2027	7.328	5.518	(1.810)	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	26.237	-	(26.237)	1993	24.270	-	(24.270)	1993
Títulos da Dívida Agrária	280	214	(66)	2013 a 2022	253	185	(68)	2012 a 2022
<b>Cotas de Fundos de Investimentos</b>	<b>15.569</b>	<b>14.211</b>	<b>(1.358)</b>		<b>14.750</b>	<b>13.434</b>	<b>(1.316)</b>	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	1.358	-	(1.358)	2014	1.316	-	(1.316)	2014
Cotas de FIDC	13.850	13.850	-	2014	13.079	13.079	-	2014
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	221	221	-	Sem Vencimento	235	235	-	Sem Vencimento
Fundo de Garantia de Operações - FGO	140	140	-	Sem Vencimento	120	120	-	Sem Vencimento
<b>Títulos de Renda Variável</b>	<b>140.298</b>	<b>136.579</b>	<b>(3.719)</b>		<b>144.159</b>	<b>227.146</b>	<b>82.987</b>	
Outros Incentivos Fiscais (Finor)	350	218	(132)	Sem Vencimento	4.211	428	(3.783)	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	139.948	136.361	(3.587)	Sem Vencimento	139.948	226.718	86.770	Sem Vencimento
<b>Títulos Dados em Garantia <sup>(1)</sup></b>	<b>383.734</b>	<b>382.742</b>	<b>(992)</b>		<b>279.532</b>	<b>278.567</b>	<b>(965)</b>	
Letras Financeiras do Tesouro	379.297	379.358	61	2013 a 2018	275.236	275.268	32	2013 a 2027
Títulos Públicos Federais – Outros	664	-	(664)	1993	614	-	(614)	1993
Títulos Públicos Federais – FCVS	108	85	(23)	2027	-	-	-	
Debêntures	3.665	3.299	(366)	2018	3.682	3.299	(383)	2018
<b>Total da Categoria</b>	<b>10.872.214</b>	<b>11.028.442</b>	<b>156.228</b>		<b>9.965.753</b>	<b>10.049.334</b>	<b>83.581</b>	
Crédito Tributário (Nota 21.b)	-	-	134.442		-	-	23.453	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)	-	-	(196.933)		-	-	(56.885)	
<b>Total do Ajuste a Valor de Mercado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>93.737</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>50.149</b>	

(1) Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 148.277 (R\$ 136.654 em 31.12.2011); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 1.678 (R\$ 1.546 em 31.12.2011); Garantias em Processos Judiciais R\$ 217.510 (R\$ 117.816 em 31.12.2011); e Demais Garantias R\$ 15.277 (R\$ 22.551 em 31.12.2011).

A rubrica “Títulos Públicos Federais – Outros” registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801, com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional. Referidos títulos registram uma desvalorização integral em função de seu vencimento, sem, no entanto, se enquadrar no conceito de Perda Permanente, na forma disciplinada na Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria “Títulos Disponíveis para Venda”, encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", o valor de R\$ 156.228 (R\$ 83.581 em 31.12.2011). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ 93.737 (R\$ 50.149 em 31.12.2011).

### a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento

Especificação	31.12.2012			31.12.2011		
	Valor de Custo	Valor Contábil	Faixa de Vencimento	Valor de Custo	Valor Contábil	Faixa de Vencimento
<b>Títulos de Renda Fixa</b>	<b>21.081</b>	<b>21.081</b>		<b>13.559</b>	<b>13.559</b>	
Cotas Fundo de Investimento-Ne.Empreendedor	2.020	2.020	2013	1.691	1.691	2013
Nota do Tesouro Nacional NTN - P	247	247	2013 a 2014	453	453	2012 a 2014
Cotas Fundo Investimento Criatec	11.974	11.974	2017	8.609	8.609	2017
FIP Brasil Agronegócios	6.840	6.840	2018	2.806	2.806	2018
<b>Total da Categoria</b>	<b>21.081</b>	<b>21.081</b>		<b>13.559</b>	<b>13.559</b>	

a.4) No exercício de 2012 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.5) Para a obtenção do valor de mercado são utilizados os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

- 1ª - Preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – Anbima e BM&FBovespa;
- 2ª - Ágio/Deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na Cetip S.A. – Mercados Organizados;
- 3ª - Cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio.

### b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	2º Sem/2012	01.01 a 31.12.2012	01.01 a 31.12.2011
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 6.b)	213.545	394.521	350.862
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	4.927	18.311	32.476
Títulos de Renda Fixa	410.124	907.097	976.902
Títulos de Renda Variável	3.668	6.807	5.288
<b>Total</b>	<b>632.264</b>	<b>1.326.736</b>	<b>1.365.528</b>

### c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 31.12.2012, o Banco possui operações de *swap*, que se encontram registradas na Cetip, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nominal) e o correspondente valor patrimonial, nas contas “Diferencial a Pagar” e “Diferencial a Receber”, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Composição em 31.12.2012								
Especificação	Vr. Nominal	Valor de Mercado		Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		A Receber	A Pagar	A Receber	A Pagar	Positivo	Negativo	
<b>Posição Ativa</b>								
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.087.635	193.611	-	137.066	56.545	56.545	-	56.545
<b>Posição Passiva</b>								
Taxa Prefixada	194.672	29	8.589	-	(5.498)	109	5.607	(5.498)
<b>Total</b>	<b>1.282.307</b>	<b>193.640</b>	<b>8.589</b>	<b>137.066</b>	<b>51.047</b>	<b>56.654</b>	<b>5.607</b>	<b>51.047</b>
Crédito Tributário (Nota 21.b)								2.243
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								(22.662)

Composição em 31.12.2011								
Especificação	Vr. Nominal	Valor de Mercado		Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		A Receber	A Pagar	A Receber	A Pagar	Positivo	Negativo	
<b>Posição Ativa</b>								
Moeda Estrangeira (Dólar)	509.020	44.769	-	44.338	-	431	-	431
<b>Posição Passiva</b>								
Taxa Prefixada	360.759	125	21.128	125	7.147	-	13.981	(13.981)
<b>Total</b>	<b>869.779</b>	<b>44.894</b>	<b>21.128</b>	<b>44.463</b>	<b>7.147</b>	<b>431</b>	<b>13.981</b>	<b>(13.550)</b>
Crédito Tributário (Nota 21.b)								-
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								-

Especificação	31.12.2012		31.12.2011	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	402	9	580
3 a 12 meses	-	1.782	25	7.035
1 a 3 anos	121.537	5.198	56	10.639
3 a 5 anos	29	1.207	44.804	2.874
5 a 15 anos	72.074	-	-	-
<b>Total</b>	<b>193.640</b>	<b>8.589</b>	<b>44.894</b>	<b>21.128</b>

### c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *Hedge* de Risco de Mercado (*Hedge Accounting*)

Especificação	31.12.2012				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
<i>Swap</i> - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.236.368	1.099.301	1.325.291	1.131.679	56.545
<b>Item Objeto de <i>Hedge</i></b>	<b>Valor da Curva<sup>(1)</sup></b>		<b>Valor de Mercado<sup>(1)</sup></b>		<b>Ajuste a Valor de Mercado</b>
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i>	1.233.631		1.325.882		92.251

<sup>(1)</sup> Líquido dos efeitos tributários no valor de R\$ 1.076 sobre os juros da operação.

Especificação	31.12.2011				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
<i>Swap</i> - Moeda Estrangeira Dólar	561.870	517.532	562.301	517.532	431
<b>Item Objeto de <i>Hedge</i></b>	<b>Valor da Curva<sup>(1)</sup></b>		<b>Valor de Mercado<sup>(1)</sup></b>		<b>Ajuste a Valor de Mercado</b>
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i>	565.687		566.823		1.136

<sup>(1)</sup> Líquido dos efeitos tributários no valor de R\$ 421 sobre os juros da operação.

A operação foi avaliada como efetiva na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de *hedge*, *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior por meio de *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, o Banco contratou operações de *swap* para proteção total dos valores de captação e correspondentes juros devidos, classificados segundo a sua natureza em *hedge* de risco de mercado. O principal protegido acrescido dos juros devidos é demonstrado pelo valor de mercado, sendo a variação registrada como parte de seu valor contábil e reconhecida no resultado do exercício.

Considerando que o fluxo financeiro (principal e juros) do item objeto de *Hedge* (*Eurobonds – Senior Unsecured Notes*) e os fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (*swaps*) designados são idênticos, a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

### c.2) Demais Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	31.12.2012				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Ativo CDI	Passivo Taxa Prefixada	Ativo CDI	Passivo Taxa Prefixada	
Taxa Prefixada – Posição Passiva	213.189	216.250	218.139	226.698	(5.498)

Especificação	31.12.2011				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Ativo CDI	Passivo Taxa Prefixada	Ativo CDI	Passivo Taxa Prefixada	
Taxa Prefixada – Posição Passiva	432.263	439.285	432.263	453.266	(13.981)

### c.3) Composição da Margem Dada em Garantia de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i>	-	8.472
<b>Total</b>	-	<b>8.472</b>

### d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	2º Sem/2012	01.01 a 31.12.2012	01.01 a 31.12.2011
<i>Swap</i>	(4.286)	109.979	25.660
<b>Total</b>	<b>(4.286)</b>	<b>109.979</b>	<b>25.660</b>

## NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

### a) Créditos Vinculados

Especificação	31.12.2012			31.12.2011		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios – Poupança	262.606	-	262.606	223.654	-	223.654
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	43.768	-	43.768	36.909	-	36.909
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	60.045	(22.889)	37.156	56.892	(24.523)	32.369
Tesouro Nacional - Crédito Rural	7.370	(1.176)	6.194	6.632	(1.226)	5.406
<b>Total</b>	<b>373.789</b>	<b>(24.065)</b>	<b>349.724</b>	<b>324.087</b>	<b>(25.749)</b>	<b>298.338</b>
Saldo de Curto Prazo	313.741	(1.176)	312.565	266.773	(1.226)	265.547
Saldo de Longo Prazo	60.048	(22.889)	37.159	57.314	(24.523)	32.791

### b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	2º Sem/2012	01.01 a 31.12.2012	01.01. a 31.12.2011
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	7.047	14.559	15.189
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	1.530	3.153	3.467
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	35	63	106
Desvalorização de Créditos Vinculados	(434)	1.733	1.400
<b>Total</b>	<b>8.178</b>	<b>19.508</b>	<b>20.162</b>

## NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

### a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito

Especificação	31.12.2012		31.12.2011	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
<b>Operações de Crédito</b>	<b>11.323.086</b>	<b>(798.757)</b>	<b>11.212.168</b>	<b>(621.838)</b>
Curto Prazo	5.199.136	(423.675)	5.251.775	(301.060)
Longo Prazo	6.123.950	(375.082)	5.960.393	(320.778)
<b>Outras Rubricas com Características de Crédito (Nota 10.f)</b>	<b>699.792</b>	<b>(34.225)</b>	<b>586.892</b>	<b>(8.222)</b>
Curto Prazo	607.699	(29.913)	147.451	(3.555)
Longo Prazo	92.093	(4.312)	439.441	(4.667)
<b>Total</b>	<b>12.022.878</b>	<b>(832.982)</b>	<b>11.799.060</b>	<b>(630.060)</b>

### a.1) Composição da Carteira de Crédito

<b>Especificação</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Adiantamentos a Depositantes	273	90
Empréstimos	5.038.759	5.002.849
Títulos Descontados	95.074	175.036
Financiamentos	2.019.435	1.968.974
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	334.816	275.591
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 29.a.1)	443.895	473.643
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.575.278	1.466.409
Financiamentos Imobiliários <sup>(1)</sup> (Nota 28.b)	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.815.313	1.849.333
<b>Subtotal de Operações de Crédito</b>	<b>11.323.086</b>	<b>11.212.168</b>
Avais e Fianças Honrados	16	-
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	13.335	12.866
Devedores por Compra de Valores e Bens	1.545	1.517
Títulos e Créditos a Receber	33.314	3.348
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio <sup>(2)</sup> (Nota 11.a)	540.285	569.161
Créditos Vinculados de Operações Adquiridos em Cessão	111.297	-
<b>Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito</b>	<b>699.792</b>	<b>586.892</b>
<b>Total</b>	<b>12.022.878</b>	<b>11.799.060</b>

<sup>(1)</sup> Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

<sup>(2)</sup> Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

### a.2) Receitas de Operações de Crédito

<b>Especificação</b>	<b>2º Sem/2012</b>	<b>01.01 a 31.12.2012</b>	<b>01.01 a 31.12.2011</b>
Empréstimos e Títulos Descontados	425.032	914.713	888.272
Financiamentos	256.609	651.418	614.342
Financiamentos Rurais e Agroindustriais <sup>(1)</sup>	424.660	499.965	149.610
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo	69.967	111.356	120.472
Avais e Fianças Honrados	-	-	2
Outros Valores	52	726	(55)
<b>Total</b>	<b>1.176.320</b>	<b>2.178.178</b>	<b>1.772.643</b>

<sup>(1)</sup> Em 2012 foi registrado em Rendas de Financiamentos Rurais e Agroindustriais o montante de R\$ 347.345 (não houve atualização em 2011), referente à atualização do IGP-M sobre o saldo devedor das operações renegociadas com base na Resolução do CMN nº 2.471, de 26.02.1998.

## b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

### b.1) Créditos de Curso Normal <sup>(1)</sup>

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2012	Total em 31.12.2011
Rural	8.346	11.427	6.643	36.329	45.248	1.429.271	1.537.264	1.417.533
Indústria	69.901	86.116	49.037	224.658	278.685	1.433.401	2.141.798	3.086.085
Governo	6.325	6.600	19.404	18.984	51.316	1.262.791	1.365.420	1.331.046
Outros Serviços	602.834	401.777	335.077	1.132.974	472.447	1.421.349	4.366.458	2.981.119
Comércio	122.813	110.264	67.984	454.700	425.831	308.603	1.490.195	2.201.748
Intermediários Financeiros	4.964	4.604	4.799	13.924	28.380	160.775	217.446	261.179
Habitação	1.196	773	633	1.033	171	19	3.825	243
Pessoas Físicas	4.428	3.804	2.853	11.968	9.019	20.999	53.071	45.541
<b>Total</b>	<b>820.807</b>	<b>625.365</b>	<b>486.430</b>	<b>1.894.570</b>	<b>1.311.097</b>	<b>6.037.208</b>	<b>11.175.477</b>	<b>11.324.494</b>

<sup>(1)</sup> Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

### b.2) Créditos em Atraso

Parcelas Vencidas								
Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2012	Total em 31.12.2011
Rural	546	53	47	1.703	4.744	10.425	17.518	18.542
Indústria	5.316	5.633	4.201	17.741	24.796	42.035	99.722	63.854
Outros Serviços	10.129	10.461	7.224	23.208	29.508	85.450	165.980	74.589
Comércio	7.833	6.903	6.561	18.656	24.264	39.089	103.306	106.537
Intermediários Financeiros	117	128	162	459	806	620	2.292	3.840
Habitação	13	12	9	10	-	-	44	-
Pessoas Físicas	359	419	233	922	1.056	1.218	4.207	4.057
<b>Total</b>	<b>24.313</b>	<b>23.609</b>	<b>18.437</b>	<b>62.699</b>	<b>85.174</b>	<b>178.837</b>	<b>393.069</b>	<b>271.419</b>

Parcelas Vencidas									
Tipo Cliente/Atividade	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2012	Total em 31.12.2011
Rural	21	3.036	4.959	2.090	6.950	2.561	15.752	35.369	38.534
Indústria	2.019	54.936	51.440	5.858	26.836	18.384	136	159.609	39.175
Outros Serviços	3.328	7.307	12.310	19.432	66.165	40.594	4.565	153.701	60.627
Comércio	1.980	7.840	14.099	8.461	29.190	32.323	2.004	95.897	60.131
Intermediários Financeiros	-	119	113	115	2.478	675	1.094	4.594	944
Habitação	-	12	5	4	-	1	-	22	-
Pessoas Físicas	44	392	1.004	343	1.322	1.915	120	5.140	3.736
<b>Total</b>	<b>7.392</b>	<b>73.642</b>	<b>83.930</b>	<b>36.303</b>	<b>132.941</b>	<b>96.453</b>	<b>23.671</b>	<b>454.332</b>	<b>203.147</b>

## c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	31.12.2012				31.12.2011			
	Crédito Normal <sup>(1)</sup>	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal <sup>(1)</sup>	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	3.227.863	-	3.227.863	-	3.315.259	-	3.315.259	-
A	4.606.780	-	4.606.780	23.034	5.094.425	-	5.094.425	25.472
B	2.195.279	30.772	2.226.051	22.260	2.218.403	34.180	2.252.583	22.526
C	539.012	162.347	701.359	21.041	261.866	41.691	303.557	9.106
D	140.787	61.917	202.704	20.270	139.191	50.527	189.718	18.972
E	127.966	148.345	276.311	82.893	32.618	43.662	76.280	22.884
F	133.261	64.891	198.152	99.076	16.203	24.800	41.003	20.502
G	13.973	50.194	64.167	44.917	28.007	24.117	52.124	36.487
H	190.556	328.935	519.491	519.491	218.522	255.589	474.111	474.111
<b>Total</b>	<b>11.175.477</b>	<b>847.401</b>	<b>12.022.878</b>	<b>832.982</b>	<b>11.324.494</b>	<b>474.566</b>	<b>11.799.060</b>	<b>630.060</b>

<sup>(1)</sup> Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

## d) Movimentação da Provisão no Exercício

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Saldo Inicial	630.060	652.918
(+) Constituição de Provisão Líquida no Exercício	614.291	215.557
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Exercício	(411.369)	(238.415)
<b>(=) Provisão para Perdas da Carteira de Crédito</b>	<b>832.982</b>	<b>630.060</b>
Saldo Inicial	46.064	31.706
(+) Constituição de Provisão Líquida no Exercício	599	19.933
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Exercício	(94)	(5.575)
<b>(=) Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.f)</b>	<b>46.569</b>	<b>46.064</b>
<b>(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>879.551</b>	<b>676.124</b>

**e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão**

Especificação	2º Sem/2012	01.01 a 31.12.2012	01.01 a 31.12.2011
(+) Despesas de Provisão para Operações de Crédito	349.103	581.565	265.187
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	24.799	32.726	4.861
(-) Reversões de Provisões Operacionais	-	-	(54.491)
<b>(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito</b>	<b>373.902</b>	<b>614.291</b>	<b>215.557</b>
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	187	505	19.352
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	-	-	-
<b>(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>374.089</b>	<b>614.796</b>	<b>234.909</b>

f) No exercício foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 111.356 (R\$ 120.472 em 31.12.2011) e as renegociações importaram em R\$ 731.498 (R\$ 750.172 em 31.12.2011).

**g) Recuperação de Créditos com Base Legal**

Em decorrência da aplicação das Leis nº 11.322, de 13.07.2006, nº 11.775, de 17.09.2008, nº 12.249, de 11.06.2010, e nº 12.716, de 21.09.2012, as quais dispõem sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência a parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco, referente a 31.12.2012, um efeito positivo no valor de R\$ 81.192 (R\$ 209.488 em 31.12.2011), a seguir demonstrados. Conforme referidos instrumentos legais, parte dessas operações foi adquirida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

Especificação	2º Sem/2012	01.01 a 31.12.2012	01.01 a 31.12.2011
Efetivação de Rendas	18.744	32.052	72.772
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	15.732	28.828	53.186
Despesas com Deságios	(3.866)	(7.138)	(24.117)
Efeito Líquido de Provisões	18.505	27.450	107.647
<b>Total</b>	<b>49.115</b>	<b>81.192</b>	<b>209.488</b>

**NOTA 10 – Outros Créditos**

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
<b>a) Créditos por Avais e Fianças Honrados</b>	<b>15</b>	<b>-</b>
<b>b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)</b>	<b>592.978</b>	<b>641.071</b>
<b>c) Rendas a Receber</b>	<b>25.434</b>	<b>22.902</b>
<b>d) Negociação e Intermediação de Valores</b>	<b>4</b>	<b>-</b>
<b>e) Diversos</b>	<b>2.364.301</b>	<b>1.280.317</b>
Créditos Tributários - Provisões (Nota 21.b)	954.532	250.629
Créditos Tributários-TVM, Instrumentos Financeiros Derivativos e item objeto de Hedge (Notas 7.a.2, 7.c e 21.b)	173.585	23.453
Devedores por Depósitos em Garantia	683.936	644.977
<b>Impostos e Contribuições a Compensar</b>	<b>208.888</b>	<b>207.830</b>
Decorrentes de Antecipação - IN SRF nº 90/92	200.754	200.124
Outros Valores	8.134	7.706
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	33.314	3.348
Adiantamentos e Antecipações Salariais	1.650	2.095
Pagamentos a Ressarcir	9.905	8.246
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do BNDES	3.687	4.843
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do FAT	7.793	26.648
Outros Valores	260.263	81.500
<b>f) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>(80.794)</b>	<b>(54.286)</b>
Com Características de Concessão de Crédito (Nota 9.a)	(34.225)	(8.222)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(46.569)	(46.064)
<b>Total</b>	<b>2.901.938</b>	<b>1.890.004</b>
Saldo de Curto Prazo	2.100.029	1.778.988
Saldo de Longo Prazo	801.909	111.016

## NOTA 11 – Carteira de Câmbio

### a) Composição

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
<b>Ativo – Outros Créditos</b>		
Câmbio Comprado a Liquidar	561.941	627.494
Direitos sobre Vendas de Câmbio	21.677	762
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(3.975)	(51)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	13.335	12.866
<b>Ativo Circulante (Nota 10.b)</b>	<b>592.978</b>	<b>641.071</b>
<b>Passivo – Outras Obrigações</b>		
Obrigações por Compras de Câmbio	550.656	569.584
Câmbio Vendido a Liquidar	21.637	765
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(540.285)	(569.161)
<b>Passivo Circulante (Nota 16.b)</b>	<b>32.008</b>	<b>1.188</b>

### b) Resultado de Câmbio

Especificação	2º Sem/2012	01.01. a 31.12.2012	01.01. a 31.12.2011
Rendas de Câmbio	58.469	166.102	164.406
Despesas de Câmbio	(343)	(653)	(535)
<b>Total</b>	<b>58.126</b>	<b>165.449</b>	<b>163.871</b>



**NOTA 12 – Permanente**

**a) Investimentos**

Especificação	31.12.2011	01.01.2012 a 31.12.2012			31.12.2012		
	Saldo Contábil	Movimentações		Saldo Contábil	Valor de Custo	Provisão para Imparidade	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões				
Investimentos por Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-
Ações e Cotas	652	-	-	652	652	-	652
Bens Artísticos e Valiosos	916	158	(6)	1.068	1.068	-	1.068
<b>Total</b>	<b>1.568</b>	<b>158</b>	<b>(6)</b>	<b>1.720</b>	<b>1.720</b>	-	<b>1.720</b>

**b) Imobilizado**

Especificação	31.12.2011	01.01.2012 a 31.12.2012			31.12.2012			
	Saldo Contábil	Movimentações <sup>(2)</sup>			Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Depreciação				
Edificações	100.517	15.620	(921)	(9.403)	105.813	240.843	(135.030)	105.813
Sistema de Processamento de Dados	23.151	17.828	(2.078)	(8.068)	30.833	84.238	(53.405)	30.833
Móveis e Equipamentos de Uso	22.087	5.920	(1.212)	(3.696)	23.099	55.030	(31.931)	23.099
Terrenos	17.025	-	-	-	17.025	17.025	-	17.025
Instalações	7.259	932	(56)	(1.454)	6.681	17.043	(10.362)	6.681
Sistema de Comunicação	139	6	(25)	(6)	114	405	(291)	114
Imobilização em Curso <sup>(1)</sup>	4.206	1.128	(125)	-	5.209	5.209	-	5.209
Sistema de Segurança	4.867	2.916	(262)	(883)	6.638	13.598	(6.960)	6.638
Sistema de Transporte	6.318	-	-	(2.824)	3.494	16.121	(12.627)	3.494
<b>Total</b>	<b>185.569</b>	<b>44.350</b>	<b>(4.679)</b>	<b>(26.334)</b>	<b>198.906</b>	<b>449.512</b>	<b>(250.606)</b>	<b>198.906</b>

(1) Trata-se de transferência para Edificações, tendo em vista conclusão da construção.

(2) Não há registro de provisão para imparidade sobre o ativo imobilizado.

**c) Diferido**

Especificação	31.12.2011	01.01.2012 a 31.12.2012			31.12.2012			
	Saldo Contábil	Movimentações <sup>(1)</sup>			Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Amortização				
Gastos em Imóveis de Terceiros	1.695	-	(1.651)	892	936	2.932	(1.996)	936
Gastos com Aquisição Desenvolvimento de Logiciais	8	-	(33)	26	-	7	(7)	-
<b>Total</b>	<b>1.703</b>	-	<b>(1.684)</b>	<b>918</b>	<b>936</b>	<b>2.939</b>	<b>(2.003)</b>	<b>936</b>

(1) Não há registro de provisão para imparidade sobre o ativo diferido.

## NOTA 13 – Depósitos e Captações no Mercado Aberto

### a) Depósitos

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
<b>Depósitos à Vista</b>	<b>134.018</b>	<b>183.624</b>
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	23.182	28.344
Depósitos de Governos	14.256	32.763
Depósitos Vinculados	61.875	44.610
Pessoas Jurídicas	21.824	63.739
Pessoas Físicas	11.548	11.978
Outros Valores	1.333	2.190
<b>Depósitos de Poupança</b>	<b>1.615.970</b>	<b>1.329.994</b>
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	987.872	839.805
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	627.331	489.013
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	767	1.176
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>672.027</b>	<b>588.986</b>
<b>Depósitos a Prazo</b>	<b>7.399.424</b>	<b>6.861.895</b>
Depósitos a Prazo	5.411.838	5.000.379
Depósitos Judiciais com Remuneração	741.822	567.361
<b>Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Disponíveis (Nota 27)</b>	<b>101.634</b>	<b>50.795</b>
Proger Urbano	4.416	13.293
Pronaf	-	262
Protrabalho	2.049	3.320
Infraestrutura	37.398	20.404
Estiagem	161	84
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	57.610	13.432
<b>Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Aplicados (Nota 27)</b>	<b>559.375</b>	<b>571.594</b>
Proger Urbano	63.028	62.810
Pronaf	-	561
Protrabalho	133.046	159.624
Infraestrutura	214.391	249.455
Estiagem	7.126	9.838
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	141.784	89.306
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	584.007	670.169
Outros Valores	748	1.597
<b>Total</b>	<b>9.821.439</b>	<b>8.964.499</b>
Saldo de Curto Prazo	4.772.938	5.115.979
Saldo de Longo Prazo	5.048.501	3.848.520

### b) Captação no Mercado Aberto

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
<b>Carteira Própria</b>	<b>663.719</b>	<b>670.444</b>
Letras Financeiras do Tesouro	663.719	670.444
<b>Carteira de Terceiros</b>	<b>156.796</b>	<b>33.929</b>
Letras Financeiras do Tesouro	156.796	33.929
<b>TOTAL</b>	<b>820.515</b>	<b>704.373</b>
Saldo de Curto Prazo	738.598	637.812
Saldo de Longo Prazo	81.917	66.561

### c) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	2º Sem/2012	01.01. a 31.12.2012	01.01. a 31.12.2011
<b>Despesas de Captações com Depósitos</b>	<b>(374.754)</b>	<b>(923.523)</b>	<b>(973.088)</b>
Depósitos a Prazo	(184.237)	(402.318)	(550.126)
Depósitos de Poupança	(31.930)	(64.939)	(66.127)
Depósitos Judiciais	(23.511)	(47.144)	(35.698)
Depósitos Interfinanceiros	(8.651)	(16.074)	(19.658)
Depósitos Especiais - FAT	(39.806)	(87.712)	(111.196)
Despesa com Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(81.618)	(295.639)	(180.822)
Outros Depósitos	(5.001)	(9.697)	(9.461)
<b>Despesas de Captação no Mercado Aberto</b>	<b>(31.691)</b>	<b>(68.002)</b>	<b>(75.652)</b>
Carteira de Terceiros	(5.371)	(10.525)	(10.473)
Carteira Própria	(26.320)	(57.477)	(65.179)
<b>Total</b>	<b>(406.445)</b>	<b>(991.525)</b>	<b>(1.048.740)</b>

**NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses**

**a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento**

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.12.2012	Total em 31.12.2011
Empréstimos no País	-	17.912	17.912	-	-	-	35.824	49.532
Empréstimos no Exterior	159.432	648.845	-	-	-	-	808.277	833.257
Repasses do País	33.273	88.496	273.947	364.564	569.905	256.016	1.586.201	1.286.685
Repasses do Exterior	14.918	73.436	180.196	184.170	356.605	15.870	825.195	840.392
<b>Total</b>	<b>207.623</b>	<b>828.689</b>	<b>472.055</b>	<b>548.734</b>	<b>926.510</b>	<b>271.886</b>	<b>3.255.497</b>	<b>3.009.866</b>
Saldo de Curto Prazo							1.036.312	1.104.486
Saldo de Longo Prazo							2.219.185	1.905.380

**b) Obrigações por Empréstimos**

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2012	31.12.2011
Empréstimos no País – Instituições Oficiais/Refinanciamentos	TJLP+3,0 ou 7,75	35.824	49.532
Empréstimos no Exterior/ Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	808.277	833.257
<b>Total</b>		<b>844.101</b>	<b>882.789</b>
Saldo de Curto Prazo		826.189	849.768
Saldo de Longo Prazo		17.912	33.021

**c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais**

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2012	31.12.2011
<b>Tesouro Nacional</b>	IGP-DI + 2,0 ou 6,75	<b>809</b>	<b>992</b>
<b>BNDES</b>		<b>1.435.621</b>	<b>1.152.894</b>
Programa de Operações Conjuntas – POC	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	1.060.969	919.432
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	374.652	233.462
<b>Finame</b>		<b>149.771</b>	<b>132.799</b>
Programa Automático	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	132.471	116.710
Programa Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	17.300	16.089
<b>Total</b>		<b>1.586.201</b>	<b>1.286.685</b>
Saldo de Curto Prazo		121.769	173.427
Saldo de Longo Prazo		1.464.432	1.113.258

**d) Obrigações por Repasses do Exterior**

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2012	31.12.2011
BID-Produtor	USD + 0,99 ou 2,05	818.298	833.307
BID-Outros Programas	USD + 0,99	6.690	6.703
Outros Programas	USD + 6,0	207	382
<b>Total</b>		<b>825.195</b>	<b>840.392</b>
Saldo de Curto Prazo		88.354	81.291
Saldo de Longo Prazo		736.841	759.101

**e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses**

Especificação	2º Sem/2012	01.01. a 31.12.2012	01.01. a 31.12.2011
<b>Despesas de Obrigações por Empréstimos</b>	<b>(1.569)</b>	<b>(3.594)</b>	<b>(4.604)</b>
Obrigações por Empréstimos no País	(1.569)	(3.594)	(4.604)
<b>Despesas de Obrigações por Repasses</b>	<b>(80.150)</b>	<b>(400.995)</b>	<b>(250.727)</b>
<b>Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País</b>	<b>(63.563)</b>	<b>(242.529)</b>	<b>(93.619)</b>
Tesouro Nacional	(21)	(27)	(74)
BNDES	(60.055)	(236.223)	(84.911)
Finame	(3.487)	(6.279)	(3.618)
Outras Instituições	-	-	(5.016)
<b>Despesas de Repasses do Exterior</b>	<b>(16.587)</b>	<b>(158.466)</b>	<b>(157.108)</b>
<b>Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior</b>	<b>(13.454)</b>	<b>(141.260)</b>	<b>(137.402)</b>
<b>Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento</b>	<b>(216.320)</b>	<b>(451.402)</b>	<b>(454.219)</b>
<b>Total</b>	<b>(311.493)</b>	<b>(997.251)</b>	<b>(846.952)</b>

## NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissões de Títulos

### a) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 31.12.2012 <sup>(2)</sup>	Valor de Mercado em 31.12.2012 <sup>(2)</sup>	Valor de Mercado em 31.12.2011 <sup>(2)</sup>
Eurobonds – Senior Unsecured Notes <sup>(1)</sup>	09.11.2010	09.11.2015	3,625	300.000	616.719	647.714	567.244
Eurobonds – Senior Unsecured Notes <sup>(1)</sup>	03.05.2012	03.05.2019	4,375	300.000	617.988	679.244	-
<b>Total</b>				<b>600.000</b>	<b>1.234.707</b>	<b>1.326.958</b>	<b>567.244</b>
Saldo de Curto Prazo						8.607	3.368
Saldo de Longo Prazo						1.318.351	563.876

<sup>(1)</sup> As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

<sup>(2)</sup> Considerando os efeitos tributários.

Na forma da Nota 7.c.1 as operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pelas captações de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

### b) Letras de Crédito do Agronegócio Emitidas

Especificação	Remuneração a.a. (%)	Valor Nominal	31.12.2012	31.12.2011
Letras de Crédito do Agronegócio <sup>(1)</sup>	91,03 CDI	198.692	67.287	196.364
Saldo de Curto Prazo			66.869	196.364
Saldo de Longo Prazo			418	-

<sup>(1)</sup> Título com prazo médio de vencimento de 226 dias.

## NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
<b>a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados</b>	<b>3.154</b>	<b>4.805</b>
Recursos do Proagro	118	114
IOF a Recolher	2.927	4.601
Outros Tributos e Assemelhados	109	90
<b>b) Carteira de Câmbio (Nota 11)</b>	<b>32.008</b>	<b>1.188</b>
<b>c) Sociais e Estatutárias</b>	<b>95.061</b>	<b>12.254</b>
Dividendos e Bonificações a Pagar	65.066	342
Participações nos Lucros	29.663	11.912
Outros Tributos e Assemelhados	332	-
<b>d) Fiscais e Previdenciárias</b>	<b>825.052</b>	<b>525.820</b>
<b>Provisão para Riscos Fiscais (Nota 22.d)</b>	<b>118.345</b>	<b>112.578</b>
Impostos e Contribuições	82.258	82.269
Causas Fiscais	36.087	30.309
<b>Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)</b>	<b>227.740</b>	<b>66.561</b>
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	219.595	56.885
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos	8.145	9.676
<b>Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 21.a)</b>	<b>401.577</b>	<b>298.477</b>
Imposto de Renda <sup>(1)</sup>	246.087	182.080
Contribuição Social <sup>(2)</sup>	155.490	116.397
<b>Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar</b>	<b>77.390</b>	<b>48.204</b>
<b>e) Negociação e Intermediação de Valores</b>	<b>68</b>	<b>-</b>
<b>f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento</b>	<b>6.679.378</b>	<b>4.720.077</b>
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (Nota 29.a.1)	6.534.337	4.578.226
Outros Valores	145.041	141.851
<b>g) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 17 e Nota 29.a.1)</b>	<b>1.202.392</b>	<b>1.137.872</b>
<b>h) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18 e Nota 29.a.1)</b>	<b>1.332.382</b>	<b>1.216.319</b>
<b>i) Diversas</b>	<b>3.719.705</b>	<b>3.017.118</b>
<b>Provisão para Passivos Contingentes</b>	<b>2.145.730</b>	<b>1.767.867</b>
Causas Trabalhistas (Nota 22.e.iv)	179.319	182.824
Causas Cíveis (Nota 22.e.v)	106.080	106.653
Outras Causas (Nota 22.e.vi)	258	140
<b>FNE (Nota 22.e.vii)</b>	<b>1.820.070</b>	<b>1.386.807</b>
Repasse	1.308	1.149
Risco Integral	99.149	91.376
Risco Compartilhado	1.719.613	1.294.282
FDNE (Nota 22.e.viii)	420	1.593
Proagro (Nota 22.e.ix)	3.388	3.299
Outros Passivos Contingentes (Nota 22.e.x)	36.195	86.551
<b>Provisão para Pagamentos a Efetuar</b>	<b>1.493.127</b>	<b>1.131.570</b>

<b>Benefícios a Empregados – Deliberação CVM nº 600 (Nota 25.f)</b>	<b>1.327.310</b>	<b>985.408</b>
Plano de Aposentadoria e Pensão (Nota 29.a.2)	576.635	457.916
Plano de Aposentadoria e Pensão CV I (Nota 29.a.2)	99	-
Plano de Assistência Médica (Nota 29.a.2)	750.576	527.492
Despesa de Pessoal	131.998	114.564
Outros Valores	33.819	31.598
<b>Outros Valores</b>	<b>80.848</b>	<b>117.681</b>
<b>Total</b>	<b>13.889.200</b>	<b>10.635.453</b>
Saldo de Curto Prazo	3.953.248	2.675.384
Saldo de Longo Prazo	9.935.952	7.960.069

<sup>(1)</sup> Em 31.12.2012, inclui o valor complementar de R\$ 281 referente ao ajuste anual do ano calendário de 2011.

<sup>(2)</sup> Em 31.12.2012, inclui o valor complementar de R\$ 162 referente ao ajuste anual do ano calendário de 2011.

#### NOTA 17 – Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.12.2012	31.12.2011
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Notas 16.g e 28g.ii)	1.000.000	IPCA+6,5715% a.a.	22.12.2010	1.202.392	1.137.872
Saldo de Curto Prazo				74.143	70.164
Saldo de Longo Prazo				1.128.249	1.067.708

#### NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	1.332.382	1.216.319
Recursos disponíveis <sup>(1)</sup>	433.857	328.126
Recursos aplicados <sup>(2)</sup>	898.525	888.193
<b>Total (Nota 28.g.ii)</b>	<b>1.332.382</b>	<b>1.216.319</b>

<sup>(1)</sup> São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

<sup>(2)</sup> São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

#### NOTA 19 – Patrimônio Líquido

##### a) Capital Social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30.03.2012, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 132.000, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 2.010.000 para R\$ 2.142.000 representado por 87.001.901 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas e devidamente homologado pelo Bacen.

Composição em 31.12.2012					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB-CAPEF	269.723	110.515	380.238	0,56	0,44
Outros	146.069	660.157	806.226	0,30	0,93
<b>Total</b>	<b>48.484.775</b>	<b>38.517.126</b>	<b>87.001.901</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Composição em 31.12.2011					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
BNDESPAR	13.800	386.795	400.595	0,03	0,47
Outros	401.992	383.877	785.869	0,83	0,90
<b>TOTAL</b>	<b>48.484.775</b>	<b>38.517.126</b>	<b>87.001.901</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

##### b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 22.904 (R\$ 25.198 em 31.12.2011) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008 do Conselho Monetário Nacional. A realização ocorrida no exercício importa em R\$ 2.294 (R\$ 2.866 em 31.12.2011) e compôs a base de distribuição do resultado.

##### c) Ações em Tesouraria – Em R\$ 1,00

O Banco possui 10.232 ações de sua própria emissão, sendo 8.088 ações ordinárias nominativas (ON) e 2.144 ações preferenciais nominativas (PN) adquiridas em 17.02.2009. Tais ações, cujos valores de mercado, na posição de 31.12.2012, representam, respectivamente, R\$ 19,00 e R\$ 20,28 por cada ação, encontram-se em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento.

##### d) Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio

O Estatuto do Banco assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido apurado no exercício, ajustado conforme definido em Lei.

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, imputados ao valor do dividendo, de 35,02% sobre o lucro líquido ajustado do exercício. Por conta dessa proposição, e

considerando o pagamento antecipado de dividendos e JCP do 1º semestre, foi contabilizado, em conta de Provisão, o importe de R\$ 126.199, referente ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social e R\$ 61.521 em conta de Reserva de Lucros – Dividendos Adicionais Propostos, conforme disposições da Carta Circular Bacen nº 3.516, de 21.07.2011.

<b>Especificação</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
<b>1. Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>508.363</b>	<b>314.799</b>
2. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	2.294	2.397
<b>3. Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>510.657</b>	<b>317.196</b>
4. Reserva Legal Constituída	(25.418)	(15.740)
5. Participações nos Lucros e Resultados dos Empregados (Nota 24)	59.184	36.635
<b>6. Base de Cálculo dos Dividendos /Juros sobre o Capital Próprio</b>	<b>544.423</b>	<b>338.091</b>
7. Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no exercício	132.273	73.526
8. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(144)	(99)
9. JCP imputados aos dividendos (item 7 + item 8)	132.129	73.427
10. JCP antecipado corrigido pela taxa Selic	(68.827)	(66.478)
11. JCP complementar (item 7 + item 10)	63.446	7.048
12. Dividendos propostos no exercício	58.388	95.700
13. Dividendos antecipados corrigidos pela taxa Selic	(57.051)	(95.700)
14. Dividendos complementares (item 12 + item 13)	1.337	-
<b>15. Total Destinado aos acionistas (item 7 + item 12) – 35,0207%</b>	<b>190.661</b>	<b>169.226</b>
- JCP de R\$ 1,45605887692 por ação ordinária (em 31.12.2011: JCP de R\$ 0,80937744879 por ação ordinária)	70.585	39.236
- JCP de R\$ 1,601664764377 por ação preferencial (em 31.12.2011: JCP de R\$ 0,890315193449 por ação preferencial)	61.688	34.290
- Dividendos de R\$ 0,64273471246 por ação ordinária (em 31.12.2011: Dividendos de R\$ 1,05345972612 por ação ordinária)	31.158	51.069
- Dividendos de R\$ 0,707008183724 por ação preferencial (em 31.12.2011: Dividendos de R\$ 1,15880569878 por ação preferencial)	27.230	44.631

Para as ações preferenciais foram calculados dividendos e juros sobre o capital próprio 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso “I” do artigo 17 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001 e o disposto no parágrafo 2º do artigo 6º do Estatuto Social do Banco.

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em despesas, mas para fins de divulgação das demonstrações financeiras, reclassificados para a conta de “Lucros ou Prejuízos Acumulados”. O total dos juros sobre o capital próprio no exercício proporcionou redução da despesa com encargos tributários no montante de R\$ 52.115 (R\$ 27.972 em 31.12.2011).

A participação dos empregados nos lucros foi adicionada à base de cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio como determina o artigo 2º da Resolução nº 10, de 30.05.1995, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – CCE.

**NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais**

Especificação	2º Sem/2012	01.01. a 31.12.2012	01.01. a 31.12.2011
<b>a) Receitas de Prestação de Serviços</b>	<b>681.061</b>	<b>1.391.602</b>	<b>1.327.021</b>
Administração de Fundos de Investimentos	9.070	17.239	14.298
Administração de Fundos e Programas	556.484	1.160.600	1.106.150
Prestação de Serviços	115.507	213.763	206.573
<b>b) Rendas de Tarifas Bancárias</b>	<b>15.622</b>	<b>29.057</b>	<b>24.735</b>
<b>c) Despesas de Pessoal</b>	<b>(730.172)</b>	<b>(1.461.837)</b>	<b>(1.081.293)</b>
Proventos	(347.344)	(663.334)	(606.229)
Encargos Sociais	(129.101)	(245.330)	(235.373)
Plano de Aposentadoria e Pensão (Nota 25.g)	(107.363)	(201.979)	(44.147)
Plano de Assistência Médica (Nota 25.g)	(94.643)	(253.049)	(109.239)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(51.721)	(98.145)	(86.305)
<b>d) Outras Despesas Administrativas</b>	<b>(405.206)</b>	<b>(824.986)</b>	<b>(775.242)</b>
Processamento de Dados	(69.052)	(143.152)	(124.484)
Propaganda e Publicidade	(7.604)	(22.036)	(29.309)
Serviços de Terceiros	(154.856)	(299.651)	(259.067)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(20.662)	(41.747)	(44.698)
Viagens	(7.467)	(15.475)	(14.623)
Comunicações	(17.238)	(32.907)	(30.519)
Depreciação e Amortização	(14.711)	(29.212)	(27.346)
Manutenção e Conservação de Bens	(17.784)	(33.470)	(31.612)
Vigilância, Segurança e Transporte	(21.362)	(40.274)	(32.770)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(13.094)	(21.874)	(19.874)
Serviços do Sistema Financeiro	(9.819)	(18.327)	(19.417)
Serviços Técnicos Especializados	(15.109)	(37.139)	(34.580)
Seguros	(2.235)	(4.395)	(4.150)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocáticos	(14.955)	(38.088)	(50.248)
Contribuição Sindical Patronal e de Entidades Associativas	(624)	(1.327)	(894)
Condomínio, copa, cozinha e alimentação	(2.020)	(3.955)	(3.586)
FUNDECI – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	(5.200)	(19.200)	(19.200)
Outros Valores	(11.414)	(22.757)	(28.865)
<b>e) Despesas Tributárias</b>	<b>(118.932)</b>	<b>(215.202)</b>	<b>(188.995)</b>
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(109.965)	(198.161)	(173.177)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(7.889)	(15.027)	(14.423)
Outros Valores	(1.078)	(2.014)	(1.395)
<b>f) Outras Receitas Operacionais</b>	<b>617.517</b>	<b>1.431.569</b>	<b>1.164.760</b>
<i>Del credere</i> de Fundos Administrados	471.902	926.764	825.511
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	8	205.221	105.615
Reversão de Provisão Operacional sobre riscos com operações do FNE	-	-	11
Recuperação de Encargos e Despesas	5.462	8.644	10.871
Reversão de Provisões Operacionais	55.820	119.515	2.310
Juros e Comissões	338	814	899
Correção Monetária	8.378	9.041	6.650
Resultado da Marcação a Mercado	9.368	9.368	39.074
Atualização Monetária de Tributos	-	-	218
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	41.563	64.621	87.628
Outros Valores	24.678	87.581	85.973
<b>g) Outras Despesas Operacionais</b>	<b>(618.163)</b>	<b>(1.301.411)</b>	<b>(1.019.815)</b>
Variação Cambial da Área de Câmbio	(463)	(4.750)	(5.188)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(31.513)	(187.509)	(82.425)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(80)	(83)	(1.052)
Descontos Concedidos em Renegociações	(3.472)	(6.229)	(48.509)
Encargos de Operações de Crédito	(8.229)	(12.449)	(12.513)
Riscos Fiscais	(7.092)	(8.916)	(12.881)
Riscos com Operações do FNE	(404.803)	(699.670)	(429.782)
Riscos com Operações do FDNE	-	(322)	(1.316)
Causas Trabalhistas	(6.900)	(26.188)	(32.821)
Causas Cíveis	(11.697)	(25.786)	(20.584)
Outras Causas	(155)	(158)	(96)
Outros Passivos Contingentes	(101)	(56.097)	(86.551)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(77.283)	(137.139)	(135.550)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(13.323)	(27.980)	(34.892)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(44.489)	(88.083)	(79.579)
Outros Valores	(8.563)	(20.052)	(36.076)
<b>Total</b>	<b>(558.273)</b>	<b>(951.208)</b>	<b>(548.829)</b>

## NOTA 21 – Impostos e Contribuições

### a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa. A despesa de Imposto de Renda registrada no Exercício de 2012 foi de R\$ 244.850 (R\$ 181.082 em 31.12.2011) e a de Contribuição Social foi de R\$ 154.755 (R\$ 115.798 em 31.12.2011).

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	253.203	675.479	253.203	675.479
Participações Estatutárias s/Lucro (PLR)	(65.619)	(37.077)	(65.619)	(37.077)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	(132.273)	(73.526)	(132.273)	(73.526)
Resultado Antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos Juros sobre o Capital Próprio	55.311	564.876	55.311	564.876
Adições/Exclusões Permanentes	(37.152)	(51.043)	(37.382)	(51.252)
Adições/Exclusões Temporárias	1.017.589	262.354	1.017.589	262.354
Resultado Tributável antes das Compensações	1.035.748	776.187	1.035.518	775.978
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	-	-
Resultado Tributável após Compensações	1.035.748	776.187	1.035.518	775.978
Despesas de Provisão de IRPJ (25%) <sup>(1)</sup> e CSLL (15%) - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(258.913)	(194.022)	(155.328)	(116.397)
Deduções (Incentivos Fiscais)	13.106	11.942	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	957	998	573	599
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL- após os incentivos e Reserva de Reavaliação	(244.850)	(181.082)	(154.755)	(115.798)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidas - IFD	(14.165)	-	(8.497)	-
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões	439.940	(16.702)	263.963	(10.021)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – IFD e Item Objeto de Hedge	24.465	-	14.678	-
Total de Despesas de IRPJ/CSLL	205.390	(197.784)	115.389	(125.819)
% do total das despesas de tributos em relação ao Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	(81,12%)	29,28%	(45,57%)	18,63%
a.2) Especificação da Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	244.850	181.082	154.755	115.798
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	956	998	573	599
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	245.806	182.080	155.328	116.397
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(138.400)	(138.032)	(64.323)	(63.743)
Valor dos Tributos a Recolher do Exercício	107.406	44.048	91.005	52.654

<sup>(1)</sup> Aplica-se sobre a base tributável a alíquota de 15% referente ao IR devido + alíquota de 10% como adicional de IR ao que exceder o limite anual de R\$ 240.

### b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os créditos tributários correspondentes a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para perdas de crédito são registrados conforme disposições das principais normas a seguir: Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002 (alterada pela Res. CMN nº 3.355, de 31.03.2006) e da Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002; e são fundamentados em Estudos Técnicos realizados semestralmente demonstrando a probabilidade de realização do crédito tributário para o prazo de cinco anos.

Em 2012, o Banco constituiu créditos tributários de IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para perdas em operações de crédito realizadas com recursos do FNE, das provisões referentes ao passivo atuarial com planos de benefícios pós-emprego de previdência complementar e assistência médica e de ajustes a valor de mercado de Instrumentos Financeiros Derivativos. Foram excluídas das bases das diferenças temporárias, aqueles ajustes que não se enquadram nos critérios de realização estabelecidos pelo Bacen.

De acordo com as Circulares Bacen nº 3.068, de 08.11.2011 e 3.082, de 30.01.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM), relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda, bem como sobre Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD).



Especificação	31.12.2012								
	Imposto de Renda			Contribuição Social			Total		
	Provisões	TVM	IFD e Item Objeto de Hedge <sup>(1)</sup>	Provisões	TVM	IFD e Item Objeto de Hedge <sup>(1)</sup>	Provisões	TVM	IFD e Item Objeto de Hedge <sup>(1)</sup>
Saldo Final em 31.12.2011	156.634	14.658	-	93.995	8.795	-	250.629	23.453	-
(+) Constituição/(-) Real. de Créditos	439.940	69.368	24.465	263.963	41.621	14.678	703.903	110.989	39.143
Saldo Final em 31.12.2012	596.574	84.026	24.465	357.958	50.416	14.678	954.532	134.442	39.143

<sup>(1)</sup> Saldo Final de 31.12.2012 de IFD é R\$ 2.243 e do Item Objeto de Hedge R\$ 36.900.

Especificação	31.12.2011								
	Imposto de Renda			Contribuição Social			Total		
	Provisões	TVM	IFD e Item Objeto de Hedge	Provisões	TVM	IFD e Item Objeto de Hedge	Provisões	TVM	IFD e Item Objeto de Hedge
Saldo Final em 31.12.2010	173.336	8.671	-	104.016	5.202	-	277.352	13.873	-
(+) Constituição/(-) Real. de Créditos	(16.702)	5.987	-	(10.021)	3.593	-	(26.723)	9.580	-
Saldo Final em 31.12.2011	156.634	14.658	-	93.995	8.795	-	250.629	23.453	-

O saldo dos créditos ativados e não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social, registrado em “OUTROS CRÉDITOS-Diversos”, apresenta a seguinte composição:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
1. Total das Diferenças Temporárias	4.687.741	3.321.341	4.687.741	3.321.341
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.171.935	830.336	703.161	498.201
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	596.574	156.634	357.958	93.995
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM, IFD e Item Objeto de Hedge	108.491	14.658	65.094	8.795
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3+ item 4)	705.065	171.292	423.052	102.790
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) <sup>(1)</sup>	466.870	659.044	280.109	395.411

<sup>(1)</sup> Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de provisões na posição de 31.12.2012, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic - Média <sup>(1)</sup>	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2013	7,33	171.681	161.215	103.008	96.728	274.689	257.943
2014	8,23	94.350	83.922	56.610	50.353	150.960	134.275
2015	8,58	46.518	41.097	27.911	24.658	74.429	65.755
2016	8,27	88.418	70.470	53.051	42.282	141.469	112.752
2017	7,99	195.607	139.876	117.378	83.936	312.985	223.812
<b>TOTAL</b>		<b>596.574</b>	<b>496.580</b>	<b>357.958</b>	<b>297.957</b>	<b>954.532</b>	<b>794.537</b>

<sup>(1)</sup> Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na data de 11.01.2013.

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários e dos Instrumentos Financeiros Derivativos apurados pelo valor presente de realização, na forma das Circulares Bacen nº 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos

Período	Realização do Crédito de IR	Realização do Crédito de CSLL	Total
2013	28.295	16.977	45.272
2014	3.033	1.820	4.853
2015	13.547	8.127	21.674
2016	47.180	28.309	75.489
2017	2	1	3
2018 a 2020	16.044	9.626	25.670
2021 a 2023	4	2	6
2027 a 2029	386	232	618
<b>TOTAL</b>	<b>108.491</b>	<b>65.094</b>	<b>173.585</b>

**c) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos**

Especificação	31.12.2012								
	Imposto de Renda			Contribuição Social			Total		
	TVM	IFD	Res. de Reaval.	TVM	IFD	Res. de Reaval.	TVM	IFD	Res. de Reaval.
Saldo Final em 31.12.2011	35.553	-	6.048	21.332	-	3.628	56.885	-	9.676
(+)Constituição/ (-) Realização de Créditos	87.529	14.165	(958)	52.519	8.497	(573)	140.048	22.662	(1.531)
Saldo Final em 31.12.2012	123.082	14.165	5.090	73.851	8.497	3.055	196.933	22.662	8.145

Especificação	31.12.2011								
	Imposto de Renda			Contribuição Social			Total		
	TVM	IFD	Res. de Reaval.	TVM	IFD	Res. de Reaval.	TVM	IFD	Res. de Reaval.
Saldo Final em 31.12.2010	29.558	-	7.139	17.735	-	4.284	47.293	-	11.423
(+)Constituição/ (-) Realização de Créditos	5.995	-	(1.091)	3.597	-	(656)	9.592	-	(1.747)
Saldo Final em 31.12.2011	35.553	-	6.048	21.332	-	3.628	56.885	-	9.676

As provisões sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários e sobre os Instrumentos Financeiros Derivativos apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com os vencimentos dos títulos e sobre a reserva de reavaliação, quando de sua realização.

Período	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2013	21.340	12.805	34.145
2014	962	577	1.539
2015	5.467	3.280	8.747
2016	977	587	1.564
2017	1.146	687	1.833
2018 a 2020	10.601	6.361	16.962
2050 a 2052	101.845	61.105	162.950
<b>Total</b>	<b>142.338</b>	<b>85.402</b>	<b>227.740</b>

**d) Despesas Tributárias**

Especificação	2º Sem/2012	31.12.2012	31.12.2011
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(109.965)	(198.161)	(173.177)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(7.889)	(15.027)	(14.423)
Outros Valores	(1.078)	(2.014)	(1.395)
<b>Total</b>	<b>(118.932)</b>	<b>(215.202)</b>	<b>(188.995)</b>

**NOTA 22 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias**

- a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. Para a constituição de provisão e de contingência passiva, adota-se o critério de classificação das contingências conforme Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010.
- b) A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Área Jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco; iii) antecedentes de perdas para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.
- c) As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Delegacias Regionais do Trabalho), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Levando em consideração que os procedimentos adotados pelo Banco guardam conformidade com as disposições legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.

d) O Banco constituiu provisão integral sobre o valor estimado de perda nas demandas classificadas como provável, bem como nas enquadradas como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, independente da avaliação de probabilidade de perda financeira feita pelo advogado, não cabendo provisão para as enquadradas como possível e remota.

Especificação	31.12.2012		31.12.2011	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
<b>a)PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS (Nota 16.d)</b>				
<b>a.1)Impostos e Contribuições -Obrigação Legal</b>	<b>82.258</b>	<b>82.258</b>	<b>82.269</b>	<b>82.269</b>
<b>a.2) Causas Fiscais</b>	<b>989.961</b>	<b>36.087</b>	<b>850.647</b>	<b>30.309</b>
i) Obrigação Legal	655	655	1.063	1.063
ii) Outras Obrigações-Diversas	989.306	35.432	849.584	29.246
Provável	35.432	35.432	29.246	29.246
Possível	730.784	-	617.180	-
Remota	223.090	-	203.158	-
<b>b) PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES (Nota 16.i)</b>				
<b>b.1) Causas Trabalhistas</b>	<b>287.462</b>	<b>179.319</b>	<b>263.035</b>	<b>182.824</b>
Provável	179.319	179.319	182.824	182.824
Possível	35.504	-	31.463	-
Remota	72.639	-	48.748	-
<b>b.2) Causas Cíveis</b>	<b>2.970.422</b>	<b>106.080</b>	<b>2.519.657</b>	<b>106.653</b>
Provável	106.080	106.080	106.653	106.653
Possível	504.709	-	467.538	-
Remota <sup>(1)</sup>	2.359.633	-	1.945.466	-
<b>b.3) Outras Causas</b>	<b>1.382</b>	<b>258</b>	<b>697</b>	<b>140</b>
Provável	258	258	140	140
Possível	1.091	-	556	-
Remota	33	-	1	-

<sup>(1)</sup> O montante da contingência passiva relacionada às causas cíveis classificada com risco remoto e a respectiva estimativa de perda financeira está concentrado nos seguintes processos: a) pagamento de contribuição extra referente a benefício de previdência complementar – Capef - R\$ 696.964 (R\$ 584.089 em 31.12.2011); b) repetição de indébito- R\$ 264.477 (R\$ 221.644 em 31.12.2011); c) indenização por danos morais e materiais - R\$ 186.155 (R\$ 156.007 em 31.12.2011); e d) pagamento de multa e indenização por danos morais - R\$ 150.530 (R\$ 126.151 em 31.12.2011). Somados os referidos processos apresentaram saldo de contingência passiva na ordem de R\$ 1.298.126 (R\$ 1.087.891 em 31.12.2011).

#### e) Movimentação das Provisões

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
<b>i) Impostos e Contribuições (Obrigação Legal)</b>		
Saldo inicial	82.269	74.847
Constituição	1.742	8.933
Reversão/Utilização/Baixa	(1.753)	(1.511)
Saldo Final	82.258	82.269
<b>ii) Causas Fiscais (Obrigação Legal)</b>		
Saldo inicial	1.063	551
Constituição	157	512
Reversão/Utilização/Baixa	(565)	-
Saldo Final	655	1.063
<b>iii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)</b>		
Saldo Inicial	29.246	26.127
Constituição	6.269	4.916
Reversão/Utilização/Baixa	(84)	(1.797)
Saldo Final	35.431	29.246
<b>iv) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)</b>		
Saldo inicial	182.824	161.863
Constituição	33.983	34.203
Reversão/Utilização/Baixa	(37.488)	(13.242)
Saldo Final (Nota 16.i)	179.319	182.824
<b>v) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)</b>		
Saldo Inicial	106.653	92.970
Constituição	52.148	23.836
Reversão/Utilização/Baixa	(52.721)	(10.153)
Saldo Final (Nota 16.i)	106.080	106.653
<b>vi) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)</b>		
Saldo Inicial	140	65
Constituição	207	159
Reversão/Utilização/Baixa	(89)	(84)
Saldo Final (Nota 16.i)	258	140
<b>vii) FNE</b>		
Saldo Inicial	1.386.807	1.177.757
Constituição	699.670	429.782
Reversão/Utilização/Baixa	(266.407)	(220.732)
Saldo Final (Nota 16.i)	1.820.070	1.386.807
<b>viii) FDNE</b>		

Saldo Inicial	1.593	277
Constituição	340	1.316
Reversão/Utilização/Baixa	(1.513)	-
Saldo Final (Nota 16.i)	420	1.593
<b>ix) Proagro</b>		
Saldo Inicial	3.299	3.299
Constituição	155	-
Reversão/Utilização/Baixa	(66)	-
Saldo Final (Nota 16.i)	3.388	3.299
<b>x) Outros Passivos Contingentes</b>		
Saldo Inicial	86.551	-
Constituição	61.615	86.551
Reversão/Utilização/Baixa	(111.971)	-
Saldo Final (Nota 16.i)	36.195	86.551

f) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedade de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de execução de operações de crédito, cuja avaliação da contingência passiva e passivo contingente é realizada, pela Área Jurídica, na forma do item “b”, retromencionado.

g) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados na alínea “d”, subitens a.1 e a.2.1 têm, respectivamente, como objeto de discussão os tributos IRPJ ano-base 1999 e ISSQN.

h) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Ação na esfera fiscal que visa desconstituir auto de infração relativo ao ISSQN incidente sobre rendas de prestação de serviços. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2012, R\$ 328.645. Na posição de 31.12.2011, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 276.218 com nível de risco possível. Duas ações na esfera fiscal que visam desconstituir autos de infração relativos ao ISSQN incidentes sobre rendas de prestação de serviços. As estimativas de perdas financeiras de riscos possíveis, na data base de 31.12.2012, perfazem respectivamente, R\$ 191.019 e R\$ 129.544. Na posição de 31.12.2011, representavam, respectivamente, R\$ 160.547 e R\$ 108.879, ambas com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração sob a alegação de prejuízos sofridos ante a suspensão dos repasses de financiamento contratado para a construção de um estabelecimento comercial. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2012, R\$ 99.423. Na posição de 31.12.2011, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 83.321, com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa repetição de indébito sob a alegação de cobrança e retenções indevidas. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2012, R\$ 38.732. Na posição de 31.12.2011, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 32.459 com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa indenização por danos materiais e morais sob a alegação de que houve transferência indevida de valores em conta de depósito. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2012, R\$ 27.905. Na posição de 31.12.2011, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 2.060 com nível de risco possível.

i) Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas.

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Demandas Trabalhistas	207.801	414.916
Demandas Fiscais	434.226	197.267
Demandas Cíveis	31.145	23.825
<b>Total</b>	<b>673.172</b>	<b>636.008</b>

j) Em “Outros Passivos Contingentes”, encontra-se registrado o valor de R\$ 21.464 (R\$ 86.551, em 31.12.2011), referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Área de Auditoria Interna. Nessa rubrica, em 2012, o Banco também registrou o valor de R\$ 14.731 relativamente ao risco de crédito sobre operações securitizadas, com fundamento na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, e que se encontram registradas em contas de compensação. Em 31.12.2011, não havia valores provisionados em outros passivos contingentes decorrentes do risco de crédito sobre operações securitizadas.

## NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em R\$ 1,00)

### a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta <sup>(1)</sup>	31.12.2012	31.12.2011
Máxima	28.467,55	26.481,45
Mínima	1.040,44	948,65
Média	7.617,03	6.983,98

<sup>(1)</sup> Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

### b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Exercício

Especificação	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
<b>Remuneração Bruta <sup>(1)</sup></b>	<b>Diretoria</b>		<b>Conselho de Administração</b>		<b>Conselho Fiscal</b>	
Maior remuneração individual	443.222,77	471.963,15	34.504,30	32.591,00	34.504,30	32.591,00
Menor remuneração individual	388.561,82	441.962,10	34.504,30	32.591,00	34.504,30	32.591,00
Remuneração média individual	401.151,81	452.923,95	33.451,94	32.838,88	33.906,58	32.475,56
Número de membros <sup>(2)</sup>	7	7	6	6	6	5

<sup>(1)</sup> Valores aprovados pela 59ª reunião da Assembleia Geral Ordinária e 91ª reunião da Assembleia Geral Extraordinária do Banco, realizadas cumulativamente em 30.03.2012.

<sup>(2)</sup> O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Em 31.12.2012, o número de funcionários do Banco totalizava 6.169 (6.077 em 31.12.2011), registrando-se, um acréscimo de 1,51% no quadro de pessoal.

## NOTA 24 – Participação nos Lucros e Resultados – PLR

A proposta de Participação nos Lucros e Resultados dos empregados, no exercício, corresponde a R\$ 59.184 (R\$ 36.635 em 31.12.2011), composta pelo equivalente a 8,64% do lucro líquido do exercício (11,64% em 31.12.2011) e 23,04% (21,65% em 31.12.2011) dos dividendos e juros sobre o capital próprio, e pela parcela de 3% sobre o lucro líquido do exercício, referente ao cumprimento de metas sociais.

Em junho de 2012, o Banco procedeu ao pagamento do valor de R\$ 6.296, a título de participação complementar dos empregados nos resultados de 2011, aprovado na 92ª reunião da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25.05.2012.

A despesa com pagamento de Participação nos Lucros e Resultados importa em R\$ 65.619, sendo R\$ 65.480 referente aos empregados e R\$ 139, aos administradores.

## NOTA 25– Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 600, de 07.10.2009, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 – Benefícios a Empregados, são apresentadas a seguir as informações sobre a política de benefícios pós-emprego, bem como os procedimentos contábeis adotados pelo Banco no reconhecimento de suas obrigações:

### a) Política contábil de reconhecimento de ganhos e perdas

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, a partir de dezembro de 2010, segue a prerrogativa contida no item 93 do Anexo da Deliberação CVM nº 600, ou seja, é reconhecida imediatamente, como receita ou despesa.

### b) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

#### b.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de benefícios, administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - Capef, entidade fechada de previdência complementar, que propiciam aos funcionários participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social.

O plano de Benefícios Definidos (BD) encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999. O plano de Contribuição Variável (CV I), autorizado a funcionar pela Portaria MPS/PREVIC/DETEC nº 189, de 25.03.2010, iniciou suas operações em 19.05.2010, com o recebimento das primeiras contribuições. Referidos planos ofertam aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

#### b.1.1) Regime Atuarial no âmbito da Capef

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido, sendo classificado, na forma da Deliberação CVM nº 600, na modalidade de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

### b.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.12.2012, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

### b.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco do Nordeste atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 31.12.2012, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2011, 1:1).

### b.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador do Plano de Saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - Camed, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes inscritos no Plano Natural, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

#### b.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.12.2012, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

#### b.2.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade das patrocinadoras.

### c) Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação

A conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir, conforme avaliações atuariais realizadas pela Probus Suporte Empresarial S/S Ltda., com base em informações fornecidas pela Capef, pela Camed e pelo Banco, em cumprimento ao disposto na Deliberação CVM nº 600:

Especificação	Capef				Camed	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Período	3.219.990	3.109.048	60.531	16.494	601.318	492.916
2. Custo do Serviço Corrente	16.026	16.743	51.688	45.267	11.057	9.709
3. Custo dos Juros	346.120	331.595	6.507	1.673	64.636	52.573
4. Custo do Serviço Passado	-	-	-	-	-	-
5. Benefícios Pagos pelo Plano <sup>(1)</sup>	(270.247)	(256.183)	(178)	(52)	(38.787)	(33.770)
6. Contribuições Recebidas de Associados, Aposentados e Pensionistas	58.127	51.900	-	-	12.116	11.792
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(8.250)	(7.765)	(1.952)	(1.689)	(5.805)	(5.366)
8. Perdas (Ganhos) Atuariais sobre a Obrigação Atuarial <sup>(2)</sup>	573.103	(25.348)	2.536	(1.162)	162.950	73.464
9. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Período	3.934.869	3.219.990	119.132	60.531	807.485	601.318

<sup>(1)</sup> Camed: Plano Natural - Líquidos das coparticipações pagas pelos associados;

<sup>(2)</sup> Número de equilíbrio.

### d) Análise da Obrigação Atuarial

Sob a ótica da Deliberação CVM nº 600, na posição de 31.12.2012, o valor presente da obrigação atuarial dos planos administrados pela Capef e Camed, registrados como Passivo no Banco, encontra-se na seguinte situação:

#### a) Planos de Previdência Privada

- i. Plano BD: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 3.934.869 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 3.358.234, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 576.635;
  - ii. Plano CV I: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 119.132 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 119.033, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 99.
- b) Plano de Assistência Médica: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 807.485 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 56.909, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 750.576.

**e) Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos**

Especificação	Capecf				Camed	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Período	2.762.074	2.618.418	60.531	16.494	73.826	58.172
2. Retorno Esperado dos Ativos do Plano	368.461	375.219	8.723	2.336	8.269	5.747
3. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	2.523	2.846	26.005	22.707	12.872	11.124
4. Contribuições Recebidas do Empregador <sup>(1)</sup>	57.872	54.662	25.683	22.559	29.965	27.614
5. Benefícios Pagos pelo Plano <sup>(2)</sup>	(270.247)	(256.183)	(178)	(52)	(38.787)	(33.770)
6. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	58.127	51.900	-	-	12.116	11.792
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(8.250)	(7.765)	(1.952)	(1.689)	(5.805)	(5.366)
8. Ganhos (Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano <sup>(3)</sup>	387.674	(77.023)	221	(1.824)	(35.547)	(1.487)
9. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Período	3.358.234	2.762.074	119.033	60.531	56.909	73.826

<sup>(1)</sup> Capecf – Plano BD: contribuições relativas a participantes ativos e assistidos; Camed – Plano Natural: contribuições relativas a associados e coparticipações pagas pelo empregador;

<sup>(2)</sup> Camed – Plano Natural: líquidos das coparticipações pagas pelos associados;

<sup>(3)</sup> Número de Equilíbrio.

**f) Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial**

Especificação	Capecf				Camed	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial	3.934.869	3.219.990	119.132	60.531	807.485	601.318
2. Valor Justo dos Ativos do Plano	(3.358.234)	(2.762.074)	(119.033)	(60.531)	(56.909)	(73.826)
3. Valor Presente da Obrigação Atuarial Descoberta (item 1 – item 2)	576.635	457.916	99	-	750.576	527.492
4. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial	576.635	457.916	99	-	750.576	527.492

**g) Despesa reconhecida nas Demonstrações do Resultado**

Especificação	Capecf				Camed	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
1. Custo do Serviço Corrente	16.026	16.743	51.688	45.267	11.057	9.709
2. Contribuições de Empregados <sup>(1)</sup>	(2.523)	(2.846)	(26.005)	(22.707)	(12.872)	(11.124)
3. Custo dos Juros	346.120	331.595	6.507	1.673	64.636	52.573
4. Retorno Esperado dos Ativos do Plano	(368.461)	(375.219)	(8.723)	(2.336)	(8.269)	(5.747)
5. Perda (Ganho) Atuarial Líquida Reconhecida no Período	185.429	51.675	2.315	662	198.497	74.951
6. Custo do Serviço Passado Reconhecido no Período	-	-	-	-	-	-
7. Despesa Reconhecida no Resultado	176.591	21.948	25.782	22.559	253.049	120.362
8. Contribuição do empregador relativas a funcionários cedidos objeto de ressarcimento	(287)	(360)	(107)	-	-	-
9. Despesa Reconhecida no Resultado considerando a despesa com funcionários cedidos objeto de ressarcimento	176.304	21.588	25.675	22.559	253.049	120.362

<sup>(1)</sup> Contribuições recebidas de participantes ativos

**h) Percentagem que cada categoria principal de ativos do plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos**

Especificação	Capecf				Camed	
	Plano BD (%)		Plano CV I (%)		Plano Natural (%)	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Renda Fixa	87,94	85,44	67,59	85,04	5,60	8,19
Renda Variável	4,12	4,81	27,44	14,96	93,54	91,13
Investimentos Imobiliários	5,17	6,33	4,19	-	0,87	0,68
Empréstimos e Financiamentos	2,75	3,41	0,78	-	-	-
Outros	0,02	0,01	-	-	-	-
<b>Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos</b>						
Em instrumentos financeiros no Banco	0,22	1,36	-	-	0,01	8,19
Em propriedades/outras ativos utilizados pelo Banco	0,70	0,67	-	-	-	0,68

**i) Retorno real dos ativos dos planos**

Especificação	Capecf				Camed	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
1. Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	368.461	375.219	8.723	2.336	8.269	5.747
2. Ganho (Perda) Atuarial sobre os Ativos do Plano	387.674	(77.023)	221	(1.824)	(35.547)	(1.487)
3. Retorno Real sobre os Ativos dos Planos (item 1 + item 2)	756.135	298.196	8.944	512	(27.278)	4.260

**j) Valores atuariais para o exercício corrente e os últimos três exercícios**

Especificação	Capef						
	Plano BD				Plano CV I		
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
1. Obrigação de Benefício Definido	(3.934.869)	(3.219.990)	(3.109.048)	(2.738.730)	(119.132)	(60.531)	(16.494)
2. Ativos do Plano	3.358.234	2.762.074	2.618.418	2.255.509	119.033	60.531	16.494
3. Superávit (déficit)	(576.635)	(457.916)	(490.630)	(483.221)	(99)	-	-
4. Ajustes de Experiências sobre os Passivos do Plano							
a. Montante	(573.103)	25.348	(238.465)	(392.699)	2.536	1.162	742
b. Percentual (a.a.)	14,56%	(0,79%)	7,67%	14,34%	2,13%	(1,92%)	(4,50%)
5. Ajustes de Experiências sobre os Ativos do Plano							
a. Montante	387.674	(77.023)	202.189	107.755	221	(1.824)	(742)
b. Percentual (a.a.)	11,54%	(2,79%)	7,72%	4,78%	0,19%	(3,01%)	(4,50%)

Especificação	Camed			
	Plano Natural			
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009
1. Obrigação de Benefício Definido	(807.485)	(601.318)	(492.916)	(469.032)
2. Ativos do Plano	56.909	73.826	58.171	11.789
3. Superávit (déficit)	(750.576)	(527.492)	(434.745)	(457.243)
4. Ajustes de Experiências sobre os Passivos do Plano				
a. Montante	(162.950)	(73.464)	12.168	(72.418)
b. Percentual (a.a.)	20,18%	12,22%	(2,47%)	15,44%
5. Ajustes de Experiências sobre os Ativos do Plano				
a. Montante	(35.547)	(1.487)	(58.205)	(6.670)
b. Percentual (a.a.)	(62,46%)	(2,01%)	(100,06%)	(56,58%)

**k) Estimativa de contribuições para o exercício de 2013**

**k.1) Dados de Entrada**

Especificação	Capef		Camed
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
1. Taxa Nominal de Desconto no Início do Ano	8,46%	8,62%	8,46%
2. Taxa Nominal de Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano no Início do Ano	13,85%	12,92%	3,77%
3. Folha salarial de Participação Projetada <sup>(1)</sup>	40.734	285.908	-
4. Custo do Serviço Corrente	19.487	43.645	17.680
5. Contribuições Esperadas de Participantes Ativos <sup>(1)</sup>	2.655	23.174	15.767
6. Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Ano	3.358.234	119.033	56.909
7. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Ano	3.934.869	119.132	807.485

<sup>(1)</sup> Valores extraídos do fluxo de caixa atuarial

**k.2) Despesa Estimada para o exercício de 2013**

Especificação	Capef		Camed
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
1. Custo do Serviço Corrente	19.487	43.645	17.680
2. Contribuições de Empregados <sup>(1)</sup>	(2.655)	(23.174)	(15.767)
3. Custo dos Juros	332.879	10.270	68.311
4. Retorno Esperado dos Ativos do Plano	(465.115)	(15.379)	(2.143)
5. Perda (Ganho) Atuarial Líquida Reconhecida no Período	197.849	2.455	133.468
6. Estimativa da Despesa a ser Reconhecida no Resultado do Período	82.445	17.817	201.549

<sup>(1)</sup> Contribuições dos empregados, esperadas no ano, relativas a participantes ativos.

**l) Premissas utilizadas**

**l.1) Premissas Biométricas**

Especificação	Planos BD (Capef) e Plano Natural (Camed)	Plano CV I (Capef)
Tábua de Mortalidade Geral de Válidos	AT2000 - Homens	AT2000 - Homens
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Experiência do IAPC - Fraca <sup>(1)</sup>	Experiência do IAPC - Fraca <sup>(1)</sup>
Tábua de Entrada em Invalidez	Experiência da CAPEF - Fraca <sup>(2)</sup>	-
Tábua de Rotatividade	Nenhuma	-

<sup>(1)</sup> A tábua de mortalidade de invalidez utilizada resulta da aplicação do fator 0,5 sobre as taxas de mortalidade da tábua IAPC original;

<sup>(2)</sup> A tábua de entrada em invalidez utilizada é resultante da aplicação do fator 0,5 sobre as taxas de entrada em invalidez da tábua Experiência da CAPEF original.



## 1.2) Premissas Econômicas

Especificação	Capef (% a.a.)		Camed (% a.a.)
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	3,79	3,94	3,79
Taxa de inflação futura	4,50	4,50	4,50
Taxa de inflação médica futura	-	-	0,23
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos do plano	13,85	12,92	3,77
Índice de aumento salarial real estimado	1,00	-	1,00
Taxa de crescimento real de benefícios do plano	-	-	-
Taxa de crescimento real de benefícios do INSS	-	-	-
Taxa de crescimento real dos gastos assistenciais	-	-	-
Taxa de Evolução dos custos médicos	-	-	3,28

**1.3)** A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do “floating” inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

**1.4)** É utilizado como método de avaliação atuarial o Método de Crédito Unitário Projetado a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.

### m) Efeito do aumento de um ponto percentual e o efeito do decréscimo de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos assumidos

Especificação	Aumento de um ponto percentual	Redução de um ponto percentual
Efeito sobre o agregado do custo de serviço e o custo de juros	16.787	(18.451)
Efeito sobre a obrigação de benefício definido	127.326	(144.540)

### n) Comentários adicionais

- n.1)** Despesas Correntes – obrigações apuradas no período, decorrentes do acréscimo de tempo de serviço prestado pelos empregados;
- n.2)** (Ganhos)/Perdas Atuariais Líquidas – obrigações apuradas no período, decorrentes de mudanças nas premissas atuariais adotadas ou divergência entre as premissas utilizadas e o que ocorreu efetivamente. O reconhecimento dessas obrigações segue a aplicação das regras de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais – alínea “a” desta nota;
- n.3)** Custo do Serviço Passado - obrigações apuradas quando da ocorrência de aumento de benefícios pós-emprego, referente a serviços prestados por empregados em períodos passados. O reconhecimento de despesas referentes a custo de serviço passado segue o disposto nos itens 96 a 101 do Anexo da Deliberação CVM nº 600.; e
- n.4)** As melhores estimativas do Banco para as contribuições que se espera pagar para o exercício de 2013 e as contribuições pagas no exercício de 2012 estão assim demonstradas:

Especificação	Capef		Camed
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
Contribuições esperadas para o exercício de 2013	63.974	30.340	34.062
Contribuições pagas no exercício de 2012	57.872	25.683	29.965

### NOTA 26 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

- a)** O patrimônio do FNE no montante de R\$ 42.848.130 (R\$ 37.747.461 em 31.12.2011) está registrado em contas de compensação do Banco “Patrimônio de Fundos Públicos Administrados”.
- b)** O disponível do Fundo no valor de R\$ 6.532.248 (R\$ 4.576.207 em 31.12.2011), registrado no título “Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento” é remunerado pela taxa extramercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R\$ 437.196 (R\$ 445.076 em 31.12.2011).
- c)** A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- c.1)** Nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
- c.2)** Para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e das operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e

c.3) O risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Relações Interfinanceiras do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 616, de 26.05.2003. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, destinados à liquidação de operações do BNB com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em “Passivos Contingentes” do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 31.12.2012	Provisão em 31.12.2011
AA	2.669.728	-	-
A	12.355.956	30.863	28.549
B	9.080.487	45.937	44.875
C	1.121.967	16.678	13.453
D	677.719	33.787	30.004
E	451.940	67.542	42.434
F	563.128	144.175	66.089
G	244.356	96.118	86.689
H	2.744.436	1.384.970	1.074.714
<b>Total</b>	<b>29.909.717</b>	<b>1.820.070</b>	<b>1.386.807</b>

d) Para as operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 923.019 (R\$ 822.771 em 31.12.2011).

e) A taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração foi de R\$ 1.037.396 (R\$ 993.540 em 31.12.2011).

#### NOTA 27 - Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT

O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade	Valor
Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem	016/2006	1.073
Proger-Urbano Investimento	017/2006	22.817
FAT - Infra-Estrutura	018/2006	268.446
Pronaf Investimento	019/2006	139
Proger-Rural - Custeio	020/2006	1.757
Pronaf - Custeio	001/2007	207
Proger-Rural - Investimento	002/2007	26.944
Protrabalho Investimento	004/2007	161.139
PNMPO-Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	001/2010	155.249
<b>Total</b>		<b>637.771</b>

As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, registradas em “Depósitos Especiais com Remuneração”, da ordem de R\$ 661.009 (R\$ 622.389 em 31.12.2011) têm custo de captação com base na taxa Selic enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na TJLP após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa Selic, totalizam R\$ 101.634 (R\$ 50.795 em 31.12.2011).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT – Codefat nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Tade (Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- A partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos.
- A partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2012		
		Forma <sup>(1)</sup>	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS <sup>(2)</sup>	Aplicado TJLP <sup>(3)</sup>	Total
Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	3.133	45	161	7.126	7.287
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	19.878	684	4.416	63.028	67.444
FAT – Infraestrutura	18/2006	RA	33.185	1.785	37.399	214.390	251.789
Pronaf- Investimento	19/2006	RA	699	15	-	-	-
Pronaf- Custeio	01/2007	RA	150	3	-	-	-
Protrabalho-Investimento	04/2007	RA	36.207	248	2.049	133.046	135.095
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	30.546	1.167	57.609	141.785	199.394
<b>Total (Nota 13.a)</b>			<b>123.798</b>	<b>3.947</b>	<b>101.634</b>	<b>559.375</b>	<b>661.009</b>

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2011		
		Forma <sup>(1)</sup>	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS <sup>(2)</sup>	Aplicado TJLP <sup>(3)</sup>	Total
Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	2.635	10	85	9.838	9.923
Proger – Urbano Investimento	17/2006	RA	26.066	996	13.293	62.810	76.103
FAT – Infraestrutura <sup>(4)</sup>	18/2006	RA	120.350	11.266	20.404	249.454	269.858
Pronaf- Investimento	19/2006	RA	344	11	192	484	676
Pronaf- Custeio	01/2007	RA	118	4	69	77	146
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	43.277	264	3.320	159.625	162.945
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	8.332	1.102	13.432	89.306	102.738
<b>Total (Nota 13.a)</b>			<b>201.122</b>	<b>13.653</b>	<b>50.795</b>	<b>571.594</b>	<b>622.389</b>

(1) RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD – Saldo Disponível menos depósitos efetuados nos últimos 3 meses e reembolsos nos últimos 2 meses;

(2) Recursos remunerados pela Taxa Selic;

(3) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); e

(4) Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

## NOTA 28 – Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

### a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia e as exigências do Acordo de Basileia II, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores chave e de mecanismos de mitigação de riscos identificados.

#### Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional. O Comitê Corporativo de Gestão de Riscos aprecia e delibera sobre políticas de gestão de riscos. A Diretoria colegiada é responsável pela aprovação dessas políticas e consequente submissão ao Conselho de Administração, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco coordenar a sua implementação e o desempenho do Banco. Área específica do Banco gerencia em nível corporativo os riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

As informações relativas ao gerenciamento de riscos, focando questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme prescreve a Circular Nº 3.477, de 28.12.2009, do Banco Central do Brasil, podem ser encontradas no portal [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br) no link Relação com Investidores.

#### Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria colegiada é responsável pela aprovação da estrutura de gerenciamento de capital, incluindo o Plano de Capital para o período de 2013 a 2015, tendo sido aprovado também pelo Conselho de Administração, em 14.12.2012. A Diretoria de Controle e Riscos é responsável pelo Gerenciamento de Capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, por meio da Resolução nº 3.988, de 30 de junho de 2011. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser encontradas no portal [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br) no link Relação com Investidores.

## b) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Exposições por Setor Econômico	Exposição	
	31.12.2012	31.12.2011
<b>Operações de concessão de crédito e coobrigações</b>	<b>29.435.172</b>	<b>27.944.962</b>
<b>Público</b>	<b>1.482.348</b>	<b>1.527.360</b>
<b>Privado</b>	<b>27.952.824</b>	<b>26.417.602</b>
Comércio	2.947.052	2.854.921
Comércio exterior	905.124	895.872
Habitação	242	242
Indústria	7.593.036	6.550.030
Infraestrutura	4.128.723	4.414.467
Intermediários financeiros	214.950	262.718
Microfinança urbana	1.637.913	1.165.074
Pessoas Físicas	210.694	196.285
Rural	6.441.335	5.983.626
Outros Serviços	3.873.755	4.094.367
<b>Operações de mercado</b>	<b>19.862.617</b>	<b>14.879.825</b>
<b>Títulos Públicos Federais</b>	<b>17.062.177</b>	<b>12.631.707</b>
Operações Compromissadas	7.871.834	4.415.402
Outras	9.190.343	8.216.305
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>107.020</b>	<b>188.842</b>
<b>Outros Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>1.158.626</b>	<b>1.147.537</b>
<b>Outras Operações</b>	<b>1.534.794</b>	<b>911.739</b>
<b>Demais ativos</b>	<b>2.945.858</b>	<b>1.827.680</b>
<b>Total</b>	<b>52.243.647</b>	<b>44.652.467</b>

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, controlar e mitigar o risco, de forma a assegurar a exposição ao risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e indicadores de desempenho por macrossetores.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral, pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características, valor, prazo, garantias e situação.

### Garantias de Operações de Crédito Acima de R\$ 5.000 com risco total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 5.366.682 (R\$ 5.313.571 em 31.12.2011). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 3.286.241 (R\$ 2.603.051 em 31.12.2011). Tais garantias são avaliadas pelo menos uma vez a cada dois anos ou em periodicidade menor, desde que ocorram fatos relevantes que envolvam o cliente ou a operação. Além de garantias tradicionais como as reais (hipoteca, penhor, alienação fiduciária de bens móveis, entre outras) e das garantias fidejussórias (fianças e avais pessoais), essas operações recebem outros tipos de garantias tais como quirografárias, penhor de títulos, fundos de aval, fundo de risco do FGPC, vinculação de cotas FPM/FPE e fiança bancária, dentre outros.

## c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o Caixa para gerenciamento do risco de liquidez, sendo comunicadas à administração por meio de relatórios diários, consolidados anualmente, as informações relativas a esse risco.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez inclui o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo do índice de liquidez são compostas por reservas bancárias, depósitos interfinanceiros, operações compromissadas e carteira própria de títulos.

Especificação		31.12.2012 (%)	31.12.2011 (%)
Índice de Liquidez	Na data base	349,87	245,45
	Média dos últimos 12 meses	274,75	227,39
	Máximo dos últimos 12 meses	382,42	321,96
	Mínimo dos últimos 12 meses	195,93	175,15

Os quadros a seguir evidenciam os vencimentos de captações, considerados os fluxos de pagamentos futuros projetados com as respectivas taxas contratuais. Todo o saldo das Dívidas Subordinadas foi inserido na coluna acima de 5 anos, uma vez que essa dívida não prevê pagamento de juros e tem prazo indeterminado. Os valores do IHCD distribuídos abaixo de 5 anos refletem pagamentos de juros anuais, enquanto os valores acima de 5 anos contêm o principal (de prazo indeterminado) e juros calculados até o ano de 2050, apenas para fins de cálculo dos valores:

Especificação	31.12.2012				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos Interfinanceiros	67.206	90.545	439.746	98.457	-
Depósitos a Prazo	39.302	229.897	788.330	3.995.990	2.720.447
Operações Compromissadas	738.999	-	-	119.223	-
Letras do Agronegócio - LCA	33.318	11.267	23.042	455	-
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	-	-	-	-	1.332.382
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida - IHCD	-	-	148.433	222.650	3.652.738
<b>Total</b>	<b>878.825</b>	<b>331.709</b>	<b>1.399.551</b>	<b>4.436.775</b>	<b>7.705.567</b>
<b>Recursos Disponíveis (Nota 5)</b>	<b>6.484.104</b>				

Especificação	31.12.2011				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos a Prazo	67.803	225.712	1.524.753	2.884.486	3.574.573
Depósitos Interfinanceiros	10.968	202.145	379.955	-	-
Operações Compromissadas	638.093	-	-	72.531	30.165
Letras do Agronegócio - LCA	47.951	70.784	81.907	-	-
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	-	-	-	-	1.216.319
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida - IHCD	-	-	70.122	280.490	3.521.357
<b>Total</b>	<b>764.815</b>	<b>498.641</b>	<b>2.056.737</b>	<b>3.237.507</b>	<b>8.342.414</b>
<b>Recursos Disponíveis (Nota 5)</b>	<b>3.185.693</b>				

#### d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- VaR (*value at risk*) de operações ativas e passivas das carteiras de negociação e de não negociação, por fator de risco;
- mapa de exigência de capital, para cobertura dos riscos de mercado e liquidez;
- relatório de exposição cambial;
- análise de sensibilidade;
- testes de estresse;
- testes de aderência (*backtesting*); e
- relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, mensais, trimestrais e anuais, destinados à administração e aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e de não negociação, níveis de exposição cambial, níveis e índices de liquidez, e acompanhamento dos limites das operações realizadas com outras instituições financeiras.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> <li>Carteira de negociação: 1% do valor da carteira</li> <li>Carteira de não negociação: 5% do valor da carteira</li> </ul>	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

### Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de negociação e de não negociação, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
<b>Carteira de Negociação</b>						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	5.645.799	5.643.091	(2.708)	5.640.427	(5.371)
<b>Carteira de Não Negociação</b>						
Cupom de Dólar	Aumento do cupom	52.824	48.557	(4.267)	44.602	(8.221)
Cupom de Euro	Aumento do cupom	(757)	(758)	(1)	(758)	(1)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	1.047.488	1.001.841	(45.647)	959.485	(88.003)
Cupom de IPCA	Redução do cupom	(310.348)	(342.256)	(31.908)	(377.691)	(67.343)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	495.881	455.625	(40.256)	419.167	(76.714)
Cupom de TR	Redução do cupom	(1.778.057)	(1.785.586)	(7.529)	(1.791.999)	(13.942)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	3.456.145	3.418.361	(37.784)	3.381.464	(74.681)

Para efeito dos cálculos acima, no Cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na BM&FBovespa. Para a construção dos Cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco levados em conta, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do Cenário 1 e os saldos dos Cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
<i>Demais Derivativos</i>	Aumento da taxa referencial BM&FBovespa DI x Pre	<i>Swap</i> DI x Pre	(226.732)	(219.762)	(213.223)
		Ativo Prefixado	238.798	221.695	206.132
		Exposição Líquida	<b>12.066</b>	<b>1.933</b>	<b>(7.090)</b>
<i>Derivativos para Hedge</i>	Aumento da taxa referencial BM&FBovespa DI x Dólar	<i>Swap</i> Dólar x DI	1.326.291	1.287.716	1.250.808
		Passivo em ME	(1.316.725)	(1.294.825)	(1.273.731)
		Exposição Líquida	<b>9.566</b>	<b>(7.109)</b>	<b>(22.923)</b>

Na data base de 31.12.2012, foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes do aumento do custo de oportunidade, nas operações prefixadas, e do aumento do cupom cambial, nas operações em moeda estrangeira.

#### **Swap DI x Pre**

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *swap* DI x Pre consistiu em apurar os saldos das operações ativas prefixadas e de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 2 – Neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 3 – Neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

#### **Swap Dólar x DI**

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *swap* Dólar x DI consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 2 – Neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 3 – Neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Dólar.

#### e) Risco Operacional

O risco operacional é o risco que resulta em perda potencial, efetiva ou recuperada, decorrente de falhas ou incorreções cometidas por pessoas, ocorridas em processos, sistemas ou decorrentes de fatores externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial manter em níveis aceitáveis as probabilidades e/ou impactos das ocorrências de perda.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa assegurar o cumprimento da política corporativa e do planejamento estratégico do Banco em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária. A gestão se materializa através dos processos e subprocessos que fluem de forma dinâmica e contínua, conferindo-lhes, por meio de ações mitigadoras, níveis aceitáveis de exposição a risco.

O gerenciamento de risco operacional corporativo no Banco é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações e conformidades da aplicação dos controles para todos os processos e operações realizados, tendo como referência maior as disposições do sistema normativo institucional. Sob o enfoque qualitativo são utilizadas metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas institucionais. Essa análise é composta pela descrição da gestão por processo e desenho de sua arquitetura – macroprocessos, processos e subprocessos – identificação do risco, controle, mitigação e plano de providências para a correção das fragilidades detectadas. Outra metodologia utilizada é de autoavaliação de riscos e controles em processos *RCSA (Risk and Control Self Assessment)*, que permite conhecer os riscos inerentes em atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto, além disso, permite ainda, a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter uma visão mais ampliada dos processos e aprimoramento do gerenciamento. Na abordagem quantitativa são utilizados modelos de mensuração, registrando-se avanços consideráveis na modelagem estocástica de mensuração dos riscos operacionais aplicados ao Banco, a fim de alocar capital para suportar perdas esperadas e perdas não esperadas.

## f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida no importe de R\$ 8.539 (R\$ 562 em 31.12.2011 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	31.12.2012	31.12.2011	Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Disponibilidades	3.611	2.309	Depósitos	23.182	28.344
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	23.802	14.988	Relações Interdependências	15.578	7.142
Operações de Crédito	820.813	817.214	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	104.096	35.721
Outros Créditos	942.868	928.816	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	2.152.154	1.407.635
			Outras Obrigações	829.914	846.224
<b>Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos</b>	<b>1.791.094</b>	<b>1.763.327</b>	<b>Total de Passivos em Moedas Estrangeiras</b>	<b>3.124.924</b>	<b>2.325.066</b>
Operações de <i>Swap</i>	1.325.291	562.301	Operações de <i>Swap</i>	-	-
<b>Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras</b>	<b>3.116.385</b>	<b>2.325.628</b>	<b>Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras</b>	<b>3.124.924</b>	<b>2.325.066</b>

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos, Controle Interno e Segurança (5% do Patrimônio de Referência).

## g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Por meio das Resoluções nºs 3.444, de 28.02.2007 e 3.490, de 29.08.2007, e normas complementares, o CMN estabeleceu exigências adicionais para alocação de capital, incluindo novos elementos expostos a risco: o Compromisso de Crédito não Cancelável Incondicional ou Unilateralmente pela Instituição (*Commitments*); a exposição a risco em ações (PACS); a exposição a risco em ativos indexados aos preços das commodities (PCOM); a exposição a risco em ativos em moeda estrangeira (PCAM); a exposição ao risco operacional (POPR); e o risco de mercado de operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN). As diretrizes vigentes mantiveram, para 31.12.2012, um indicador de alocação de capital mínimo em 11%, que é a relação entre o PR de uma instituição financeira e o total de riscos assumidos em suas operações ativas, incluindo as garantias prestadas e coobrigações, riscos de mercado e riscos operacionais.

Em 31.12.2012, o índice de adequação de capital (Índice de Basileia Amplo) do Banco foi de 16,24% (16,32% em 31.12.2011), enquanto o PR foi de R\$ 5.184.271 (R\$ 4.604.614 em 31.12.2011). O Patrimônio de Referência Exigido (PRE) que representa o consolidado de todas as exposições a risco, com índice de alocação de capital de 11%, foi de R\$ 3.366.123 em 31.12.2012 (R\$ 3.054.085 em 31.12.2011).

## i. Compatibilização do PR com o PRE

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
a) Patrimônio de Referência (PR)	5.184.271	4.604.614
. Nível I	2.611.406	2.302.307
. Nível II	2.572.865	2.302.307
b) Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	3.366.123	3.054.085
. Parcela PEPR <sup>(1)</sup>	2.872.393	2.619.648
. Parcela PJUR	3.707	642
. Parcela PCOM	350	345
. Parcela POPR	489.673	433.450
c) Valor do RBAN	146.338	48.603
Margem (a-b-c)	1.671.810	1.501.926
Índice de Basileia (Circ.Bacen nº 3.477, de 28.12.2009)	16,94%	16,58%
Índice de Basileia Amplo (Incluindo Valor RBAN)	16,24%	16,32%

(1) 11% das Exposições Ponderadas pelos Fatores de Risco, conforme arts. 11 a 16 da Circular Bacen nº 3.360, de 12.09.2007.



## ii. Detalhamento do PR

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Patrimônio de Referência (PR)	5.184.271	4.604.614
. Nível I	2.611.406	2.302.307
(+) Patrimônio Líquido	2.683.751	2.329.499
(-) Reservas de Reavaliação	22.904	25.198
(-) Créditos Tributários Excluídos	6.633	291
(-) Ativo Permanente Diferido	942	1.703
(-) Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	41.866	-
. Nível II	2.572.865	2.302.307
(+) Reservas de Reavaliação	22.904	25.198
(+) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível II do PR <sup>(1)</sup>	1.202.392	1.137.872
(+) Instrumentos de Dívida Subordinada <sup>(2)</sup>	1.332.382	1.216.319
(+) Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	41.866	-
(-) Excesso de Instrumentos de Dívida Subordinada	26.679	65.165
(-) Excesso de Capital Nível II em relação ao Nível I	-	11.917

(1) O contrato do instrumento híbrido de capital e dívida foi firmado com a Secretaria do Tesouro Nacional com prazo de vencimento indeterminado.

(2) Os instrumentos de dívidas subordinadas foram realizados junto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) com prazo de vencimento indeterminado.

## iii. Índice de Imobilização

A Resolução CMN nº 2.669/1999 estabeleceu o limite de 50% do PR ajustado, a partir de dezembro/2002, para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	5.184.271	4.604.614
Limite para Imobilização	2.592.135	2.302.307
(-) Situação	200.619	187.137
Margem	2.391.516	2.115.170
Índice de imobilização	3,87%	4,06%

## NOTA 29 – Partes Relacionadas

### a) Transações com partes relacionadas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
<b>Ativos</b>		
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	443.895	473.643
<b>Total</b>	<b>443.895</b>	<b>473.643</b>

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
<b>Passivos</b>		
<b>Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.a. e Nota 27)</b>	<b>661.009</b>	<b>622.389</b>
<b>Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)</b>	<b>1.586.201</b>	<b>1.286.685</b>
Tesouro Nacional	809	992
BNDES	1.435.621	1.152.894
Finame	149.771	132.799
<b>Outras Obrigações</b>	<b>9.069.111</b>	<b>6.932.417</b>
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (Nota 16.f)	6.534.337	4.578.226
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.g)	1.202.392	1.137.872
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.h)	1.332.382	1.216.319
<b>Total</b>	<b>11.316.321</b>	<b>8.841.491</b>

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários, Caixa de Previdência (Capef) e Caixa de Assistência Médica (Camed), apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
<b>Passivos</b>		
Capef (Nota 16.i)	576.635	457.916
Capef CV I (Nota 16.i)	99	-
Camed (Nota 16.i)	750.576	527.492
<b>Total</b>	<b>1.327.210</b>	<b>985.408</b>

**b) Remuneração da Administração**

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	2º Sem/2012	01.01 a 31.12.2012	01.01 a 31.12.2011
<b>Benefícios de Curto Prazo</b>	<b>1.732</b>	<b>3.218</b>	<b>3.344</b>
<b>Honorários</b>	<b>1.549</b>	<b>2.801</b>	<b>2.612</b>
Diretoria	1.320	2.392	2.239
Conselho de Administração	112	206	194
Conselho Fiscal	117	203	179
<b>Outros</b>	<b>71</b>	<b>174</b>	<b>336</b>
<b>Participação no Lucro</b>	<b>-</b>	<b>10</b>	<b>396</b>
<b>Total dos Benefícios de Curto Prazo</b>	<b>1.620</b>	<b>2.985</b>	<b>3.344</b>
<b>Benefícios Pós-Emprego</b>	<b>112</b>	<b>233</b>	<b>200</b>
<b>Total</b>	<b>1.732</b>	<b>3.218</b>	<b>3.544</b>

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não concede benefício pós-emprego aos administradores, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional, participantes de Plano de Previdência e de Assistência Médica dos funcionários do Banco.

O Banco não concede empréstimo a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Bacen.

**NOTA 30 – Demonstração do Resultado Abrangente**

Especificação	2º Sem/2012	01.01. a 31.12.2012	01.01. a 31.12.2011
<b>Lucro Líquido</b>	<b>262.357</b>	<b>508.363</b>	<b>314.799</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>(18.787)</b>	<b>45.883</b>	<b>2.885</b>
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(33.224)	72.647	31
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	13.290	(29.059)	(12)
Realização da Reserva de Reavaliação	1.912	3.824	4.614
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(765)	(1.530)	(1.748)
<b>Resultado Abrangente</b>	<b>243.570</b>	<b>554.246</b>	<b>317.684</b>

**NOTA 31 - Outras Informações****a) Garantias Prestadas**

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Créditos Abertos para Importação	23.804	131.958
Beneficiários de Garantias Prestadas		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	82.669	92.219
- FNE	15.153.541	13.926.213
- Outras Entidades	64.584	54.180
Coobrigações em Cessões de Crédito	24.786	26.815

**b) Aprovação das Demonstrações Financeiras**

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração por meio de reunião realizada em 15 de fevereiro de 2013.

Fortaleza, 15 de fevereiro de 2013

**A Diretoria**

**OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.**

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Ao

Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do  
**Banco do Nordeste do Brasil S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do

Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Outros assuntos**

#### *Demonstração do valor adicionado*

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### *Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior*

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, sem modificação, datado de 7 de fevereiro de 2012.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2013

ERNST & YOUNG TERCO  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6 – F - CE

Eduardo Braga Perdigão  
Contador CRC-1CE013803/O-8

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, e com base no Parecer dos Auditores Independentes – **ERNST & YOUNG TERCO AUDITORES INDEPENDENTES S.S.**, de 15 de fevereiro de 2013, é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente as atividades desenvolvidas, a situação financeira e patrimonial e o resultado das operações do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no exercício de 2012.

Fortaleza (CE), 15 de fevereiro de 2013.

**O CONSELHO FISCAL**

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

### 2º. Semestre de 2012

O Comitê de Auditoria do Banco do Nordeste do Brasil S.A. é um órgão instituído na forma da Resolução 3.198/2004, do Conselho Monetário Nacional, com atribuições e requisitos de funcionamento inseridos no Estatuto Social do Banco.

**Atividades do Comitê** – Dentro de sua missão institucional, atuou focado no assessoramento ao Conselho de Administração, avaliação das atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna, Auditoria Independente, Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos, revisão das Demonstrações Contábeis, desempenho da Ouvidoria e no acompanhamento das demandas dos órgãos de fiscalização e controle externo.

Dentre as principais realizações, cabe destacar as seguintes atividades:

**Assessoramento ao Conselho de Administração** – O Comitê acompanhou a implantação das estruturas para gerenciamento de riscos e de requerimento de capital, o atendimento de demandas do Conselho de Administração, de recomendações à Diretoria e da implementação de recomendações da Auditoria Interna, Auditoria Externa e órgãos de controle externos.

**Avaliação dos Sistemas de Controles Internos** – O Banco estabeleceu diretrizes voltadas para o aperfeiçoamento dos controles internos, da segurança e da gestão de riscos e vem desenvolvendo ações para a implantação de modelos para requerimento de capital, visando a atender recomendações contidas nos Acordos de Capital Basileia II e III e cumprir o cronograma estabelecido pelo BACEN.

**Avaliação da efetividade da Auditoria Interna** – A Auditoria Interna desenvolveu suas atividades com satisfatória efetividade, observando o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, elaborado segundo instruções dos órgãos federais de controle, aprovado pelo Conselho de Administração do Banco e pela Controladoria Geral da União.

**Avaliação da efetividade da Auditoria Independente** – Na atuação da ERNST & YOUNG TERCO AUDITORES INDEPENDENTES não foram evidenciados fatos relevantes que pudessem comprometer sua efetividade na prestação dos serviços com ela pactuados.

**Revisão das Demonstrações Contábeis** – Examinadas as práticas utilizadas na elaboração das Demonstrações Contábeis, constatou-se conformidade com a legislação societária aplicável e com as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários.

Fortaleza (CE), 06 de fevereiro de 2013.

**O Comitê de Auditoria**



FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE  
*Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.*

**Demonstrações Financeiras**

**F N E**

**Em R\$ MIL**

**Posição: 31.12.2012**

**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE**

(Lei nº 7.827, de 27.09.1989)

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

(Valores em R\$ Mil)

ATIVO				PASSIVO			
		31.12.2012	31.12.2011			31.12.2012	31.12.2011
<b>CIRCULANTE</b>		<b>13.988.633</b>	<b>11.084.544</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>4</b>	<b>-</b>
DISPONIBILIDADES	(Nota 4.b.1)	990.358	1.593.026	Obrigações Diversas		4	-
RECURSOS COMPROMETIDOS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO		5.541.890	2.983.181	Provisões para Pagamentos a Efetuar		4	-
CRÉDITOS VINCULADOS		81.206	84.382				
Crédito Rural - Proagro a Receber		4.551	4.340	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	(Nota 4.c)	<b>42.848.126</b>	<b>37.747.461</b>
Devedores por Repasses-Outras Instituições		76.655	80.042	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO:			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Nota 4.b.2 e Nota 6)	7.372.860	6.421.632	No Exercício		5.186.981	5.030.560
Financiamentos		2.457.606	2.022.785	Em Exercícios Anteriores		37.969.173	32.938.613
Financiamentos a Exportação		98.427	128.904	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		(234.707)	386.771
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento		537.684	543.862	RESULTADO DO EXERCÍCIO		(73.321)	(608.483)
Financiamentos Agroindustriais		231.616	225.982				
Financiamentos Rurais		4.939.554	4.390.984				
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)		(892.027)	(890.885)				
OUTROS CRÉDITOS	(Nota 4.b.7)	2.090	2.018				
Direitos s/Bens Recebidos em Operações de Crédito		2.090	2.018				
OUTROS VALORES E BENS	(Nota 4.b.8)	229	305				
Títulos de Cobertura do Proagro		4	4				
Títulos da Dívida Agrária		275	357				
(Provisão para Desvalorização de Títulos)		(50)	(56)				
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>28.859.497</b>	<b>26.662.917</b>				
CRÉDITOS VINCULADOS		1.477.642	1.349.996				
Crédito Rural - Proagro a Receber		2.662	529				
Devedores Por Repasses-Bco. Nord.-Lei 7.827-Art. 9-A	(Nota 8)	1.332.382	1.216.319				
Devedores por Repasses-Outras Instituições		142.598	133.148				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Nota 4.b.2 e Nota 6)	27.380.714	25.311.906				
Financiamentos		10.848.481	9.368.708				
Financiamentos a Exportação		28.465	7.014				
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento		5.172.319	5.282.878				
Financiamentos Agroindustriais		935.334	956.119				
Financiamentos Rurais		10.396.115	9.697.187				
OUTROS VALORES E BENS	(Nota 4.b.7)	1.141	1.015				
Títulos da Dívida Agrária		1.652	1.504				
(Provisão para Desvalorização de Títulos)		(511)	(489)				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>42.848.130</b>	<b>37.747.461</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>42.848.130</b>	<b>37.747.461</b>



**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011  
(Valores em R\$ Mil)

		2º Sem/2012	Exercício/2012	Exercício/2011
<b>RECEITAS</b>				
De Operações de Crédito .....	(Nota 6.j)	641.951	1.286.403	380.204
De Remuneração das Disponibilidades .....	(Nota 4.b.1)	212.219	437.196	445.076
De Reversão de Provisões Operacionais.....		16	86	164
<b>DESPESAS</b>				
De Administração.....	(Nota 4.a.8)	(490.699)	(1.037.396)	(993.540)
De Pronaf-Remuneração do Agente Financeiro/Prêmio de Performance.....		(53.572)	(100.393)	(81.974)
De Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Desvalorização de Títulos .....		(279.021)	(659.116)	(358.340)
De Auditoria.....		(58)	(101)	(73)
<b>LUCRO/(PREJUÍZO) NO SEMESTRE/EXERCÍCIO.....</b>		<b>30.836</b>	<b>(73.321)</b>	<b>(608.483)</b>

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011  
(Valores em R\$ Mil)

EVENTOS		TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	LUCROS/(PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
<b>SALDOS EM 31.12.2010</b>		<b>32.938.613</b>	<b>388.018</b>	<b>33.326.631</b>
Transferências da União no Exercício.....	(Nota 7)	5.030.560	-	5.030.560
Ajustes de Exercícios Anteriores .....		-	(1.247)	(1.247)
Prejuízo do Exercício.....		-	(608.483)	(608.483)
<b>SALDOS EM 31.12.2011.....</b>		<b>37.969.173</b>	<b>(221.712)</b>	<b>37.747.461</b>
<b>MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO.....</b>		<b>5.030.560</b>	<b>(609.730)</b>	<b>4.420.830</b>
<b>SALDOS EM 31.12.2011.....</b>		<b>37.969.173</b>	<b>(221.712)</b>	<b>37.747.461</b>
Transferências da União no Exercício.....	(Nota 7)	5.186.981	-	5.186.981
Ajustes de Exercícios Anteriores .....		-	(12.995)	(12.995)
Prejuízo do Exercício.....		-	(73.321)	(73.321)
<b>SALDOS EM 31.12.2012.....</b>		<b>43.156.154</b>	<b>(308.028)</b>	<b>42.848.126</b>
<b>MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO.....</b>		<b>5.186.981</b>	<b>(86.316)</b>	<b>5.100.665</b>
<b>SALDOS EM 30.06.2012.....</b>		<b>40.793.039</b>	<b>(338.481)</b>	<b>40.454.558</b>
Transferências da União no Semestre.....		2.363.115	-	2.363.115
Ajustes de Exercícios Anteriores .....		-	(383)	(383)
Lucro do Semestre.....		-	30.836	30.836
<b>SALDOS EM 31.12.2012.....</b>		<b>43.156.154</b>	<b>(308.028)</b>	<b>42.848.126</b>
<b>MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....</b>		<b>2.363.115</b>	<b>30.453</b>	<b>2.393.568</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
 Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011  
 (Valores em R\$ Mil)

	2º Sem/12	31.12.2012	31.12.2011
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro/(Prejuízo) no Semestre/Exercício.....	30.836	(73.321)	(608.483)
<b>Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:</b>			
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Desvalorização de Títulos.....	279.021	659.116	358.340
Reversões de Provisões Operacionais.....	(16)	(86)	(164)
Provisão para Pagamentos a Efetuar.....	4	4	-
<b>Lucro/(Prejuízo) Ajustado.....</b>	<b>309.845</b>	<b>585.713</b>	<b>(250.307)</b>
Créditos Vinculados.....	(60.262)	(124.470)	(102.935)
Operações de Crédito.....	(1.962.484)	(3.679.066)	(3.754.313)
Outros Créditos.....	(252)	(72)	1.111
Outros Valores e Bens.....	(39)	(50)	204
Ajustes de Exercícios Anteriores.....	(383)	(12.995)	(1.247)
<b>CAIXA (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....</b>	<b>(1.713.575)</b>	<b>(3.230.940)</b>	<b>(4.107.487)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Transferências da União.....	2.363.115	5.186.981	5.030.560
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....</b>	<b>2.363.115</b>	<b>5.186.981</b>	<b>5.030.560</b>
<b>Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....</b>	<b>649.540</b>	<b>1.956.041</b>	<b>923.073</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:</b>			
No início do período.....	5.882.708	4.576.207	3.653.134
No fim do período.....	6.532.248	6.532.248	4.576.207
<b>Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....</b>	<b>649.540</b>	<b>1.956.041</b>	<b>923.073</b>

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

### Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

#### Índice das Notas Explicativas

---

Nota 1 – Histórico	Nota 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas
Nota 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 7 – Ajustes de Exercícios Anteriores
Nota 3 – Administração	Nota 8 – Repasses ao Banco com base no Artigo 9º- A, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989
Nota 4 – Principais Práticas Contábeis	Nota 9 – Registro no Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Nota 5 - Fiscalização	

#### NOTA 1 – Histórico

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE originou-se de dispositivo inserido na Constituição Federal de 1988 (Art.159, inciso I, alínea “c”), sendo regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27.09.1989, alterada pela Lei Complementar nº 125, de 03.01.2007, pelas Leis nºs 9.126, de 10.11.1995, 9.808, de 20.07.1999 e 10.177, de 12.01.2001, pela Medida Provisória nº 2.196-1, de 28.06.2001 e suas reedições, bem como pelo Art. 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24.08.2001. Seu objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, através do Banco do Nordeste do Brasil S.A., mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, com tratamento preferencial às atividades de mini e pequenos produtores rurais, às desenvolvidas por micro e pequenas empresas, às que produzem alimentos básicos e aos projetos de irrigação, sendo vedada a aplicação de recursos a fundo perdido.

#### NOTA 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com observância das disposições da legislação societária, quando aplicáveis, e da regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais.

#### NOTA 3 – Administração

Ao Banco cabe: aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito; definir normas, procedimentos e condições operacionais; enquadrar as propostas de financiamentos nas faixas de encargos e deferir os créditos; formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional; prestar contas sobre os resultados alcançados; exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos, inclusive renegociar e liquidar dívidas, nos termos definidos nos artigos 15-B, 15-C e 15-D da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

#### NOTA 4 – Principais Práticas Contábeis

O FNE tem contabilidade própria valendo-se do sistema contábil do Banco para registro de seus atos e fatos, em subtítulos específicos, com apuração de resultados à parte.

O exercício financeiro do FNE coincide com o ano civil, para fins de apuração de resultados.

São as seguintes as principais práticas contábeis:

##### a) Apropriação de Receitas e Despesas

a.1) As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. São receitas do FNE os encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito e a remuneração paga pelo Banco sobre os recursos do Fundo momentaneamente não aplicados.

a.2) A partir de 1º de janeiro de 2008, os encargos financeiros sobre os financiamentos concedidos com recursos do FNE passaram a variar entre 5% a 10% a.a., de acordo com o setor de atividade e o porte dos tomadores, incluindo o *del credere* do Banco na forma da legislação; os contratos firmados com os mutuários preveem que os encargos financeiros serão revistos anualmente e sempre que a TJLP apresentar variação acumulada, para mais ou para menos, superior a 30% (trinta por cento).

A Medida Provisória nº 581, de 20.09.2012, em seu Art. 9º, alterou o Art. 1º da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, atribuindo ao Conselho Monetário Nacional, por meio de proposta do Ministério da Integração Nacional, a responsabilidade pela definição dos encargos financeiros e do bônus de adimplência nas operações do FNE. Com base nesse dispositivo legal, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.149, de 25.10.2012, fixou em 2,94% a.a. os encargos financeiros sobre os financiamentos com recursos do FNE, e em 15% o bônus de adimplência sobre esses encargos, para as operações contratadas de 01 de outubro de 2012 a 31.12.2012, exceto para os beneficiários de financiamentos com base no Art. 8º-A da Lei nº 10.177, de 12.01.2001 e no Art. 15 da Lei nº 12.716 de 21.09.2012, e para os agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

Os encargos financeiros para a situação de normalidade, às taxas previstas em lei, são contabilizados nas adequadas contas de resultado do Fundo. Sobre os valores vencidos e não pagos, incidem encargos de inadimplemento, pactuados contratualmente, sendo contabilizada como rendas a apropriar do Fundo a parcela desses encargos que supera as taxas previstas na legislação.

Sobre os encargos financeiros estabelecidos em lei serão concedidos bônus de adimplência de 25% (vinte e cinco por cento), para mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semiárido nordestino, e de 15% (quinze por cento), para mutuários das demais regiões, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento. O reconhecimento da despesa relativa aos bônus é feito concomitantemente com o pagamento dos encargos pelo mutuário.

Nas operações de financiamento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf são aplicados os encargos financeiros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, conforme a legislação e o regulamento do Programa, constante do Manual de Crédito Rural, Capítulo 10, do Bacen.

**a.3)** A Medida Provisória nº 2.196-1, de 28.06.2001, e suas reedições, que estabeleceu o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, define o que segue, relativamente ao *del credere* a que faz jus o Banco, sobre os financiamentos com recursos do FNE:

- Nas operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero, mantendo-se inalterados os encargos pactuados com os mutuários;
- Para as operações contratadas com risco de 50% para o Banco, o *del credere* será de 3% a.a.;
- Nas operações resultantes de repasses de recursos ao Banco, para que este, em nome próprio e com seu risco exclusivo, realize operações de crédito, o *del credere* será de 6% a.a.

**a.4)** Na forma do Decreto nº 5.818, de 26.06.2006, combinado com a Resolução nº 3.293, de 28.06.2005, do Conselho Monetário Nacional, nas operações do Profrota com empresas de grande porte, com risco compartilhado, o *del credere* do Banco será de 2,5% a.a.

**a.5)** A Portaria nº 616, de 16.05.2003, do Ministério da Integração Nacional, estabelece que, nas operações de repasses para instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, o Banco faz jus ao *del credere* negociado com as instituições operadoras, respeitado o limite estabelecido na legislação.

**a.6)** Nos financiamentos enquadrados no Pronaf, Grupos A, B, A/C, Semiárido, Floresta, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio não há incidência de *del credere* em favor do Banco, conforme previsto na legislação e no regulamento do Programa.

**a.7)** Para as operações de crédito reclassificadas nos termos do art. 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, a Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, determina o *del credere* do Banco de 3% a.a. nas hipóteses definidas em seu art. 1º, incisos I a IV, e o *del credere* de 6% a.a. nas hipóteses definidas em seu art. 1º, parágrafo único.

**a.8)** Constituem despesas do FNE os valores relativos à taxa de administração a que o Banco faz jus como gestor do Fundo, à remuneração do Banco sobre os financiamentos no âmbito do Pronaf, Grupos A, B e A/C e programas Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido Seca-2012 – Grupo B, Semiárido Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012–Custeio – Grupo B e Seca-2012-Custeio – Outros Grupos, ao prêmio de desempenho sobre os reembolsos do Pronaf Grupos A, B e A/C e programas Semiárido, Floresta, Semiárido-Seca-2012 – Outros Grupos e Seca-2012-Custeio - Outros Grupos, à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de que trata a Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, e à contratação de auditoria externa, além dos bônus e descontos definidos na legislação.

A taxa de administração de 3% a.a., paga ao Banco pelo FNE, é apropriada mensalmente à base de 0,25% sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de repasse ao Banco, de repasses a outras instituições conforme Portaria nº 616, de 26.05.2003, do Ministério da Integração Nacional e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido Seca-2012 – Grupo B, Semiárido Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012–Custeio – Grupo B e Seca-2012-Custeio – Outros Grupos, ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional, consoante Decreto nº 5.641, de 26.12.2005.

A remuneração do Banco sobre os financiamentos do Pronaf e o prêmio de performance sobre os reembolsos do Pronaf, seguem os percentuais e critérios definidos na legislação e no Regulamento do Programa.

#### **b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo**

São apresentados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

**b.1)** O Caixa e Equivalentes de Caixa são formados pelas Disponibilidades, que representam os recursos livres para aplicação em operações de crédito, e os Recursos Comprometidos com Operações de Crédito, que representam as disponibilidades comprometidas, referentes às parcelas ainda não liberadas das operações contratadas, correspondentes aos valores pendentes de liberação até a data da apuração, acrescidos das liberações previstas para os 90 dias seguintes e de eventuais descasamentos entre os valores a liberar após esses 90 dias e a estimativa de ingressos de recursos no Fundo ao longo desse período. As disponibilidades do Fundo em poder do Banco são remuneradas com base na taxa extramercado, divulgada pelo Bacen.

<b>Especificação</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Disponibilidades	990.358	1.593.026
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	5.541.890	2.983.181
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>6.532.248</b>	<b>4.576.207</b>

- b.2)** O total das Operações de Crédito é apresentado pelo valor de principal acrescido dos encargos financeiros, retificados por rendas a apropriar e pela provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6).
- b.3)** A Lei nº 11.322, de 13.07.2006, dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações.
- b.4)** A Lei nº 11.775, de 17.09.2008, dispõe sobre a liquidação, regularização, renegociação ou reclassificação de dívidas originárias de operações de crédito enquadradas, dentre outras, nas Leis nº 9.138, de 29.11.1995, nº 10.437, de 25.04.2002 e nº 11.322, de 13.07.2006, Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.08.2001, Resolução nº 2.471, de 26.02.1998, do Conselho Monetário Nacional, no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - Prodecer – Fase III e contratadas com recursos do FAT pelos agentes financeiros, concedendo descontos, bônus de adimplência sobre saldo devedor, dispensas, manutenção ou reescalamentos de prazos.
- b.5)** A Lei nº 12.249, de 11.06.2010, dispõe, em seus Artigos 69 e 70, sobre a remissão de dívidas rurais renegociadas com base no Artigo 2º da Lei nº 11.322, de 13.07.2006, ou enquadráveis naquele Artigo, bem como a concessão de rebates para liquidação de dívidas rurais renegociadas com base no Artigo 2º da Lei nº 11.322 não remetidas, lastreadas com recursos do FNE ou com recursos mistos do FNE com outras fontes. A mesma Lei, em seus Artigos 71 e 72, dispõe sobre a remissão de dívidas referentes a operações rurais com produtores enquadrados no Grupo B do Pronaf, bem como sobre a concessão de rebates para as dívidas não remetidas, lastreadas com recursos do FNE.
- b.6)** A Lei nº 12.716, de 21 de setembro de 2012, autorizou o Poder Executivo a instituir linhas de crédito especiais com recursos do FNE, destinadas a atender aos setores produtivos rural, industrial, comercial e de serviços dos municípios com situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo Federal. Essa mesma Lei, em seu Art. 5º, autorizou a instituição de linha de crédito rural com recursos do FNE para liquidação, até 31 de dezembro de 2013, de operações de crédito rural de custeio e de investimento com risco compartilhado ou integral do Tesouro Nacional, do FNE ou das instituições financeiras oficiais federais. Referida linha de crédito foi regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.147, de 25.10.2012.
- b.7)** São registrados na rubrica “Outros Créditos” os direitos do FNE sobre bens móveis ou imóveis recebidos pelo Banco para amortização ou liquidação de dívidas. Após a alienação dos bens, os valores obtidos na venda são rateados entre o Fundo e o Banco, na proporção do risco assumido, conforme dispõe o Art. 7º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.
- b.8)** Os títulos registrados na rubrica “Outros Valores e Bens” estão contabilizados pelo valor de face, acrescido da remuneração prevista para cada papel, e são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.
- c) Patrimônio Líquido**  
O Patrimônio Líquido do FNE tem como origens:
- Transferências da União, na proporção de 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento), extraídas do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR e do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, realizadas decenalmente;
  - Retornos e resultados operacionais;
  - Resultado da remuneração dos recursos do Fundo, momentaneamente não aplicados, paga pelo Banco.
- d) Isenção Tributária**  
O FNE goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de qualquer tributo, contribuição ou outro gravame, na forma da Lei nº 7.827, de 27.09.1989 e alterações posteriores.

#### **NOTA 5 – Fiscalização**

O Banco mantém, permanentemente, à disposição dos órgãos de fiscalização competentes, os demonstrativos dos recursos, aplicações e resultados do Fundo, com posição de final de mês. Na forma da legislação, os balanços do FNE, devidamente auditados, são publicados semestralmente e encaminhados ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

**NOTA 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas**

**a) Composição da Carteira de Crédito**

**a.1) Carteira Total**

Financiamentos	31.12.2012			31.12.2011		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	13.018.155	287.932	13.306.087	11.219.862	171.631	11.391.493
Financiamentos à Exportação	125.084	1.808	126.892	120.695	15.223	135.918
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	5.710.003	-	5.710.003	5.826.740	-	5.826.740
Financiamentos Agroindustriais	1.132.967	33.983	1.166.950	1.155.044	27.057	1.182.101
Financiamentos Rurais	14.378.327	957.342	15.335.669	13.193.253	894.918	14.088.171
<b>Subtotal</b>	<b>34.364.536</b>	<b>1.281.065</b>	<b>35.645.601</b>	<b>31.515.594</b>	<b>1.108.829</b>	<b>32.624.423</b>
Repasses ao BNB	1.332.382	-	1.332.382	1.216.319	-	1.216.319
Repasses Outras Instituições	219.253	-	219.253	213.190	-	213.190
<b>Total da Carteira</b>	<b>35.916.171</b>	<b>1.281.065</b>	<b>37.197.236</b>	<b>32.945.103</b>	<b>1.108.829</b>	<b>34.053.932</b>
Provisão	(595.642)	(296.385)	(892.027)	(628.000)	(262.885)	(890.885)
<b>Total Líquido <sup>(1)</sup></b>	<b>35.320.529</b>	<b>984.680</b>	<b>36.305.209</b>	<b>32.317.103</b>	<b>845.944</b>	<b>33.163.047</b>

**a.2) Carteira com Risco Integral do BNB**

Financiamentos	31.12.2012			31.12.2011		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	-	-	-	-	-	-
Financiamentos à Exportação	-	-	-	-	-	-
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Financiamentos Agroindustriais	-	-	-	-	-	-
Financiamentos Rurais	225.748	10.000	235.748	218.559	7.499	226.058
<b>Subtotal</b>	<b>225.748</b>	<b>10.000</b>	<b>235.748</b>	<b>218.559</b>	<b>7.499</b>	<b>226.058</b>
Repasses ao BNB	1.332.382	-	1.332.382	1.216.319	-	1.216.319
Repasses Outras Instituições	161.903	-	161.903	148.735	-	148.735
<b>Total da Carteira</b>	<b>1.720.033</b>	<b>10.000</b>	<b>1.730.033</b>	<b>1.583.613</b>	<b>7.499</b>	<b>1.591.112</b>
Provisão	-	-	-	-	-	-
<b>Total Líquido <sup>(1)</sup></b>	<b>1.720.033</b>	<b>10.000</b>	<b>1.730.033</b>	<b>1.583.613</b>	<b>7.499</b>	<b>1.591.112</b>

**a.3) Carteira com Risco Compartilhado**

Financiamentos	31.12.2012			31.12.2011		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	12.943.996	270.460	13.214.456	11.123.347	150.937	11.274.284
Financiamentos à Exportação	125.084	1.808	126.892	120.695	15.223	135.918
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	5.710.003	-	5.710.003	5.826.740	-	5.826.740
Financiamentos Agroindustriais	1.094.017	27.485	1.121.502	1.103.164	19.674	1.122.838
Financiamentos Rurais	8.857.872	481.057	9.338.929	8.361.193	381.864	8.743.057
<b>Subtotal</b>	<b>28.730.972</b>	<b>780.810</b>	<b>29.511.782</b>	<b>26.535.139</b>	<b>567.698</b>	<b>27.102.837</b>
Repasses ao BNB	-	-	-	-	-	-
Repasses Outras Instituições	-	-	-	-	-	-
<b>Total da Carteira</b>	<b>28.730.972</b>	<b>780.810</b>	<b>29.511.782</b>	<b>26.535.139</b>	<b>567.698</b>	<b>27.102.837</b>
Provisão	(127.985)	(159.502)	(287.487)	(89.844)	(112.497)	(202.341)
<b>Total Líquido <sup>(1)</sup></b>	<b>28.602.987</b>	<b>621.308</b>	<b>29.224.295</b>	<b>26.445.295</b>	<b>455.201</b>	<b>26.900.496</b>

#### a.4) Carteira com Risco Integral do FNE

Financiamentos	31.12.2012			31.12.2011		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	74.159	17.472	91.631	96.515	20.694	117.209
Financiamentos à Exportação	-	-	-	-	-	-
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Financiamentos Agroindustriais	38.950	6.498	45.448	51.880	7.383	59.263
Financiamentos Rurais	5.189.272	367.651	5.556.923	4.499.955	415.957	4.915.912
<b>Subtotal</b>	<b>5.302.381</b>	<b>391.621</b>	<b>5.694.002</b>	<b>4.648.350</b>	<b>444.034</b>	<b>5.092.384</b>
Repasses ao BNB	-	-	-	-	-	-
Repasses Outras Instituições	57.350	-	57.350	64.455	-	64.455
<b>Total da Carteira</b>	<b>5.359.731</b>	<b>391.621</b>	<b>5.751.352</b>	<b>4.712.805</b>	<b>444.034</b>	<b>5.156.839</b>
Provisão	(467.657)	(136.883)	(604.540)	(538.156)	(150.388)	(688.544)
<b>Total Líquido <sup>(1)</sup></b>	<b>4.892.074</b>	<b>254.738</b>	<b>5.146.812</b>	<b>4.174.649</b>	<b>293.646</b>	<b>4.468.295</b>

#### a.5) Carteira com Risco Integral do PROCERA

Financiamentos	31.12.2012			31.12.2011		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	-	-	-	-	-	-
Financiamentos à Exportação	-	-	-	-	-	-
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Financiamentos Agroindustriais	-	-	-	-	-	-
Financiamentos Rurais	105.435	98.634	204.069	113.546	89.598	203.144
<b>Subtotal</b>	<b>105.435</b>	<b>98.634</b>	<b>204.069</b>	<b>113.546</b>	<b>89.598</b>	<b>203.144</b>
Repasses ao BNB	-	-	-	-	-	-
Repasses Outras Instituições	-	-	-	-	-	-
<b>Total da Carteira</b>	<b>105.435</b>	<b>98.634</b>	<b>204.069</b>	<b>113.546</b>	<b>89.598</b>	<b>203.144</b>
Provisão	-	-	-	-	-	-
<b>Total Líquido <sup>(1)</sup></b>	<b>105.435</b>	<b>98.634</b>	<b>204.069</b>	<b>113.546</b>	<b>89.598</b>	<b>203.144</b>

<sup>(1)</sup> Para a situação "Normal", foram consideradas as provisões resultantes de renegociações/aquisições e a provisão extraordinária constituída sobre operações de crédito com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna. Para a situação "Atraso", foram consideradas as provisões em decorrência apenas do atraso.

b) O risco sobre as operações com recursos do FNE está assim distribuído, consoante a legislação que regulamenta os Fundos Constitucionais de Financiamento, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- Pronaf e o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - Procera/Programa da Terra e respectivas regulamentações:

**b.1)** Operações contratadas até 30.11.1998:

- Nas operações enquadradas no Programa da Terra, o risco pertence integralmente ao Procera;
- Nas demais operações, o risco é de responsabilidade do FNE.

**b.2)** Operações contratadas a partir de 01.12.1998:

- Nos financiamentos enquadrados no Programa da Terra, o risco é do Procera;
- Nas operações no âmbito do Pronaf, Grupos A, B e A/C e programas Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio, o risco é de 100% para o FNE;
- Nos repasses ao Banco, para que este, em nome próprio, realize operações de crédito, o risco das operações é integralmente assumido pelo Banco;
- Nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, contratados até 30.11.1998, o risco é de 100% para o FNE. De acordo com cláusula específica inserida nos contratos de repasses, o risco dos financiamentos concedidos aos mutuários finais é assumido integralmente pela instituição operadora;
- Nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, contratados a partir da vigência da Portaria nº 616, de 26.05.2003, o Banco detém 100% do risco. Consoante prevê a citada Portaria, e de acordo com cláusula específica constante dos contratos de repasses, o risco dos financiamentos realizados é assumido integralmente pela instituição operadora;

- Nas operações de que trata o Art. 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o risco é de 100% para o Banco, quando o risco da operação original for integralmente atribuído ao Banco, ou compartilhado, na hipótese de a operação renegociada ter este tipo de risco;
  - Nas demais operações, o risco é de 50% para o FNE, cabendo igual percentual ao Banco.
- c) De acordo com a faculdade prevista no Parágrafo único do Art. 3º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, na contabilidade do FNE, segue os critérios definidos no Inciso I, alíneas “a” e “b”, desse mesmo artigo, que determina a constituição de provisão para as parcelas com atraso superior a 180 dias, de acordo com o risco assumido pelo Fundo. A movimentação do saldo da provisão no exercício é demonstrada no quadro a seguir:

<b>Especificação</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
<b>Saldo Inicial da Provisão para Perdas em Operações de Créditos</b>	<b>890.885</b>	<b>1.218.591</b>
. Risco Integral do FNE	688.544	953.269
. Risco Compartilhado	202.341	265.322
<b>(+) Constituição de Provisão Líquida no Exercício</b>	<b>659.144</b>	<b>359.514</b>
<b>Provisão Líquida por Deságio—Operações Adquiridas com Base na Lei nº 11.322</b>	<b>130</b>	<b>1.200</b>
. Risco Integral do FNE	130	1.200
<b>Despesa de Provisão para Perdas em Operações de Crédito</b>	<b>659.014</b>	<b>358.314</b>
. Risco Integral do FNE	314.491	205.835
. Provisão por Atraso/Renegociações	320.217	244.486
. Ajustes de Provisão por Deságio	(5.726)	(38.651)
. Risco Compartilhado	344.523	152.479
. Provisão por Atraso/Renegociações	281.698	152.479
. Ajustes de Provisão de Operações com Índícios de Irregularidades	62.825	-
<b>(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Exercício</b>	<b>658.002</b>	<b>687.220</b>
. Risco Integral do FNE	398.625	471.760
. Risco Compartilhado	259.377	215.460
<b>(=) Saldo Final da Provisão para Perdas em Operações de Crédito</b>	<b>892.027</b>	<b>890.885</b>
. Risco Integral do FNE	604.540	688.544
. Risco Compartilhado	287.487	202.341

- d) Considerando que é de responsabilidade do Procer a o risco nas operações enquadradas no Programa da Terra contratadas com recursos do FNE, não é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa a esses financiamentos.
- e) De acordo com o disposto na Portaria Interministerial nº 46, de 07.03.2007, são constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para as operações renegociadas ao amparo da Lei nº 11.322, de 13.07.2006, da seguinte forma:
- e.1) para as operações com outras fontes de recursos adquiridas pelo FNE: em valor igual ao deságio apurado na aquisição pelo Fundo, registradas em contrapartida a operações de crédito. Os valores do exercício estão discriminados no subitem “Provisão Líquida por Deságio - Operações Adquiridas com Base na Lei nº 11.322” do quadro da alínea “c” desta Nota; e
- e.2) nas operações do FNE objeto de renegociação: correspondente ao valor da provisão já existente no mês imediatamente anterior ao da renegociação mais os valores eventualmente já baixados do ativo como prejuízo, registrados em contrapartida a Despesas de Provisões para Perdas em Operações de Crédito. No exercício, foi registrada uma redução de provisão no valor de R\$ 39.191, sendo R\$ 29.478 referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 9.713 às operações com risco compartilhado. Essas reduções incluem R\$ 9.501 resultantes de rebates e remissões de operações enquadradas na Lei nº 12.249, de 11.06.2010, sendo R\$ 8.189 referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 1.312 referentes às operações de risco compartilhado. No exercício de 2011, a constituição de provisão apresentou uma redução de R\$ 161.960, sendo R\$ 120.019 referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 41.941 referentes às operações com risco compartilhado. Estes valores encontram-se inclusive no subitem “Provisão para Perdas em Operações de Crédito” do quadro apresentado na alínea “c” desta Nota.
- f) A Portaria Interministerial nº 244, de 14.10.2008, estabelece que serão constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para as operações renegociadas ao amparo da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, da seguinte forma:
- f.1) nas operações do FNE objeto de renegociação: correspondente ao valor da provisão já existente no mês imediatamente anterior ao da renegociação mais os valores eventualmente já baixados do ativo como prejuízo, registrados em contrapartida a Despesas de Provisões Operacionais; e
- f.2) para as operações do FNE renegociadas foi registrada uma redução de provisão no montante de R\$ 50.396, sendo R\$ 35.425 referentes às operações com risco integral para o Fundo e R\$ 14.971 às operações com risco compartilhado. Esses valores incluem a redução de R\$ 3.911 decorrentes de rebates e remissões de operações enquadradas na Lei nº 12.249, de 11.06.2010, sendo R\$ 1.835 referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 2.076 referentes às operações de risco compartilhado. No exercício de 2011, a redução da provisão foi de R\$ 110.110, sendo R\$ 76.931 referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 33.179 referente às operações com risco compartilhado. Estes valores



encontram-se inclusos no subitem “Provisão para Perdas em Operações de Créditos” do quadro apresentado na alínea “c” desta Nota.

- g) Em 31.12.2012, encontra-se registrado em Provisão para Perdas em Operações de Crédito o montante de R\$ 62.825, referente à provisão extraordinária constituída no exercício para fazer face ao risco do Fundo em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Área de Auditoria Interna do Banco. Nesse caso, foram considerados os saldos das operações, conforme o risco atribuído ao FNE, efetuando-se a complementação para aquelas que já registravam provisão por atraso na forma da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.
- h) As renegociações formalizadas no exercício, com base nas Leis nºs 11.775, de 17.09.2008, 9.138, de 29.11.1995, 10.437, de 25.04.2002 e 11.322, de 13.07.2006, Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.08.2001, e as remissões e rebates concedidos ao amparo da Lei nº 12.249, de 11.06.2010, aumentaram o resultado do Fundo em R\$ 25.443 (R\$ 541.268 de redução, em 31.12.2011). Este efeito inclui custos decorrentes da renegociação de operações contratadas com outras fontes ou fontes mistas, adquiridas ou reclassificadas para o Fundo, conforme autorização das leis supracitadas, demonstrados no quadro a seguir:

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	58.752	101.821
Despesas - Bônus e Dispensas	(149.495)	(986.730)
Efeito Líquido em Provisões	116.186	343.641
<b>Total</b>	<b>25.443</b>	<b>(541.268)</b>

- i) Na Demonstração do Resultado, as “Receitas de Operações de Crédito” estão registradas pelo seu valor líquido, apresentando a seguinte composição:

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Rendas de Operações de Crédito	2.929.492	2.688.419
Despesa de <i>del credere</i> do Banco	(923.020)	(822.771)
Despesa de <i>del credere</i> de Outras Instituições	(3.761)	(3.781)
Despesas de Atualização Monetária Negativa	(6.721)	(9.262)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações <sup>(1)</sup>	(114.708)	(915.468)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Operações Contratadas pelo Banco	(552.504)	(494.797)
Despesas Rebates/Bônus Adimplência-Repases Lei nº 7.827-Artigo 9º-A	(14.244)	(12.889)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Repases a Outras Instituições	(86)	(122)
Despesas de Rebate Principal Operações com Recursos do FAT-BNDES - Lei nº 10.193, de 14.02.2001	(13)	(13)
Despesas com Operações Outras Fontes Aquisições Lei nº 11.322, de 13.07.2006	(39)	(85)
Despesa com Outras Operações BNB – Remissão Lei nº 12.249, de 11.06.2010	(3.001)	(5.491)
Despesa com Outras Operações BNB – Rebate Lei nº 12.249, de 11.06.2010	(8.522)	(9.998)
Despesa com Operações do FNE Honradas pelo Banco – Remissão Lei nº 12.249, de 11.06.2010	(696)	(11.768)
Despesa com Operações do FNE Honradas pelo Banco – Rebate Lei nº 12.249, de 11.06.2010	(15.740)	(21.742)
Ajuste de Valores Decorrente de Alienação de Bens	(29)	(28)
Baixa Valores Contábeis Excedentes Recebimento Bens	(5)	-
<b>Total</b>	<b>1.286.403</b>	<b>380.204</b>

<sup>(1)</sup> O valor registrado em 31.12.2011 decorre do volume de renegociações de dívidas ao amparo da Lei nº 12.249, de 11.06.2010, efetivadas no exercício de 2011.

- j) **Reconhecimento de Perdas e Devolução da Parcela de Risco do Banco**
- j.1) Não obstante a faculdade prevista no Parágrafo único do Art. 3º da Portaria Interministerial nº 11, segundo o qual o reconhecimento de perdas na contabilidade do FNE pode ser feito por parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 360 dias, conforme o percentual de risco assumido pelo Fundo, o Banco reconhece as perdas nessas operações considerando as parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 329 dias.
- j.2) A devolução ao FNE dos recursos relativos à parcela de risco do Banco é realizada no segundo dia útil após o reconhecimento das perdas pelo Fundo, segundo o critério previsto no inciso II, alínea “a”, do Art. 5º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.
- j.3) No exercício, o Banco devolveu ao FNE recursos no montante de R\$ 266.408 (R\$ 220.721 em 31.12.2011), relativos à parcela de risco do Banco nas operações com valores enquadrados como prejuízo.
- k) **Renegociação e Reclassificação de Operações de Crédito**
- A Lei nº 11.775, de 17.09.2008, instituiu medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e fundiário, com os seguintes impactos para o FNE:
- k.1) renegociação de financiamentos contratados com recursos do próprio Fundo;
- k.2) contratação de novas operações com recursos do FNE para liquidação de dívidas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, realizadas com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional, do Estado da Bahia e do FNE;
- k.3) contratação de novas operações com recursos do FNE para liquidação de dívidas no âmbito do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – Prodecer – Fase III;

- k.4)** reclassificação para o Fundo de operações no âmbito do Pronaf realizadas com risco da União;
- k.5)** reclassificação para o Fundo de operações realizadas com recursos do FAT;
- k.6)** reclassificação para o FNE de operações realizadas com recursos mistos de outras fontes.

O mesmo dispositivo legal autorizou a substituição dos encargos financeiros das operações rurais e não rurais em curso, contratadas até 14.01.2001 com encargos pós-fixados e lastreadas com recursos do FNE, pelos encargos prefixados estabelecidos na legislação para esses financiamentos.

No exercício, foram reclassificados créditos para o FNE ou contratadas novas operações para liquidação de financiamentos com recursos de outras fontes, com risco integral para o Fundo, no montante de R\$ 3.229 (R\$ 68.334, em 31.12.2011), ao amparo da referida Lei, conforme quadro a seguir:

<b>Especificação</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Art. 7º (Operações Lavoura Cacau Baiana)	15	66.160
Art. 19 (Operações com Risco da União – Recursos FAT)	1.753	607
Art. 31 (Operações PRODECER – Fase III/Operações Resolução nº 2.471)	1.461	1.567
<b>Total</b>	<b>3.229</b>	<b>68.334</b>

Ainda ao amparo da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, foram reclassificados créditos para o FNE ou contratadas novas operações para liquidação de financiamentos com recursos de outras fontes, com risco integral do Banco, no montante de R\$ 52.558 (R\$ 36.075, em 31.12.2011), conforme a seguir discriminado:

<b>Especificação</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Art. 31 (Operações com <i>mix</i> de Recursos Outras Fontes/FNE)	6.131	17.527
Art. 31 (Operações PRODECER – Fase III)	42.078	13.577
Art. 31 (Operações do FAT)	4.349	4.971
<b>Total</b>	<b>52.558</b>	<b>36.075</b>

#### **NOTA 7 - Ajustes de Exercícios Anteriores**

O ajuste líquido negativo, em 31.12.2012, de R\$ 12.995 (R\$ 1.247 em 31.12.2011), refere-se a recálculos de encargos sobre operações de crédito.

#### **NOTA 8 – Repasses ao Banco com base no Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989**

O saldo devedor dos repasses realizados ao Banco apresenta a seguinte composição:

<b>Especificação</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Recursos Disponíveis	433.857	328.126
Recursos Aplicados	898.525	888.193
<b>Total</b>	<b>1.332.382</b>	<b>1.216.319</b>

Em Recursos Disponíveis são registrados os valores momentaneamente não aplicados em operações de crédito pelo Banco, sendo remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen.

Os Recursos Aplicados correspondem aos valores liberados aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco, atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, na forma da legislação e do Instrumento de Dívida Subordinada firmado.

#### **NOTA 9 - Registro no Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal**

Em cumprimento ao disposto na Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, as informações contábeis relativas ao FNE são disponibilizadas no Siafi, observando as características peculiares do Fundo.

Fortaleza, 15 de fevereiro de 2013

**A Diretoria**

**OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.**

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores do

**Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE**

(Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.)

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (Fundo), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2, 4 e 6, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2, 4 e 6.

## **Ênfase**

### *Base de elaboração das demonstrações financeiras*

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as notas explicativas 2, 4 e 6 às demonstrações financeiras, que descrevem sua base de elaboração. As demonstrações financeiras foram elaboradas pela administração do Fundo para cumprir os requisitos do conjunto de normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outro fim.

## **Outros Assuntos**

### *Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior*

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, sem modificação, datado de 7 de fevereiro de 2012, contendo ênfase sobre a adoção da faculdade prevista no Parágrafo único do artigo 3º da Portaria Interministerial nº 11, de 28 de dezembro de 2005.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2013

ERNST & YOUNG TERCO  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6 – F - CE

Eduardo Braga Perdigão  
Contador CRC-1CE013803/O-8

---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:** Dyogo Henrique de Oliveira (Presidente) – Ary Joel de Abreu Lanzarin – Augusto Akira Chiba – Demetrius Ferreira e Cruz – Martim Ramos Cavalcanti.

**DIRETORIA:** Ary Joel de Abreu Lanzarin (Presidente) – Fernando Passos (Diretor Financeiro e de Mercado de Capitais) – Manoel Lucena dos Santos (Diretor de Controle e Risco) – Nelson Antonio de Souza (Diretor Administrativo e de Tecnologia da Informação) – Paulo Sérgio Rebouças Ferraro (Diretor de Negócios) – Stélio Gama Lyra Junior (Diretor de Gestão do Desenvolvimento).

**CONSELHO FISCAL:** André Proite (Presidente em exercício) – João Batista de Figueiredo – Manuel dos Anjos Marques Teixeira – Marco Antônio Fiori – Roberta Carvalho de Alencar

**COMITÊ DE AUDITORIA:** João Alves de Melo (Presidente) – Luciano Silva Reis (Membro Titular) – José Wilkie Almeida Vieira (Membro Suplente)

**SUPERINTENDENTE:** José Jurandir Bastos Mesquita (Controle Financeiro)

**CONTADORA:** Aíla Maria Ribeiro de Almeida – CRC-CE 016318/O-7

---